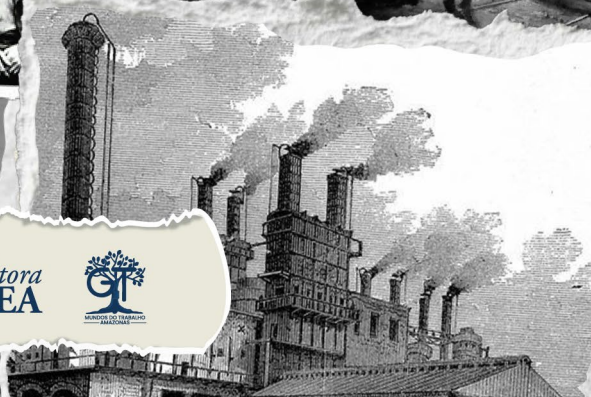




Luciano Everton Costa Teles (org.)

DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL AO HOME OFFICE

Trabalhadores do Brasil e seus constantes desafios



editora
UEA



INSTITUTO DE ESTUDOS
EM HISTÓRIA DA UEA

DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL AO HOME OFFICE

Trabalhadores do Brasil e seus constantes desafios

Governo do Estado do Amazonas

Roberto Maia Cidade Filho

Governador

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib

Reitor

Kátia do Nascimento Couceiro

Vice-reitora

*editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann

Diretora

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas

Gerente

Wesley Sá

Editor Executivo

Raquel Maciel

Produtora Editorial

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann (Presidente)

Adriana Távora de Albuquerque Taveira

Carlos Mauricio Seródio Figueiredo

Gislaine Regina Pozzetti

Josefina Diosdada Barrera Khalil

Katell Uguen

Orlem Pinheiro de Lima

Silvia Regina Sampaio Freitas

Vanúbia Araújo Laulate Moncayo

Conselho Editorial



A marca da *editora*UEA é baseada em uma peneira *baniwa*. A escolha do objeto para servir como ponto de partida para elaboração do elemento gráfico que compõe a marca, se deve à semelhança do exercício da função do objeto, a de filtro, atuando para refinar a matéria-prima que passa pelos traçados, com o trabalho de uma editora que realiza basicamente o mesmo processo ao transformar originais em livro.

Luciano Everton Costa Teles
(org.)

DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL AO HOME OFFICE

Trabalhadores do Brasil e seus constantes desafios



editora
UEA



Dedicamos a obra para o professor Tenner Inauhiny de Abreu (*in memoriam*), por toda dedicação à pesquisa e ao ensino de História.

Wesley Sá
Coordenação Editorial

Raquel Maciel
Assistência Editorial

Iasmim Rodrigues
Projeto Gráfico

André Teixeira
Renata Baltazar
Revisão

Iasmim Rodrigues
Diagramação e Finalização

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa

R449
2026

Da revolução industrial ao home office: trabalhadores do
Brasil e seus constantes desafios / Organização: Luciano
Everton Costa Teles. 1. ed. – Manaus (AM): Editora UEA, 2026.
284 p.: il., color; 21 cm [E- book]
Formato PDF

ISBN 978-85-7883-818-8

Inclui referências bibliográficas

1. Revolução industrial. 2. Trabalhadores. 3. Desafios. I. Teles,
Luciano Everton Costa (org.) II. Título.

CDU 1997 – 65.011.55

Elaborada pela bibliotecária Sheyla Lobo Mota - CRB -11/ 484



*editora***UEA**

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil
CEP 69050-010 | +55 92 38784463
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br

SUMÁRIO

- 9** | **Apresentação**
Luciano Everton Costa Teles
- 15** | **Mundos dos trabalhos indígenas e manejo do mundo: por uma possível história dos trabalhos e trabalhadores indígenas**
Bruno Miranda Braga
- 42** | **História social, mundos do trabalho e os trabalhadores escravizados na província do Amazonas (séc. XIX)**
Tenner Inauhiny de Abreu
- 67** | **Relações de gênero e trabalho nos seringais do Amazonas**
Agda Lima Brito
- 88** | **O líder que a docência construiu: A liderança de Aloysio Nogueira frente ao movimento de professores na luta por melhores condições de vida e trabalho na década de 1980**
James da Costa Batista
Priscylla do Nascimento da Silva
- 108** | **Os acidentes de trabalho na “Era do Vapor” na Amazônia**
Caio Giulliano Paião

135

O sabor da escassez: os efeitos da Segunda Guerra na alimentação dos trabalhadores do Rio Grande do Sul

Tamires Xavier Soares

163

Condições de vida e trabalho na Manaus da Grande Guerra

Moisés Dias de Araújo

194

Os caixeiros vão aos tribunais: Cidadania e Justiça no Amazonas Republicano (1890-1921)

Richard Kennedy Nascimento Candido

212

Direitos acidentários em Manaus: O que os Jornais mostram (1919-1946)

Wanderlene de Freitas Souza Barros

240

O mundo da borracha sob o olhar do patrão: A Revista da Associação Comercial do Amazonas – ACA (1908-1920)

Daniel Barros de Lima

277

Sobre o organizador e autores dos artigos

| Apresentação

É com muita satisfação que elaboramos esta obra coletiva que trata dos trabalhadores no Brasil e seus muitos desafios, no contexto das relações capitalistas de produção que emergiram e se propagaram após a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no fim do século XVIII. Esta é uma das justificativas para o título da coletânea. A outra consiste em compreender que, apesar das mudanças tecnológicas que afetaram e transformaram as relações de trabalho e produção ao longo do tempo, é necessário reconhecer que ainda vivemos hoje numa sociedade capitalista marcada pela exploração do trabalho, acúmulo de riqueza e o consequente aumento da pobreza.

Ao nosso ver, os escritos aqui reunidos nos possibilitam compreender aspectos da sociedade em que vivemos hoje, inclusive as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e as suas lutas por direitos e melhores condições para a reprodução da sua existência. Mas não apenas isso, no contexto atual de ataque à democracia e aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, entender a luta por direitos é essencial como memória e identidade.

Negligenciar a história dos trabalhadores, suas lutas e desafios, é jogar no esquecimento uma trajetória de luta que apenas contribui para desconectar os trabalhadores de sua história e, conseqüentemente, de sua memória. Sem memória, sem identidade. E sem identidade, sem futuro. Talvez isso explique o porquê

de muitos trabalhadores hoje defenderem interesses – flexibilização da CLT, reforma da previdência, extinção de programas sociais, etc. – que lhes prejudicam e tornam a sua vida mais dura e desumana.

Esta obra pretende ser uma pequena contribuição à história dos trabalhadores no Brasil, com destaque para o Amazonas, e um esforço coletivo, com apoio do GT Mundos do Trabalho/Seção Amazonas, rumo à conexão daqueles que produzem a riqueza desse país, à sua história de luta e aos seus constantes desafios.

Nesse sentido, os três primeiros textos da coletânea se assentam numa discussão em que os mundos do trabalho e os trabalhadores são atravessados por questões étnico-raciais e de gênero. Assim, o texto de Bruno Miranda Braga, intitulado “Mundos dos trabalhos indígenas e manejo do mundo: por uma possível história dos trabalhos e trabalhadores indígenas”, intenta quebrar os silêncios acerca do trabalho indígena e da ideia equivocada de que os povos originários eram “preguiçosos”, “indolentes”, portanto, “não afeitos ao trabalho”, sugerindo que é urgente conectar as diversas etnias indígenas aos mundos do trabalho ao longo da história, demonstrando que no mundo colonial eles atuaram nas diversas atividades produtivas, de forma compulsória (uma visão generalizada), mas principalmente atestando que as atividades de caça, pesca e coletas variadas, plantio, dentre outros, fazem parte do trabalho indígena constituindo-se também como mundos do trabalho.

Já o escrito de Tenner Inauhiny de Abreu, denominado “História social, mundos do trabalho e os trabalhadores escravizados na província do Amazonas (séc. XIX)”, traz um debate fundamental acerca do esforço em romper o hiato existente entre os mundos do trabalho escravo e os mundos do trabalho livre, chamando a atenção para a articulação entre os dois mundos na província do Amazonas, salientando que o trabalho escravo e o trabalho livre conviveram desde os tempos coloniais e que as experiências de resistência ao cativo foram fundamentais na formação cultural e política do movimento dos trabalhadores brasileiros. Ressalta que o uso de fontes paroquiais e jornais são importantes para analisar os trabalhadores escravizados na dita província, sobretudo para entender a complexidade social na região, marcada por hierarquias sociais de cor, porém repleta de resistências, práticas e estratégias destes trabalhadores para viver.

Por outro lado, Agda Lima Brito, em “Relações de gênero e trabalho nos seringais do Amazonas”, aponta para uma reflexão sobre o trabalho das mulheres nos seringais da Amazônia no contexto da Segunda Grande Guerra, investigando as transformações e as dificuldades que as trabalhadoras experienciavam no ambiente onde viviam, com especial atenção aos desafios que elas enfrentavam nas relações de trabalho nos seringais, esforçando-se em quebrar os silêncios historiográficos que pairam sobre o trabalho da mulher na extração do látex.

Na sequência, temos o texto de James da Costa Batista e Priscylla do Nascimento da Silva, “O líder que a docência construiu: a liderança de Aloysio Nogueira frente ao movimento de professores na luta por melhores condições de vida e trabalho na década de 1980”. Os autores buscaram conceber a partir da trajetória de Aloysio Nogueira, professor da Educação de 1º e 2º graus, e, mais tarde, professor da Universidade do Amazonas (UA), as ações dos trabalhadores da educação da Rede Estadual de Ensino na década de 1980, descortinando tanto o processo de formação do referido personagem quanto o movimento e a luta dos trabalhadores neste momento.

Outro bloco de escritos foca em acidentes de trabalho e efeitos da Segunda Grande Guerra nos mundos do trabalho do Rio Grande do Sul e do Amazonas. No primeiro caso, a pesquisa de Caio Giulliano Paião, “Os acidentes de trabalho na ‘Era do vapor’ na Amazônia”, perscruta os acidentes de trabalho ocorridos no contexto histórico da expansão da economia da borracha, enfatizando o navio a vapor e as duras condições do trabalho marítimo, observado como sustentáculo do sistema de circulação de mercadorias na Amazônia nesse período. O autor busca dar visibilidade ao trabalho e aos trabalhadores marítimos, poucos tratados na historiografia regional.

No segundo caso, as reflexões de Tamires Xavier Soares, “O sabor da escassez: os efeitos da Segunda Guerra na alimentação dos trabalhadores do Rio Grande do Sul”, e de Moisés Dias de Araújo, “Condições de vida

e trabalho na Manaus da Grande Guerra”, expressam como um conflito mundial impacta de forma intensa os mundos do trabalho e os trabalhadores. No Rio Grande do Sul, como expõe Soares, os gaúchos tiveram que suportar a majoração de preços e a escassez de alguns produtos como pão, carne bovina, arroz, feijão, dentre outros. Em razão das dificuldades de importação em tempo de guerra, os trabalhadores do extremo sul do Brasil enfrentaram, também, atravessadores e especulares, que concorreram para o aumento do custo de vida. No extremo oposto, em Manaus, como mostra Araújo, o aumento do custo de vida também afetou os trabalhadores manauaras, além disso, várias categorias (gráficos, trabalhadores da limpeza pública...) passaram a sofrer com os atrasos nos seus salários, o que agravava ainda mais a situação. O autor enfatiza as ações dos trabalhadores e do poder público frente a tais situações.

Especialmente na luta por direitos, temos os trabalhos de Richard Kennedy Nascimento Candido e Wanderlene de Freitas Souza Barros. Em “Os caixeiros vão aos tribunais: Cidadania e Justiça no Amazonas Republicano (1890-1921)”, Candido explora o processo de organização, mobilização e luta por direitos dos caixeiros no Norte do país, colocando em relevo as campanhas da categoria pelo fechamento das portas aos domingos e as ações judiciais que alguns desses trabalhadores realizaram em busca de criar/assegurar direitos que julgavam possuir. Já Barros, em “Direitos acidentários em Manaus: o que os jornais mostram (1919-1946)”, trata, tendo os jornais como fontes centrais da sua análise, dos acidentes de

trabalho como expressões da exploração do trabalho e das péssimas condições as quais muitos trabalhadores foram submetidos. Evidencia, ainda, a luta por uma legislação de amparo aos trabalhadores acidentados.

E, por fim, apresenta-se o texto de Daniel Barros de Lima, “O mundo da borracha sob o olhar do patrão: a Revista da Associação Comercial do Amazonas – ACA (1908-1920)”, no qual o autor analisa a perspectiva dos patrões registrada na Revista da Associação Comercial no contexto da economia da borracha e do uso e difusão da imprensa na região, com vistas a desvelar as representações patronais presentes na Revista sobre a borracha e os seringueiros.

Como é possível observar, os temas são variados, assim como os recortes espaciais e cronológicos. Esperamos e desejamos a todos uma ótima leitura.

Luciano Everton Costa Teles

Mundos dos trabalhos indígenas e manejo do mundo: por uma possível história dos trabalhos e trabalhadores indígenas¹

Bruno Miranda Braga

*É festa, é canto - acenda a fogueira! Plumagem, incenso, pintura, capoeira
Flecha, tacape, borduna, lua cheia. Terra madura, Iyambae sem fronteira
(Águia, harpia, condor, gavião) Abya Yala teu berço, teu chão!
O verde, a luta, a marcha pra terra/
E nossas mãos dadas pro grito de guerra*

Toada “O tambor da vida”. Composição de Ronaldo Barbosa Júnior/
Ronaldo Barbosa. Boi-Bumbá Caprichoso, 2024.

Falar de povos indígenas ainda hoje desperta sentimentos de repulsa ou fascínio. De um lado, a repulsa permanece com os discursos que foram postos sobre os indígenas desde a entrada do elemento colonizador nessas terras, quer seja os estereótipos de “selvagem”, “desordeiros”, “preguiçosos”, “viciados”. A repulsa presente atenuada pelo discurso de “entraves ao progresso”, ideia que permanece desde o oitocentos, é de admirar como ainda hoje muitas das nossas historiografias acentuam essa repulsa. Do outro lado temos o fascínio. O fascínio é ambíguo e pode considerar diferentes parâmetros que permeiam a pena e a admiração. Há quem diga “coitados dos pobres índios do

1 Versão ampliada e modificada da conferência “Por uma possível História dos trabalhos e trabalhadores indígenas”, proferida em 28 de novembro de 2024 no canal do YouTube do GT Mundos do Trabalho Amazonas.

Brasil, morrem cotidianamente”, não que a assertiva seja uma mentira, e há também, na lógica do fascínio, quem diga “agora temos mais indígenas doutores, professores, e vindo morar na cidade”, da mesma forma, não que a afirmação seja ilusória, mas quanto peso isso ainda carrega? O principal é o peso do silenciamento.

Em janeiro de 2023, ao tomar posse como ministra dos povos indígenas, Sônia Guajajara afirmou: “Nunca mais um Brasil sem nós!”. Isso deve incluir, evidentemente, a construção de nossas pesquisas históricas.

A apresentação e o destaque à atuação, lutas, movimentos e resistências indígenas não é novidade na Historiografia Brasileira. Isto é um fato recente, em função das grandes inovações teórico-metodológicas, advindas a partir de um grupo de pesquisadores centralizados em John Manuel Monteiro (UNICAMP) e Manuela Carneiro da Cunha (USP) que queriam, naquela altura, descrever como deu-se o contato com o europeu a primazia e autoridade indígena. John Monteiro criou o projeto, hoje é o GT Indígenas na História da ANPUH Brasil, e reuniu em seu entorno pesquisadoras e pesquisadores que despontavam na contramão da narrativa oficial e passavam a descrever e narrar os acontecimentos do passado dando aos povos indígenas o direito à história, e mais: o direito de contar antigas histórias com novas perspectivas, dentre outros, podemos elencar nesse grupo inicial para além de John e Manuela, Francisco Jorge dos Santos (2002), com seu trabalho sobre as alianças e rebeliões indígenas na Amazônia, as guerras interétnicas e contra a Coroa Lusitana; Nádia

Farage (1991), com seus estudos sobre o povoamento do Rio Branco e a participação dos Wapichana e dos Macuxi naqueles processos; Berta Ribeiro (1995) e o contexto das produções dos povos rio negrinos e suas relações comerciais, humanas, e sociopolíticas. Marilene Corrêa da Silva (2014) e como a presença dos povos indígenas e de seus saberes e fazeres era e é parte da idiossincrasia da Amazônia. Maria Regina Celestino de Almeida (2003) e as formas de como os indígenas passaram a ocupar lugares oficiais e militares em meio a colonização, especialmente no Rio de Janeiro além de Marta Amoroso (2014) e como se davam as sociabilidades e as exigências indígenas dentro dos aldeamentos no império e, por fim, Patrícia Melo (2014) e a contagem das gentes “de cor” no Amazonas Provincial, como o poder não considerou indígenas presentes na província de então, e muitos outros e outras.

O que todos esses estudos têm em comum? O protagonismo indígena na história. Cada um desses autores e autoras nos brindam com novos olhares que reconfiguraram o lugar dos indígenas na História do Brasil, e nos mostraram como poderíamos ser e fazer mais pela nova história que nascia no país.

Relacionar indígenas e mundos do trabalho não é tarefa tão fácil como se pressupõe. Quando assim pensamos, estamos relativizando e acabamos em diferentes momentos “escondendo” aquilo que é para ser mostrado: o trabalho indígena.

O que é um trabalho indígena? Um balanço historiográfico da participação indígena nos mundos do trabalho no Brasil

Aqui cabe uma reflexão importante, qual seja: a discussão do que é um trabalho indígena e o que a historiografia considerou e pode considerar ainda mais. Reitero, não é novidade apontarmos em nossas historiografias a relação do indígena com o trabalho, ela sempre existiu, agora o modo como concebemos essa relação, urge ainda hoje fazermos uma reviravolta.

Na colonização, de acordo com Inaldo Chaves Jr. (2019, n.p.), “nunca chegou a acontecer uma substituição do trabalho indígena pelo trabalho do negro escravizado”, ou seja, a substituição é falaciosa. “Os povos originários seguiram sendo largamente requeridos pelas economias e sociedades coloniais do Brasil, mesmo depois da chegada dos africanos ao Brasil colonial”. Nesse sentido, um grande paradoxo que por muito tempo foi e ainda é, especialmente na escola, no ensino de história difundido é a “ideia que o indígena não era apto para o trabalho, era ‘preguiçoso’ e, logo, houve a necessidade da escravização africana, e mais, prevalece um discurso de que os indígenas eram além de rebeldes e indolentes, ‘mediócras, vagabundos e desidiosos’” (2019, n.p.), e mais ainda, fracos, incapazes de serem trabalhadores. Isso, para além de silenciar, construiu uma imagem hostil sobre os indígenas presente até nossos dias.

Ao escrever sobre as relações entre indígenas e missionários durante a colonização, especialmente na

Bahia do século XVIII, o historiador Fabricio Lyrio dos Santos (2024) nos mostrou como, algumas vezes, os religiosos escondiam os indígenas trabalhadores quando as autoridades os solicitavam, pois eles queriam manter o monopólio daqueles homens e mulheres a seu favor. O trabalho indígena era uma espécie de barganha, e de acordo com o mesmo autor, os indígenas eram utilizados em diferentes esferas naquela região, na guerra, na defesa, e até mesmo “na condução de boiadas até a cidade” (p. 57 e p. 81).

Ao analisar o mesmo território, a Bahia, especialmente a capitania de Porto Seguro entre os anos finais do XVIII e prelúdio do XIX, Francisco Cancela (2012) nos apresenta que a região ao passar a inserir novos sistemas comerciais, começa a obter uma prosperidade econômica que entre outros “deve como alicerce fundamental a intensificação e ampliação da exploração da força de trabalho indígena” (p. 255). O pesquisador nos informa ainda que “Há muito considerados como mão-de-obra preferencial dos negócios coloniais na região, os numerosos índios ‘domesticados’ foram concebidos pela política colonial reformista como a alternativa racional e indispensável para a realização dos intentos comerciais metropolitanos” (p. 255).

O historiador John Manuel Monteiro, no clássico *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (1994), nos brinda com um estudo pioneiro sobre a participação indígena na colonização brasileira, antes de considerar os indígenas como vencidos, ou “coitadinhos”, como até então se estabelecia em nossa

historiografia, John mostra-nos outros personagens, e mais: outras tomadas de decisões dando aos indígenas e a seus trabalhos dominância e regimes de historicidade. Quando analisa o uso e o costume da terra, o referido autor nos diz que a Coroa portuguesa estava mais interessada no desenvolvimento da Colônia do que na liberdade dos indígenas e, nisso, “acabou consentindo tacitamente com a existência da escravidão indígena” (Monteiro, 1994, p. 136). A partir disso, aplicavam as formas de captura dos indígenas, os descimentos, os resgates e a guerra justa, objetivando alcançar o trabalho indígena, que se negavam e resistiam a toda essa pressão vinda com a instituição da colônia.

Entre 1616-1757, de acordo com o historiador Francisco Jorge dos Santos (2022), a Amazônia foi formada como “uma colônia portuguesa diferente na América” (p. 21), estabelecendo nesse período uma série de guerras, massacres e rebeliões indígenas. O autor nos aponta para o ano de 1617, período em que diferentes níveis de combate se deram, e entre outras recusas e resistências, estava a luta contra suas escravizações. Havia uma ordem, uma forma e uma empresa para o recrutamento da força de trabalho indígena para ser escravizado, comercializado e utilizado na Amazônia, especialmente em Santa Maria de Belém do Grão-Pará, sede da colônia. O centro do jogo era o trabalho e o trabalhador indígena, que vai ocasionar, como diz o autor, “o loteamento da Amazônia”, e o indígena era a moeda.

Rafael Ale Rocha (2022) nos mostra as relações entre indígenas, a colônia, o trabalho e a formação de um “oficialato indígena”. O autor nos apresenta ainda as diferentes funções, tanto administrativas, oficiais, quanto escravizações nos quais o trabalho indígena era presente e atuante. Longe de um vazio demográfico, ou de uma “terra sem gente atuante”, Rafael nos caracteriza a presença e atuação indígena nos diferentes mundos do trabalho, inclusive no poder.

Se inicialmente a história e a historiografia brasileira demonstravam o errôneo sentido de que os povos indígenas não trabalhavam, não queriam trabalhar, e se quer poderiam “ajudar no crescimento das vilas e lugares da colônia e do império”, as pesquisas acima elencadas já apresentam e fundamentam outras perspectivas, especialmente a perspectiva do trabalho indígena. Isso, na história do Brasil, seguiu um fluxo *continuum*, os indígenas sempre estiveram presentes no trabalho, mesmo que contrariados, ou resistindo àquilo. Se outrora a perspectiva historiográfica atrelou ao indígena a noção de “não trabalho”, sem considerar suas aptidões e noções próprias de trabalho, e mais, sem considerar o seu trabalho, paulatinamente, a historiografia vem mostrando que não, os indígenas trabalhavam e estavam presentes naqueles meios.

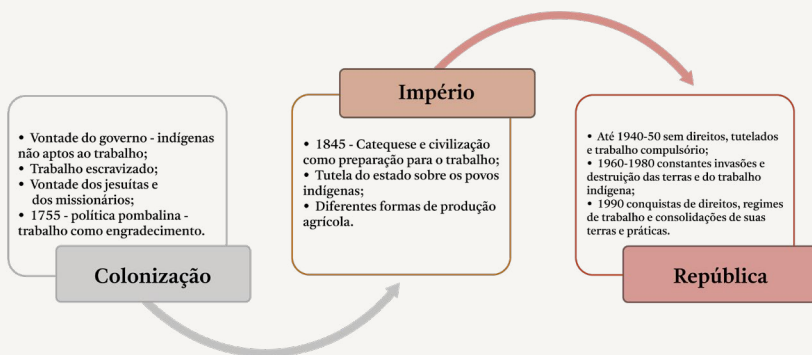
A história do trabalho é, nesse sentido, um campo privilegiado de observação das interações socioeconômicas e políticas que, na maioria das vezes, marcadas pela violência, também foram repletas de significados e sobrevivências. A historiografia tem

revisitado essa questão e os achados são surpreendentes. Ao contrário do que se disse até bem pouco tempo atrás, não foi uma suposta “indolência” indígena a responsável pela adoção, na sequência, do trabalho africano nas economias da América portuguesa, com ênfase àquelas voltadas ao mercado externo. Embora a ideia da “inapetência nativa” para o trabalho regular em moldes ocidentais tenha uma longa duração, remontando aos relatos dos cronistas coloniais, recentemente uma abordagem mais complexa tem sido elaborada.

Concordo com o pesquisador José Vicente Aguiar (2012) quando este nos aponta que ao longo da história se criam em diferentes esferas narrativas sobre os povos indígenas no qual prevalecem vontades de quem produziu a narrativa. Assim, em cada período da história de nosso país legou uma visão e uma narrativa sobre os indígenas e isso inclui (ou não) sua relação com o trabalho. Ao longo dos tempos, “essas histórias tinham, quase sempre, em seus enredos, situações de perigo” (Aguiar, 2021, p. 25), gerando um discurso sobre os indígenas: “eram perigosos”.

Podemos esquematizar as narrativas sobre o trabalho indígena na História do Brasil da seguinte maneira, em termos cronológicos.

Figura 1: Fluxo alternativos com três momentos da história do Brasil e o uso do trabalho indígena



Fonte: Do autor, 2025

O trabalho indígena nos oitocentos: os trabalhadores do Amazonas

Para o século XIX, me atrevo a falar com mais propriedade, pois é a minha temporalidade de pesquisa. O trabalho indígena foi primordial para edificar as cidades do Império, bem como para sustentar com os mais diferentes gêneros as atividades econômicas, culturais, e até mesmo políticas das mais diferentes províncias do Brasil.

A construção da imagem do indígena enquanto “não apto ao trabalho”, foi no século XIX atrelado a um longo discurso de civilização. Desde o século XVII, havia uma ideia de que o “trabalho engrandecia a obra de Deus”, cada homem, cada mulher que trabalhasse estaria no caminho da salvação, e no século XIX, no caso dos indígenas, eles estariam, se trabalhassem, aptos

à civilização. Mas como fazer isso? A volta da antiga política da “catequese e civilização dos índios” fez com o que o governo imperial impusesse suas amarras ao trato dos indígenas. A civilização almejada era garantida pelo trabalho, e somente esse elevava alma, corpo e mente. A tríade trabalho + catequese + civilização formava a base do pensamento oitocentista sobre o uso dos indígenas, todavia os discursos de indolência, selvageria, no trabalho permaneciam.

Agora se virarmos a moeda e o jogo da história, vemos os indígenas trabalhando ativamente, desde sempre. Se rompermos com a lógica estrangeira de trabalho, ou como uma única forma de medição e uso do tempo, vemos o indígena e seus diferentes trabalhos. Edward Thompson (1998), ao historicizar o uso do tempo pelos trabalhadores, destacou que cada cultura se modela e define os seus tempos de trabalho. O trabalho assalariado, cronometrado, diário, rotulado é característico da sociedade capitalista inaugurada com a revolução industrial inglesa, e não deve de acordo com Thompson ser “molde universal de cronometrar o trabalho” (p. 269-270), pois “a atenção ao tempo no trabalho depende em grande parte da necessidade de sincronização do trabalho” (p. 271), assim sendo, na lógica temporal dos povos indígenas, desde sempre eles exerciam diferentes trabalhos.

A historiadora Patrícia Melo (2021, p. 8), ao analisar as relações entre os trabalhadores indígenas e negros na cidade de Manaus no século XIX, mostrou que dentro das lógicas de cada grupo, era frequente as fugas dos

indígenas do serviço. Estes acabavam sendo “caçados pela polícia e suas lideranças cobradas para que os reconduzisse à cidade, caso chegassem às aldeias”, e no tocante aos negros, a autora comenta que “os africanos foram protagonistas de mil disputas incluindo agressões físicas aos feitores, demandas por pagamento porque ganhavam menos que os livres, somadas à embriaguez que, frequentemente, os levava à cadeia”. Havia assim mundos do trabalho que seguiam lógicas e formas próprias nas quais o elemento do poder, ou seja, o governo provincial impunha suas vontades de trabalho aos indígenas.

Desde os tempos coloniais, “a falta” de pessoas para os serviços públicos e privados constituiu um dos maiores desafios e meta dos governantes para com os indígenas. Se na Amazônia Portuguesa, o domínio espiritual e temporal eram premissas do contato, para o Império, especificamente no Amazonas, o braço indígena e sua posse foi fundamental para os planos de colonização, modernização, ampliação e domínio da província.

Havia os trabalhos indígenas praticados há séculos em seus meios de origem e suas comunidades. A pesquisa de Márcio Couto Henrique (2018) apresenta a diversidade de produção dos aldeamentos e suas relações com a economia local. Em diferentes missões, se detinha o conhecimento e a técnica necessária para mantimento dos gêneros, era um trabalho especializado, uma vez que cada região produzia coisas específicas, por exemplo: a Missão do Rio Andirá, localizada nas proximidades da atual cidade de Parintins, produzia café, tabaco e

guaraná; já a Missão dos Rios Uaupés e Içana, produzia os ralos, farinha, redes de maqueira, salsaparrilha e bancos (Henrique, 2018, p. 167-168). Nisso, é possível verificar como os trabalhos indígenas eram constantes, e como paulatinamente, impulsionados pela voracidade capitalista, os não indígenas se apropriavam disso, e alteravam os sistemas de produção local.

No caso do Amazonas, uma província onde “tudo estava por se fazer”, havia também a necessidade de “todos para fazer”. A presença dos africanos escravizados, pela província era em número significativo, todavia ainda se tinha demasia de fazeres públicos e demasia de requerimentos privados para a ida de mais escravizados negros para atuarem nos fazeres cotidianos. Em termos administrativos, a “contratação” e uso da mão de obra indígena se dava da seguinte forma: inicialmente estavam em suas aldeias e comunidades nas quais se pronto alocavam as missões de catequese e civilização. Pela liderança do indígena principal, e/ou do missionário, ou da diretoria geral dos índios, a província contatava e obtinha indígenas para serem empregados em diferentes ofícios provinciais, majoritariamente no setor de obras públicas. Às vezes esse “processo de obtenção de índios” era “pacífico”, muitas vezes, os próprios indígenas iam até Manaus oferecer seus serviços. Porém, quase sempre, se usava da “brutalidade” das correrias ou dos descimentos – heranças do período colonial – para obter a mão de obra indígena.

Ao chegarem na cidade, e serem inseridos no corpo de trabalhadores, recebiam ainda diferentes titulações: “índios serventes”, “índios trabalhadores”, “índios de obras”, “índios de casa”, entre outros, bem como também detinham diferentes funções para além das obras provinciais: remadores, condutores, produtores, e até mesmo comerciantes. A relação entre trabalho indígena e a cidade no século XIX assume uma dimensão muito particular no lócus amazonense: se tinha os indígenas trabalhadores de Manaus e os indígenas trabalhadores que eram trazidos, ou que vinham oferecer seus serviços em Manaus. A cidade e o trabalho indígena em diferentes temporalidades apontam para as necessidades humanas e sociais que os próprios indígenas detinham sobre seu espaço (Braga, 2022).

Concordo com Benedito Maciel (2015, p. 56) quando propôs que os indígenas e demais trabalhadores do Corpo de Trabalhadores buscavam “driblar o sistema de trabalho compulsório e, mesmo que de forma velada, impor o seu jeito de ser e seu ritmo de trabalho”. Nesse sentido, considero com o autor referido que os indígenas, bem como os demais funcionários, detinham senso crítico do sistema de trabalho imposto pelo estado imperial e nas suas diferentes formas de fazer, buscavam táticas para se evadir daquilo imposto ou ressignificar suas funções e atribuições e reivindicar seus direitos em meio a um sistema de trabalho falho e um tanto hostil.

O que pretendo mostrar é que o trabalho no mundo indígena era exercido antes do contato com mundo exterior e permaneceu como prática cultural

do cotidiano e do *ethos* amazônico, no seu ritmo e constância própria. Na província do Amazonas, os gêneros regionais seguiam ainda conforme apontam os relatórios e documentos da presidência.

Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, diretor geral de índios em 1866, faz uma descrição em seu relatório² do cotidiano indígena da província, destacando que eles “anulam a lavoura, salvo raras e pequenas plantações de mandioca da qual fazem a farinha ou o beijú para o sustento diário, ou o Caxiry – bebida fermentada com que ‘se embriagam em suas festas’, como falamos anteriormente”. Outra prática apontada foi a colhida de frutos silvestres para se alimentarem ou mesmo venderem.

Seguindo seu relato, o diretor dos indígenas em 1866, especificou as características cotidianas de alguns grupos: Os maué e os mundurucu são apresentados como povos cultivadores, especializados no plantio do guaraná, fruto que abunda ainda hoje nas comunidades desses grupos na Amazônia. O diretor pondera que os maué eram os que faziam a economia e a riqueza de Maués, cidade do Amazonas, já os mundurucu eram adeptos de trabalhos leves, e possuíam um espírito guerreiro (Braga, 2022, p. 313).

2 ANEXO II: Relatório da Diretoria Geral dos Índios, em 27 de janeiro de 1866. Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, Diretor Geral dos Índios. In: RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello, entregou a administração da Província do Amazonas ao Exmo. Sr. Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, vice-presidente da mesma, em 24 de junho de 1866. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1866. Acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA.

Os grupos do Uápes e do Içana eram os mais organizados em termos de “produtividade agrícola”. Diversas fontes da diretoria geral dos índios, bem como da presidência da província, apresenta-os como laboriosos e muito produtores de gêneros que eram base da exportação da província, como as redes de maqueira e a farinha. Os ralos por eles fabricados, conhecidos desde 1855 quando o vapor provincial Monarca passou pela região e destacou que sua utilidade era onipresente em toda a região.

Havia um “comércio da farinha”. A documentação do período aponta para essa atividade crescente e corrente na província em todo o oitocentos e na qual os indígenas eram seus executores e administradores desde o plantio até a venda, eles estavam inseridos e vivificando seus saberes neste trabalho.³

Os muras eram exímios pescadores. Parte de suas atividades era no conhecimento dos regimes hídricos e dos espécimes fluviais. Ao compará-los a “ciganos”, possivelmente o diretor dos índios quis aludir ao fato de estes viverem em constante movimento espacial,

3 A farinha de mandioca era o principal gênero de fabrico regional do Amazonas Provincial. Por ser um dos itens mais importantes da dieta local, a farinha assumiu uma grande potencialidade comercial na qual uma saca era bem vendida entre diferentes negociantes. Em diversas falas das narrativas dos naturalistas, os vemos solicitarem sacas de farinha para algum indígena produtor, diferentes documentos oficiais falam que estes comerciavam a farinha. Sabemos que o “sistema de comércio” entre os grupos indígenas de então era predominantemente o de troca, especialmente com regatões e naturalistas, e aventureiros. A longevidade da qualidade da farinha, se bem conservada também agregava valor à especiaria que ainda hoje se é marca cultural da dieta do amazonense.

pois se apoderavam de elementos de outras ações, especialmente dos mundurucu com os quais tinham divergências interétnicas.

Os uaimiri, da região do Jauaperuy, na imagem do diretor, havia sido “cessado nas correrias”, porém eles resistiram e foram, como o próprio diretor apontou, “empregados” na extração das drogas do mato. Com os esquemas acima expostos quero aludir que por um lado havia a lógica do trabalhador indígena que a província queria (esses especialmente seriam empregados como operários na diretoria provincial das obras públicas), por outro lado havia o trabalhador indígena no *modus* indígena do *ethos* amazonense de então (esses exerciam suas atividades sem que o poder provincial os visse como trabalhadores). A análise a partir da leitura da fonte, que é o relatório de visitas do Diretor Geral dos Índios, enfatiza aquilo que a província pouco vislumbrava, que era um “índio trabalhador”, produtor, dinâmico. Claro que essas são visões de um não indígena que procurava destacar as potencialidades da província, todavia, o fato de destacar o cotidiano das diferentes etnias em seus distintos saberes, fazeres e sentimentos, faz com que vislumbramos uma província ativa e organizada nos parâmetros do perspectivismo indígena.

Acompanhando o proposto por Maria Regina Celestino de Almeida, dentre as várias questões que envolviam os indígenas no século XIX, as suas terras e o domínio do trabalho eram as mais ponderantes. A referida historiadora, acordando com Manuela Carneiro da Cunha, afirma que: “em várias regiões do Império,

a mão de obra indígena ainda era bastante utilizada e disputada, o que incentivava uma política de deportação e concentração de populações indígenas” (Almeida, 2010, p. 146).

As fugas e ausências eram constantes e articuladas entre os indígenas das obras públicas. Na tarde de 16 de agosto de 1872, Domingos Monteiro Peixoto, presidente provincial, encaminhou um ato ao diretor geral dos índios solicitando uma providência para a ordem de retorno às obras públicas do indígena Nazario. Nazario fora trazido do distrito de Abacaxis e “ausentou-se do serviço das obras publicas, no qual estava empregado, seja levado a presença do dr. chefe de policia, affim de indagar-se a rasão de sua ausencia; fasendo-o depois apresentar-se ao director das mesmas obras”. O caso de Nazario foi também ao chefe de polícia, que o presidente solicitou “fasendo vir a sua presença o indio de nome Nazario, que desde 29 de julho ultimo tem deixado de comparecer ao ponto da obra em que estava empregado, como participa o diretor das obras publicas; e indagando a rasão de seua ausencia, mande apresentar ao referido diretor”.⁴

Este é apenas um dos exemplos de que a vontade dos indígenas sobre o trabalho nas obras públicas, além

4 Todo o caso e suas dissoluções foram comentadas pela presidência da Província do Amazonas em relatório encaminhado ao Imperador Pedro II, conforme a fonte: BOLETIM OFFICIAL. Anno I. Província do Amazonas - Manãos, 13 de Fevereiro de 1873. nº 12. Acervo: Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=850691&pesq=%22indio%22&pasta=ano%20187&pagfis=33>.

de ser vontade provincial sobre estes, partia também de uma vontade (ou não, como no caso de Nazario), de realizarem tal ofício. Isso contrariava os ideais da gestão provincial. Essas fugas e ausências são entendidas como resistência política por parte dos indígenas. Creio, também, que como conhecedores de seus direitos e deveres, se eles, como Nazario, se ausentavam, algo não estava acontecendo como combinado, como acordado pelas partes.⁵

No dia 18 de abril de 1873, alguns indígenas idosos no trabalho das obras provinciais em Manaus, foram dispostos ao coronel Francisco Antonio Monteiro Tapajós para serem empregados no serviço da sua olaria, a Olaria Tapajós. Havia uma “troca de favores”, um *quid pro quo* entre a província e o senhor Francisco; este fornecia descontos nos materiais de construção necessários para as obras, a província cedia os indígenas e “pagava seus proventos”. O trabalho indígena era assim, a “moeda de troca” para amparo das necessidades provinciais também.

O diretor das obras públicas de 1874, Leovigildo Coelho, em seu relatório, fez questão de apresentar ao Presidente da Província um balancete apontando “onde estavam e o que estavam fazendo os índios”, especificamente os das obras públicas. Reitero que esses

5 Mais informações sobre assunto encontra-se no capítulo sexto da minha tese: BRAGA, B. M. *Chão de Vidas, Rios de Memórias: Histórias Indígenas do Amazonas Imperial 1845-1888*. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2022.

indígenas eram tratados como “moeda de troca”, era um *quid pro quo* no sentido que Michel de Certeau propôs.⁶

Porém, esse sistema de arregoimento nem sempre fluiu e deu certo, uma vez que os indígenas negavam ir e as remessas estavam cada vez mais irregulares, seus encarregados “cessarão completamente logo que a epidemia de variola augmentou de intensidade na capital” (Relatorio, 1874, p. 03).

Como os indígenas empregados nas obras públicas viviam, se estabeleciam na capital? Há poucos indícios sobre essa questão no corpus documental que fundamentam esta tese. Sabemos que em 1863 foi erguido um barracão, uma espécie “casa de um cômodo só” para abrigá-los em sua estadia na capital como funcionários das obras públicas. Lembremos que sua função e conseqüente estadia em Manaus não era peremptória, mas mutável. Leovigildo Coelho, em 1874, propôs que esse barracão de 1863 estava muito arruinado e um novo foi construído no terreno do Hospital de Caridade, esse era “coberto de palha, fechado até a altura de oito palmos com paredes de taipa de pao a pique e dividido internamente em dois grandes compartimentos” (Relatório, 1874, p. 573). Como naqueles dias a capital estava assolada por uma

6 De acordo com De Certeau, o *quid pro quo* diz respeito ao uso das atribuições de um indivíduo por outro. À primeira vista parece que tudo está empregado e de maneira funcional, mas isso é somente aparência, pois a composição da estrutura e a origem são diferentes. Ler mais sobre esse conceito em: CERTEAU, M. *Micro-techniques and Panoptic Discourse: A Quid pro Quo*. In: CERTEAU, M. *Heterologies: Discourse on the other*. University of Minesota Press, 1986.

epidemia de varíola, o diretor informou ainda que não havia “um unico indio ao serviço das obras, acha-se este barracão vasio e sem serventia alguma”.

Fora o trabalho como “oficiais” serventes nas obras públicas, muitos indígenas eram empregados em diferentes misteres na vida pública e na vida privada. Além dos seus fazeres cotidianos que na visão dos não indígenas não era trabalho. Esses “trabalhos dos indígenas pelos indígenas” formavam no lócus provincial um regime de constante dinâmica, sinergia, que dava a estes amplos sentidos de trabalho e trabalhador.

Considerações Finais

Procurei apresentar ao longo desse texto algumas indicações da presença dos povos indígenas em diferentes mundos do trabalho na história do Brasil, com destaque ao Amazonas durante o século XIX. Relacionar mundos indígenas com mundos do trabalho não é algo inatingível do ponto de vista historiográfico, penso que a perspectiva de escrita da história do trabalho requer inserir os indígenas e ir para além da estrutura e do conceito de classe, pois não necessariamente é fácil ou presumível inserir indígenas no conceito de classe que é macro.

Quero considerar aqui uma resposta à pergunta feita anteriormente: o que é um trabalho indígena? E mais: o que é um mundo do trabalho entre os indígenas? Para isso, inicialmente considero que as atividades de pesca, coleta, plantio, observações físicas, diálogo com entes

exteriores, pesquisa e colaboração são parte da ciência indígena e, logo, são também afazeres que se originam dos mundos do trabalho. Ao longo da história, se por um lado o discurso pregou a “inaptidão do indígena para o trabalho”, foi o mesmo discurso que condicionou que eles deveriam fazer apenas um tipo de atividade, foi uma visão generalizada.

A antropóloga Berta G. Ribeiro (1995), na sua obra sobre a produção e os equipamentos de produção dos grupos rio negrinos, já nos anos 90 do século passado, nos apresentava como se dava de maneira especializada a produção do artesanato e dos utilitários entre os grupos do Rio Negro, especialmente os do Alto curso. Em sua pesquisa, Berta nos apresenta ainda que, para além da divisão sexual do trabalho artesanal, ocorriam em cada grupo uma “divisão do trabalho intertribos em que cada uma delas, embora possa confeccionar artefatos que as outras produzem, se abstém de fazê-lo, a fim de estreitar a dependência mútua” (Ribeiro, 1995, p. 63). Nesse exemplo, para além do conceito de classe trabalhadora, temos também um exemplo de produção e meios de produção.

Se há produção, há trabalho, isso desde o início da frente colonizadora no Brasil já era presente. E para além: a ciência arqueológica cada vez mais avança nesses tempos em nos apresentar a complexidade da vida cotidiana das comunidades indígenas antes do europeu, e algumas pré-históricas também e seus sistemas de trabalho, as chamadas sociedades ou cacicados complexos. O livro *Sob os tempos do*

Equinócio: oito mil anos de História na Amazônia Central, o arqueólogo Eduardo Góes Neves nos indica, dentre outras, pensar uma História Antiga da Amazônia, e como pelos trabalhos desenvolvidos, especialmente pelas técnicas cerâmicas e as práticas agroecológicas, moldaram as feições geográficas e botânicas da região, mas também mostra as práticas dos povos indígenas que a habitavam, isso inclui os trabalhos que realizavam (Neves, 2022, p. 186-187).

Nesse sentido, respondendo à questão posta, o trabalho indígena seria àquele presente antes, durante, e depois da presença e estabelecimento do elemento colonizador não indígena. Por processos de adaptação ao longo dos tempos, os trabalhos indígenas assumiram diferentes formas e incorporaram (ou não) lógicas de outros trabalhos, todavia, isso não é um jogo de mais ou menos, melhor ou pior; trata-se de uma relação, de relações e lidas cotidianas que sempre estiveram presentes, mas o discurso não indígena os suplantou.

Numa importante coletânea de pesquisadores indígenas intitulada *Manejo do Mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro*, organizada pelo antropólogo Aloisio Cabalzar (2010), vemos como diferentes povos ao longo da história desenvolveram técnicas e ciências a partir dos seus mundos do trabalho, e do conhecimento ancestral que permeia suas práticas. É singular pensarmos que os povos indígenas e o trabalho sempre estiveram em relação, e em boa parte das nossas historiografias isso foi negligenciado ou invisibilizado simplesmente pelo fato de não enquadrar

esses trabalhos, esses sistemas de produção na lógica da classe. Logo, para melhor fundamentar as pesquisas que unem mundos indígenas e mundos do trabalho, devemos considerar as dimensões do trabalho e como ele é produto de culturas diferentes, de manejos diferentes.

O Grupo de Trabalho Indígenas na História da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil) desenvolve atualmente, em forma de blog, o projeto “Indígenas na História: sempre obrigados ao trabalho”, projeto coordenado pelos pesquisadores João Paulo Peixoto Costa (coordenador do blog-IFPI/UESPI) e André Roberto de Arruda Machado (coordenador do projeto Universal/CNPq-UNIFESP/ALMANACK), apresentando os mundos dos trabalhos e os indígenas inseridos neles. Trata-se de uma novidade que muito irá possibilitar reescritas da história nacional, apresentando novas perspectivas para muito do que já foi dito. Periodicamente, uma pesquisadora ou um pesquisador publica no blog um texto dinâmico e didático apresentando aspectos do trabalho indígena em diferentes temporalidades. Aqui convido o leitor, a leitora a vivenciar essa experiência.⁷

Por fim, encerro esse texto destacando que a cidade e o trabalho estão para os indígenas, assim como os indígenas estão para a cidade e para o trabalho. Urge em nossa historiografia destacar o lado indígena do trabalho, e como estes fizeram aos seus modos parte de

7 O projeto pode ser acessado pelo link: <https://anpuh.org.br/index.php/blog-indigenas-na-historia-sempre-obrigados-ao-trabalho>.

diferentes classes trabalhadoras, e, como estes também exerciam diferentes trabalhos.

Penso que hoje, inserir os povos indígenas nos mundos do trabalho em termos de história é completar a narrativa: é verificar, por fim, no meio dos trabalhos os indígenas e no meio dos indígenas, o trabalho!

| Referências

- AGUIAR, J. V. S. *Narrativas sobre os povos indígenas na Amazônia*. Manaus: Edua, 2012.
- ALMEIDA, M. R. C. *Metamorfoses Indígenas: Identidade e Cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, M. R. C. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- AMOROSO, M. *Terra de Índio: imagens em Aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- BRAGA, B. M. *Chão de Vidas, Rios de Memórias: Histórias Indígenas do Amazonas Imperial 1845-1888*. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2022.
- CABALZAR, A. (org.) *Manejo do Mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2010.

- CANCELA, F. E. T. *Do Projeto a Processo Colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização Reformista da Antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)*. Tese (Doutorado em História). Salvador, BA. Universidade Federal da Bahia, 2012.
- CHAVES JR, J. I. Os povos indígenas e a questão do trabalho no Brasil colonial (Artigo). In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/povos-indigenas-trabalho-brasil-colonial/>. Publicado em: 18 nov. 2019. Acesso em: 20 nov. 2024.
- FARAGE, N. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- HENRIQUE, M. C. *Sem Vieira nem Pombal. Índios da Amazônia no século XIX*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
- MACIEL, B. E. S. P. *Histórias intercruzadas: Projetos, ações e práticas indígenas e indigenistas na Província do Amazonas (1850-1889)*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2015.
- MELO, P. M. A. Índios e africanos livres nas obras públicas, Manaus, Século XIX. *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 13, p. 1-12, 2021. DOI: 10.5007/1984-9222.2021.e79516. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/79516>. Acesso em: 3 fev. 2025.

- MELO, P. M. A. *Os Fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX*. 2. ed. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2014.
- MONTEIRO, J. M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NEVES, E. G. *Sob os tempos do Equinócio: oito mil anos de História na Amazônia Central*. São Paulo: Ubu Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 2022.
- RELATORIO apresentado ao Exm. Sr. Dr. Presidente da Província Domingos Monteiro Peixoto pelo Diretor das obras Públicas - Joaquim Leovigildo de Souza Coelho. Manáos: Typ. do Commercio do Amasonas, 1874. p. 03. Acervo: Instituto Geografico e Histórico do Amazonas - IGHA.
- RIBEIRO, B. G. *Os Índios das Águas Pretas: Modo de produção e equipamento produtivo*. São Paulo: Companhia das Letras/Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- ROCHA, R. A. *Os Oficiais Índios na Amazônia Pombalina: Sociedade Hierarquia e resistência (1751-1798)*. Curitiba: CRV, 2022.
- SANTOS, F. L. *Da catequese à Civilização: colonização e povos indígenas no Brasil*. Salvador - BA: Sagga Editora e Comunicação, 2024.
- SANTOS, F. J. *Além da Conquista: Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina*. 3. ed. Manaus:

Editora da Universidade Federal do Amazonas,
EDUA/ MEMVAVMEM, 2022.

SILVA, M. C. *O Paiz do Amazonas*. Manaus: Editora Valer/
Governo do Estado do Amazonas/ UNNORTE, 2014.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Trad. de Rosaura
Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

História social, mundos do trabalho e os trabalhadores escravizados na província do Amazonas (séc. XIX)

Tenner Inauhiny de Abreu

História Social e Suas Múltiplas Formas no Brasil

A História Social Britânica teve, conforme Gomes e Negro (2006) assinalam, uma grande influência na historiografia brasileira. Autores como Eric Hobsbawm, Edward Thompson ou Christopher Hill foram utilizados de maneira bastante significativa nas pesquisas sobre novos temas e abordagens a respeito da História Social, principalmente com ênfase no Mundo do Trabalho.

Apesar da grande relevância destes historiadores na produção acadêmica nacional, Gomes e Negro (2006) atestam a inexistência de uma reflexão sistemática a respeito da influência e boa recepção das obras destes historiadores e o seu impacto nos trabalhos acadêmicos ligados à história do Brasil. Ressaltam, ainda, que apesar da ausência de trabalhos que analisem tal ascendência, muitos programas de pós-graduação (e algumas revistas acadêmicas) vêm trabalhando no sentido de difundir e ampliar a base de conhecimentos produzidos dentro desse campo de estudos.

Existe uma história operária feita fora das universidades, caracterizada, em primeiro lugar, por uma tendência a identificar classe operária com movimento operário, ou como ressalta Hobsbawm

(2000), tendeu a identificar a história dos movimentos operários com a história da ideologia dos movimentos.

Em segundo lugar, a história operária feita fora da universidade passou a ter como característica, o fato de ter se transformado em “arqueológica” na medida em que atribuía ao movimento operário uma importância significativa, que ninguém mais atribuía. E em terceiro lugar, a história operária, descrita como “clássica”, tendeu a produzir uma versão ou modelo oficial da história do movimento, o que segundo ele: “[...] talvez e um tanto surpreendentemente, a historiografia tradicional dos movimentos operários era técnica e metodologicamente bastante ortodoxa” (p. 15).

Constituiu-se dentro da história operária um caráter mais acadêmico, fruto de uma ampliação do seu campo de ação e método de análise. Abandonou-se uma abordagem mais restrita, seja de ordem política, econômica ou mesmo ideológica, e desenvolveu-se uma história social de sentido mais amplo. E acrescenta: “A história operária é assunto multifacetado, embora os níveis de realidade ou de análise formem um todo [...]” (p. 18).

Há, em nosso entendimento, uma diferenciação entre a história operária e a história do trabalho. Durante muito tempo a história operária estava estritamente vinculada a um lócus específico, seja a fábrica ou a cidade, enquanto a história do trabalho que nós abordamos lida com trabalhadores de diferentes origens e funções: escravizados, ex-escravizados, trabalhadores urbanos de diferentes categorias, trabalhadores rurais.

Tal qual observa Hobsbawm (2000), compreendemos a história do trabalho como assunto multifacetado, nosso enfoque, portanto, não são as lideranças, associações de trabalhadores ou instituições em si, nosso interesse é o enfoque das relações sociais destes trabalhadores das mais diversas origens culturais e étnicas e que estavam em constante contato na sociedade amazonense dos oitocentos.

Sidney Chalhoub (1986) afirma que no mundo ordenado pela presença do escravizado, a questão do trabalho era pouco problematizada na esfera das mentalidades: o trabalhador escravizado era propriedade do senhor e, sendo assim, o mundo do trabalho estava obviamente circunscrito à esfera mais ampla do mundo da ordem, que consagrava o princípio da propriedade.

A respeito do conceito de trabalho, o trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante, assumindo uma nova roupagem que lhe desse um valor positivo, se transformando no elemento fundamental para a nova ordem no Brasil. O problema do mundo do trabalho enfrentado pelos parlamentares do Império era o de transformar o liberto em trabalhador a partir da educação: educar o liberto significava transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada”.

Inexiste um diálogo entre os estudos de escravidão e as experiências urbanas rurais de milhares de africanos

e crioulos em relação às investigações que analisaram a imigração europeia e a chamada experiência do trabalho livre.

É necessário analisar a experiência do trabalho escravo e também do trabalho livre e assalariado no último quartel do século XIX, sob o ponto de vista de uma história social (principalmente, como já vimos, sob a influência dos historiadores britânicos que contribuiu para a renovação de pesquisas nos programas de pós-graduação sobre grupos sociais).

Gomes e Negro (2006, p. 221) afirmam que: “A agenda das investigações e reflexões apontava para a consideração das experiências das classes subalternas em suas complexas relações de influência, teias de cultura e poder”. Acrescentaríamos a essas complexas relações, como assinalam os autores, também o processo de racialização e mestiçagem, na medida em que os trabalhadores da Província do Amazonas tinham origem multiétnica, portanto, sendo necessária a compreensão deste ponto para a análise da dinâmica social daquele período histórico.

A história social, entretanto, busca nas fontes o vivido, seu intuito é sempre o de reconstruir redes de relações que encarnem em pessoas concretas as experiências. Para tanto, é necessário por parte do pesquisador um movimento rumo aos arquivos, desconectado de esquemas pré-estabelecidos.

A crítica de Gomes e Negro (2006) relaciona-se ao que denomina de “bifurcação” nos estudos relacionados à história social. Os estudos sobre escravidão, segundo

o autor, priorizaram os conceitos de lutas de classes enquanto nos estudos sobre a classe operária, sindicatos e partidos acabavam silenciando sobre o processo de formação das classes, nem tocavam no ponto do “embranquecimento” ou da exclusão própria do trabalho escravizado. Tal crítica pode ser feita também nos estudos sobre a classe operária no Amazonas, na medida em que o processo de racialização e mestiçagem ou mesmo o estudo da presença de uma tradição de trabalho compulsório e a complexificação do caráter da formação identitária destes trabalhadores é pouco abordado pelas obras de história do Amazonas.

Para Marcel Linden (2005), o conceito de classe trabalhadora que se originou na Europa do século XIX tem sofrido nos últimos tempos diversas críticas, principalmente em relação as fronteiras entre trabalho “livre” assalariado, trabalho por conta própria, trabalho compulsório, além da dificuldade de demarcação e da dificuldade de manutenção das diferenças entre trabalho urbano e rural. Ao aludir a obra de pesquisadores como Linebaugh e Rediker, o autor assinala a existência, para os Mundos do Trabalho, de uma multidão complexa e interconectada social e culturalmente que era vista, como um todo pelos os donos do poder.

Para Linden (2005), deve-se visualizar o novo conceito de classe trabalhadora a partir de uma crítica construtiva do conceito de classe trabalhadora em Marx, pois este supunha que a força de trabalho se transformava em mercadoria numa sociedade capitalista. Subentendido que esta relação ocorria a partir do trabalho livre

assalariado, o conceito restrito de classe trabalhadora, para Linden, baseia-se nesta ideia, pois seriam a classe trabalhadora real apenas, os já citados, trabalhadores livres assalariados. A obra do autor nos ajuda a refletir a respeito tanto de múltiplas formas do trabalho quanto em relação às formas transitórias presentes entre as classes. A sociedade amazonense do período provincial, de acordo com as fontes coletadas, sejam as fontes oficiais ou jornais, apontam para uma sociedade rigidamente hierarquizada, porém onde insistem os elementos tradicionais da economia de *plantation*: grandes propriedades, mão de obra escrava e monocultura.

Gomes e Negro (2006) criticam a visão tradicional de uma classe trabalhadora exclusivamente branca, fabril e de origem europeia. A dicotomia entre o mundo da escravidão e o mundo do trabalho livre está presente na historiografia brasileira. Nesta perspectiva, o trabalho escravo era visto como atrasado e em contradição com a formação da nova sociedade pautada no trabalho livre.

Para Gomes e Negro (2006), mesmo a história social do trabalho seguiu durante algum tempo este modelo bifronte, onde não se abordava a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ou se deixava em segundo plano o estudo do papel de africanos, crioulos, escravizados e libertos na formação da classe trabalhadora brasileira. A participação destes grupos era estudada em termos cronológicos, culminando na chegada dos imigrantes italianos nas fazendas de café.

No caso específico da história do Amazonas ocorre uma vinculação direta entre a modernização e crescimento de Manaus no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, devido ao crescimento da economia da borracha. A partir deste pano de fundo que se vinculam a experiência dos trabalhadores, dando pouco espaço para as relações de racialização e mestiçagem nestas abordagens.

Henrique Lima (2005) afirma que nas sociedades escravistas do século XIX, liberdade e escravidão eram conceitos, sobretudo jurídicos, vinculados à ideia de propriedade. Termos como trabalho livre e trabalho escravo, na visão do autor, não podem ser vinculados automaticamente aos primeiros, sob o risco de se compreender sociedade a partir de um ponto de vista evolucionista. Lima (2005) busca problematizar e criticar a ideia de uma possível existência de uma transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre. Sidney Chalhoub (1990), na obra *Visões da Liberdade*, deixa claro, já na introdução de sua obra, as dificuldades existentes na utilização do conceito de transição pautado nos modos de produção. Propõe o uso do conceito de cultura, e suas múltiplas visões, dentro de uma concepção de história social.

A respeito deste período, Henrique Lima (2005) refere-se à análise de Sílvia Lara (2005), onde a autora afirma que a tradição historiográfica que discutia a transição do trabalho escravo para o trabalho livre justificava a invisibilidade da presença dos ex-escravizados na história dos trabalhadores no Brasil pós-emancipação,

a partir de uma lógica evolucionista, que definia a marca das relações de trabalho escravistas incompatível com as regras da nova sociedade que era baseada no trabalho livre.

A substituição da forma de trabalho escravo pela livre, dentro desta visão historiográfica, implicaria a substituição física dos antigos escravizados pelos imigrantes europeus. Os ex-escravizados também formaram a chamada “classe operária”.

As experiências de resistência ao cativeiro começam a ser consideradas na formação cultural e política do movimento operário brasileiro, especialmente quando se trata das chamadas irmandades religiosas, dos fundos de emancipação e da solidariedade que deram tais instituições escravas.

Os dois autores chamam a atenção no fato de que trabalho livre e trabalho escravo, além de conviverem desde o período colonial, trata-se de experiências históricas não se podendo absolutizá-las como categorias analíticas.

Mundos do trabalho no Amazonas

A chamada História Social do Trabalho produziu no Amazonas, durante a década de 1990 e 2000, algumas obras que tratam da experiência dos trabalhadores na cidade de Manaus. Destaca-se principalmente autores que tratam a respeito da presença de trabalhadores e sua vinculação com o crescimento urbano da cidade de Manaus, na chamada Primeira República. Tais

obras têm por características fundamentais o recorte cronológico (final do século XIX e primeiras décadas do século XX), uma vinculação das experiências dos trabalhadores ao crescimento da cidade (expansão da economia da borracha o boom), urbanização e disciplinamento desses espaços a partir da *Belle Époque*, além de, teoricamente, serem bastante influenciadas pela historiografia social britânica. Entretanto, apesar dos esforços de tais pesquisas (dissertações, teses e artigos), pouco se menciona a existência ou mesmo a presença de trabalhadores escravizados na sociedade amazonense do oitocentos.

A respeito do crescimento urbano de Manaus, na expansão da economia da Borracha e sobre o Mundo do Trabalho, citemos: Costa (1997), na obra *Quando viver ameaça a ordem urbana: Trabalhadores urbanos em Manaus 1890-1915*, nesta dissertação, transformada recentemente em livro, a autora aborda as experiências cotidianas dos trabalhadores na cidade de Manaus em transformação visível devido ao impacto econômico do “Boom” gomífero, dialogando com aportes teóricos da história social britânica, notadamente o conceito de economia moral de Hobsbawm, dentre outros. Em se tratando do crescimento da cidade de Manaus, destaquemos a obra de Edinéia Dias (1999), *A Ilusão do Fausto*, onde a autora, ao utilizar como fonte principal os chamados Códigos de postura, destaca a presença dos trabalhadores circulando pela cidade em tempos de disciplinamento do espaço urbano. Ainda sobre os trabalhadores, destaque para a obra de Maria Luiza

Urgarte Pinheiro (2001), *A Cidade sobre os ombros*, na qual a autora ressalta a atuação e as experiências dos trabalhadores, principalmente os estivadores no início da Primeira República. Mais recentemente, os artigos da própria Maria Luiza Urgate Pinheiro (2007) e de Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (2007), respectivamente em *Nos meandros da cidade* e *Mundos do Trabalho na cidade da borracha*, demonstram a efervescência e vitalidade do uso de referências da história social britânica no Amazonas.

A formação de um corpo de trabalhadores nos primeiros anos da república na cidade de Manaus é analisada pela obra, já mencionada, de Francisca Deusa Costa (1997), onde a autora problematiza a respeito das experiências dos trabalhadores urbanos na cidade de Manaus no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Destaca-se em sua obra elementos como a presença cotidiana e experiências de classes trabalhadoras na cidade, a partir de uma ótica “Thompsoniana” de classe, economia moral etc.

As experiências dos trabalhadores são o foco da historiadora Maria Luíza Pinheiro. Ela propõe um olhar crítico da História Regional, abordando os processos sociais vinculados ao chamado “boom da economia da borracha”, procurando renovar a visão a respeito da modernização do espaço urbano existente no discurso disciplinador e higienizador, dos usos dos espaços e modos de viver no período da *Belle Époque* na cidade de Manaus. Dialoga com uma série de obras da chamada História Social do Trabalho e da Cidade, com objetivo de

problematizar a história dos estivadores, incorporando em sua análise a categoria de cultura.

Apesar do avanço nas pesquisas nas últimas décadas sobre o Mundo do Trabalho, o pensamento social sobre a Amazônia foi significativamente influenciado pela tradição da visão construída pelos naturalistas e conquistadores da região. Conforme assinala Luís Balkar Pinheiro (2007, p. 12), “[...] é possível ver as marcas de uma escrita historiográfica regional colonizada, que reforça preconceitos e estereótipos, enquanto silencia sobre tantos outros processos e sujeitos sociais”.

Luís Balkar Pinheiro (2007) afirma a existência de um desconcertante silenciamento a respeito do papel dos trabalhadores na construção da dinâmica social da cidade de Manaus, onde aponta que a história da cidade tem sido contada com os trabalhadores como anônimos. A este respeito, Maria Luiza Urgate (2007) ressalta a necessidade de se iluminar as experiências sociais conectadas do amplo e diversificado contingente de trabalhadores.

Em relação ao mundo do trabalho, nas obras que analisam o assunto no Amazonas, ainda se nota uma vinculação a uma abordagem do tema trabalho como estritamente ligado à cidade, à fábrica, no caso de Manaus. Ligada à primeira expansão econômica da borracha, ocorre um crescente processo de urbanização. Se a respeito das experiências das pessoas comuns, dos trabalhadores, há o silenciamento, ocorre também o ocultamento da presença dos trabalhadores escravizados no período provincial. Geralmente os trabalhadores

aparecem classificados ou nomeados meramente pela sua condição jurídica (se libertos ou escravizados) ou de forma genérica, como ribeirinhos, caboclos, mestiços, traço que apaga a identidade do homem amazônico.

Sob nosso entendimento, a sociedade amazonense do século XIX é uma sociedade de caráter multiétnico, onde nota-se a partir das fontes um forte cruzamento de brancos, indígenas, negros e seus tipos, sejam libertos ou escravizados, onde suas experiências sociais bem como suas práticas demonstram que os Mundos do Trabalho no Amazonas possui caráter multifacetado, ou seja, pela cidade de Manaus, ou mesmo pela Província do Amazonas, circulam trabalhadores livres libertos ou escravizados, o que demonstra a fluidez entre o mundo da escravidão, do trabalho livre ou mesmo do trabalho compulsório.

Temos uma cidade multiétnica em franco processo de expansão econômica e urbanística, ou seja, formulando políticas voltadas à organização do trabalho e do espaço urbano e que sofre também um incremento populacional significativo. Há, como evidenciam-se a partir das fontes oficiais, por parte das autoridades públicas e elites políticas, um esforço de “racializar” estes trabalhadores, na medida em que tanto nos jornais quanto em fontes oficiais do Estado, afirma-se a necessidade de mais mão de obra para as obras públicas e se aludem a indígenas, escravizados, africanos livres e mestiços (como tapuias) como trabalhadores presentes na Província do Amazonas.

As experiências da classe trabalhadora e sua presença cotidiana, nas obras de história local, são vinculadas ao espaço urbano que comportava trabalhadores das mais diversas origens e nacionalidades (Costa, 1997).

Nosso interesse em discutir a respeito do chamado *Mundo do trabalho*, enfocando as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras do Amazonas na época Imperial, surgiu a partir do contato de dois tipos de fontes diferenciadas. As chamadas fontes documentais de caráter oficial, produzidos pelo poder público no século XIX e da leitura dos jornais do período, enquanto contraponto ao discurso oficial. Aparece, mesmo que de maneira esparsa, as experiências dos trabalhadores, muitas vezes de maneira indireta.

Os trabalhadores da Província do Amazonas nos documentos oficiais

O estudo sobre a escravidão e os Mundos do Trabalho, conforme já assinalado, vem sofrendo um aumento considerável de obras que se concentraram principalmente na Primeira República. Apesar disso, os estudos sobre a presença de trabalhadores escravizados no Amazonas vêm também ampliando suas pesquisas. As pesquisas para o Período Provincial, com enfoque nos Mundos do Trabalho, baseiam-se em dois tipos de fontes primárias: periódicos e fontes do Arquivo Público do Estado do Amazonas. Há, neste caso, o uso frequente dos Relatórios, Falas e Exposições de Presidentes da

Província do Amazonas (1852-1889) nas obras de história local.

De maneira menos frequente detecta-se o uso de outros documentos que podem ser utilizados para os estudos da escravidão na Província do Amazonas: Livros de Ofícios da Secretaria de Polícia da Província do Amazonas (1853-1888); Relação dos Escravos existentes na Comarca da Capital (1869); Lista Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação (1873).

Nestas fontes, os escravizados aparecem, como na Lista para Emancipação e nos Relatórios do Presidentes de Província, como trabalhadores. A partir do contato com as fontes citadas, observou-se que para o período provincial no Amazonas havia a presença concomitante do trabalho livre e do trabalho escravo, reforçando a ideia de uma tradição do uso do trabalho compulsório (o que caracterizaria esta sociedade como tradicional) que ultrapassou os limites da liberdade jurídica ou “qualidade” dos trabalhadores. A escravidão no Amazonas, mesmo com um quantitativo inferior a outras áreas do império, estava disseminada pela sociedade.

Na análise dos documentos oficiais, sejam relatórios, exposições e falas dos presidentes de província, observa-se informações sobre os grupos dos trabalhadores, por exemplo, a reclamação constante de mão de obra qualificada para as obras públicas.

Em outra fonte, da cidade de Manaus, em 1869, *a relação nominal dos escravos pertencentes à Comarca da Capital da Província do Amazonas (também denominada*

de Lista de Matrícula dos Escravos da Comarca da Capital) detecta-se a existência de uma listagem de escravizados onde o elemento “cor” aponta para um gradiente de fenótipos, destacando inclusive a miscigenação biológica entre os escravizados.

Destacamos aqui outro documento, também voltado para o mundo da escravidão, que despertou nossa atenção para os aspectos referentes a “cor” e “aptidão ao trabalho”, trata-se do documento da Junta de Classificação na Cidade de Manaus de 29 de dezembro de 1873. Esse documento classificava com alguns detalhes os escravizados que deveriam ser libertados em Manaus pelo Fundo de Emancipação daquele período. Entre as diversas informações destacam-se: nome do senhor, número de matrícula, nome do escravizado e valor. Havia completa precisão em alguns dos dados, tais como: cor, sexo, idade. Destacamos, também, duas classificações relevantes que demonstram a clara visão de que os escravizados eram vistos como mão de obra: “profissão” e “aptidão” para o trabalho.

Os trabalhadores escravizados fazem parte da vida cotidiana da sociedade amazonense do século XIX. Apesar da história tradicional reforçar a visão rarefeita do universo escravista na Província do Amazonas, é inegável a presença de escravizados negros e muitos mestiços que se encontravam na mesma condição jurídica. Em se tratando de escravizados, como as autoridades se apropriam da construção da cor enquanto elemento de diferenciação destes indivíduos?

Uma das fontes que pode nos fornecer informações a respeito do mundo do trabalho e do universo da escravidão na Província do Amazonas é a chamada Lista de Matrícula dos Escravos da Comarca do Amazonas de 1869. Tal listagem contém a relação nominal dos escravizados pertencentes à Comarca da Capital e apresenta, basicamente, informações a respeito do nome do escravizado, idade, cor e o nome do proprietário a que pertence.

A lista de escravizados apresenta um total de 355 cativos e de 93 proprietários. Em relação ao número de escravizados pertencentes a determinados proprietários, temos a seguinte divisão: A maioria dos proprietários possuía um plantel pequeno, cerca de 75,26% dos proprietários possuíam de 1 a 4 escravizados declarados, enquanto 21,50% dos proprietários apresentaram de 5 a 19 indivíduos em seus plantéis e apenas 3,24% destes proprietários possuíam de 20 a 40 escravizados ou mais.

Ao confrontarmos os dados presentes no relatório do presidente João Wilkens a respeito da população de escravizados na Província, com os da Lista de Matrícula dos Escravos da Comarca da Capital do Amazonas de 1869, há uma diferença da lista para o relatório na Comarca da Capital de 6 escravizados. O texto (do relatório), em si, não explica o motivo desta diferença. Na relação de escravizados de 1869 temos uma população escavizada para Comarca da Capital de 353 indivíduos distribuídos em 172 mulheres (48,8%) e 181 homens (52,2%).

Em relação aos dados coletados temos a presença na listagem, para os dados referentes à população escravizada nos pequenos plantéis, ou seja, de 1 a 4 escravizados temos 48 indivíduos classificados como infantes, 66 adultos e 15 idosos (indivíduos com mais de 41 anos). Consideram-se infantes os indivíduos até 14 anos, adultos de 15 a 40 anos e idosos indivíduos com mais de 40 anos.

Em relação à Lista de Classificação de Escravos para emancipação na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do ano de 1873, temos o número total de escravizados em 735, sendo, dentre estes, 418 homens e 317 mulheres.

A maioria dos indivíduos (85,84%) são classificados como pretos, mulatos ou carafuzos. Encontra-se ainda uma quantidade significativa de pardos (9,65%) e apesar do número reduzido na amostragem, aparecem indivíduos das mais diversas origens (tapuia, caboré, cabra, caboclos) misturados com distintas cores (fula).

Dentre os indivíduos classificados como caboclo, temos: Henrique, pedreiro de 17 anos, escravizado de João José de Freitas Guimarães, sendo que este possui na listagem mais três escravizados de cor parda. Lauria Maria, também classificada como cabocla, profissão lavoura, pertencendo a Joaquim Barbosa Pinto Junior, que além desta possuía também um tapuio de nome Antônio Rodrigues, 24 anos, profissão lavoura. Ainda entre os escravizados descritos como caboclos, temos Fausta de 8 anos, profissão servente, com boa aptidão ao serviço na propriedade de Joaquim Barbosa de Amorim.

E completando a listagem: Martinho, 48 anos, coveiro e Eufrosina, 19 anos, lavadeira, propriedade de Gs. da Silva (os herdeiros). De acordo com a listagem, os dois tendo por mãe a escravizada Justina Maria, descrita como mulata e de propriedade de Antônio Francisco Barcellar (os três escravizados do seu plantel sendo descritos como mulatos).

Dentre os escravizados classificados como cabra, temos: Euzébio Antônio de 12 anos, cozinheiro, com muita aptidão ao trabalho, propriedade de João Nunes. José, 20 anos, sem profissão declarada, pertencendo ao Coronel Manoel Ignácio Bricio. João, 31 anos, trabalhador com muita aptidão, propriedade de Claudino da Silva e Cunha.

José Rezende de Moraes, proprietário de dois escravizados de profissão seringueiros, um deles, Izidoro, de cor fula, 29 anos, com alguma aptidão ao serviço. Daniel, também fulo, 14 anos, profissão servente de Maria Victoria Palheta. Clara, também descrita como fula, de 36 anos, casada, de profissão lavadeira, pertencente a Theresa Marques de Carvalho. Benedicta, fula de 53 anos, sem profissão declarada, propriedade de José Roiz Vianna.

Domingos e Manoel, ambos crioulos de 23 e 17 anos, respectivamente, e pertencentes a Reinaldo Dias de Souza.

Em relação ao estado civil, a listagem apresenta 147 escravizados classificados como solteiros, 8 escravizados classificados como casados, como Agostinho, de cor carafuza, 57 anos e pertencente a Tertulina Eulalia da

Silva Sarmiento, onde a lista alega ignorar quem seja a esposa do escravizado. Na mesma situação, Custódia, preta, cozinheira e de Herculano Joaquim Marinho, onde ignora-se quem seja o marido.

Quanto à profissão, temos os seguintes aspectos ressaltados na listagem: A maioria dos escravizados sendo de lavoura (232), seguido pela profissão servente (141) e cozinheira (88). Outras profissões aparecem listadas com determinada incidência: lavadeira (51), trabalhador (43), pedreiro (30). Importante o registro de determinados casos de profissões referentes ao próprio perfil de crescimento urbanístico da cidade de Manaus no período: roceiro, calafate, lenheiro, oleiro, coveiro, sapateiro, calceteiro, maquinista, vendedeira, copeiro, carroceiro, alfaiate, marinho.

Eduardo Romento, mulato, 25 anos, marinho, pertencente a Manoel Joaquim Postilho Bentes, irmão de Thecla, mulata de 22 anos, seringueira e filho de Anna Thomasia, mulata de 43 anos, cozinheira, pertencente ao mesmo dono dos filhos.

Ricardo Antonio, 41 anos, cor carafuza, alfaiate com alguma aptidão, pertencente a Julvencio Alves da Silva & irmão que possuíam também dois oleiros (Candido de cor carafuza, 21 anos e Marcello, de cor mulata, 27 anos).

Raymundo, de cor preta, 28 anos, profissão calafate, descrito com muita aptidão ao trabalho, pertencente a Francisco Antonio Roberto, filho de Rita, preta, de 43 anos, profissão lavoura e irmão de Bernardino de 13 anos, cor preta, profissão lavoura.

Profissões exigindo conhecimentos específicos como a de Martinho, de cor preta, 28 anos, maquinista, ou Manoel de 31 anos, copeiro, de cor preta e Diocleciano, carroceiro de 30 anos de cor mulata.

Na listagem aparecem relações familiares, como o caso da escravizada Maria de Nazareth de cor preta, 56 anos, solteira, servente que aparece com dois filhos, José Ferreira, de 7 anos, cor carafuza e Carolina de 28 anos, cozinheira, também de cor carafuza, o que demonstra a existência de indivíduos de fenótipo diferentes e da mesma família. No caso registrado, os irmãos pertencem a Francisca Maria Cordovil e a mãe Izabel Maria Clara Pereira de Sá.

Há registro de parentes, como no caso de Pereira e Maria Raymunda, ambos carafuzos com 43 e 37 anos, mas pertencentes a proprietários diferentes (Francisca Maria do N. Cordovil e Francisca Marcelina), ou Justina Maria de 31 anos, mulata, João Bacury de 12 anos, também mulato, pertencendo a Antônio Francisco Barcelar e parente de Diamantina, 31 anos, preta, pertencente a Francisca Marcelina.

Quitéria de Ferreira de Jesus de 17 anos, profissão lavoura e de cor carafuza aparece como mãe de Antônia, mulata de 6 anos. A mãe sendo propriedade de Francisca Maria do N. Cordovil e a filha pertencendo a Carlos Ferreira Moreira & Irmão.

Ao analisarmos a lista de classificação de escravizados para emancipação de 1873, observarmos, em relação ao sexo, uma relativa predominância de indivíduos do sexo masculino (418 ou 56,87%), enquanto as

mulheres presentes na listagem configurava um total de (317 ou 43,13%). A respeito das profissões, observa-se uma predominância de trabalhadores em ofícios vinculados à cidade (477 ou 64,89%) em oposição aos que trabalhariam na zona rural (258 ou 35,10%), notadamente lavoura, roceiro, seringueiro. Alguns ofícios sendo de difícil classificação pelo seu caráter genérico (trabalhadores), porém os dados coletados atestam uma sociedade amazonense onde a escravidão vinculava-se principalmente à cidade e não apenas nesta, no campo, o que nos possibilita inferir o caráter multifacetado nas relações nos Mundos do Trabalho na sociedade amazonense oitocentista.

Considerações Finais

Os estudos a respeito do chamado *Mundo da Escravidão* para Província do Amazonas, se tratando dos aportes teórico-metodológicos da História Social, vem trazendo contribuições na pesquisa acadêmica nos últimos anos. Se destaca a necessidade de uma reflexão profunda nos marcos teóricos, que rompem com esquemas pré-estabelecidos que classificam a Província do Amazonas como possuidor de uma base econômica escravista (*plantation*), sendo a escravidão instituição derivada desta mesma base, o que carece de comprovação empírica. Nesse sentido, o grande desafio da História Social e dos historiadores influenciados por esta é o de coletar fontes dispersas e conviver em muitos momentos com a escassez delas, o que não impossibilita

o cruzamento de dados existentes em outras fontes utilizadas com maior frequência, notadamente periódicos e fontes oficiais.

O presente trabalho visa contribuir de maneira propedêutica para demonstrar a potencialidade de fontes pouco utilizadas pela história local nos estudos do Amazonas Imperial, fontes existentes no Arquivo Público do Amazonas (lista de escravizados da Comarca de Manaus de 1869 e a lista de emancipação de 1873) e análise de outros documentos de caráter inédito, tais como o livro de óbitos da cidade de Manaus entre os anos de 1867 e 1873 existentes na Cúria Metropolitana de Manaus.

Tais fontes demonstram a fluidez e complexidade de uma sociedade marcada por hierarquias sociais que distinguiam os indivíduos pela sua origem (racial e jurídica), o que não impossibilitava o uso de práticas e estratégias sociais de indivíduos classificados como mão de obra, o que demonstram em diversos aspectos a diversidade dos Mundos do Trabalho para o Amazonas, bem como reforça a ideia de que devemos rever os esquematismos já mencionados: cidade versus campo e trabalho escravo versus trabalho livre, como apontamos neste texto. Como já foi mencionado em outras obras regionais, a escravidão enquanto instituição estava disseminada de maneira modelar pela Província do Amazonas, mas também acompanhava o ritmo de crescimento da cidade de Manaus no século XVIII.

| Referências

- CASANOVA, J. *La historia social y los historiadores*. Editorial critica: Barcelona, 2002.
- CASTRO, H. História social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: Ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHALHOUB, S. *Visão da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, F. D. S. *Quando viver ameaça a ordem urbana: Trabalhadores urbanos em Manaus 1890-1915*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP. 1997.
- DIAS, E. M. *A ilusão do Fausto, Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.
- GOMES, F.; NEGRO, A. L. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 1, 2006.
- HOBBSAWM, E. J. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOBBSAWM, E. J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras 1998.

- KOCKA, J. *História social: conceito desarrollo, problemas*. Editorial Alfa: Barcelona, 1992.
- KOCKA, J.; LUNA, P. M. Historia social concpeto relacional. *Historia social: fundacion instituído de historia social*. n. 60, p. 159-162, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40658000>. Acesso em: jan. 2025.
- LARA, S. H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. *In: BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português*. São Paulo: Almeida, 2005.
- LIMA, H. E. Sob o Domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade do trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, jul./dez. 2005.
- LINDEN, M. V. D. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p.11-40, 2005.
- PINHEIRO, L. B. S. P. Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Ufam*, v. 1, n. 1, p. 11-44, 2007.
- PINHEIRO, M. L. U. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*,

v. 1, n. 1, Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PINHEIRO, M. L. U. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. Manaus: Edua, 2001.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

Fontes

Lista de Classificação de Escravos para emancipação na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do ano de 1873 – Arquivo Público do Estado do Amazonas – Seção de Documentação.

Lista de Matrícula dos Escravos da Comarca da Capital de 1869. Arquivo Público do Estado do Amazonas – Seção de Documentação.

Relações de gênero e trabalho nos seringais do Amazonas

Agda Lima Brito

Introdução

Após a substituição da SPVEA pela SUDAM na década de 1960, com a instauração da ditadura, surgiram novos projetos, como a criação da própria SUDAM. Nesse contexto, o mito do “vazio demográfico” voltou a ser utilizado, justificando a necessidade de ocupar aquelas regiões para promover o desenvolvimento. Um exemplo disso foi a “Operação Amazônia”, que, sob o pretexto de reorganizar o território, escondia interesses duvidosos. Nesse sentido, Medeiros (2017) observa:

Na Amazônia a ditadura civil-militar incentivou, sob o pretexto de desenvolver o desenvolvimento e a ocupação, a colonização dirigida público e privada, construção de estradas, construção de hidrelétricas, projetos de exploração mineral, financiamento da agropecuária e das atividades de agricultura comercial (juta, malva, borracha). Essas atividades econômicas ganharam respaldo político e financeiro com a SUDAM. Segundo a ótica da ditadura, a Amazônia era importante estratégica e geopoliticamente, precisando ser ocupada para evitar ser refúgio de ações de grupos guerrilheiros contrários ao governo. Esses projetos partem do pressuposto de que floresta era um “vazio demográfico” e que sua ocupação poderia diminuir a tensão ocasionada na luta pela terra em outras

regiões do país. Os projetos de colonização trariam “homens sem terra” para uma “terra sem homens” (p. 115).

Nesse sentido, percebemos mudanças no âmbito das atividades de trabalho realizadas dentro dos seringais nos Pós-Segunda Guerra, através da análise de fontes orais e documentos elaborados e implementados pela SUDAM como o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974); I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), no período analisado, os trabalhadores passaram por mudanças que interferiram em suas atividades de trabalho no ambiente onde moravam, os seringais, as matas. Ressaltamos que dentro dessa pesquisa, os seringais são entendidos como áreas de seringais, não necessariamente só se extrai o látex das seringueiras, mas são espaços onde várias atividades de trabalho são exercidas visando a sobrevivência nessas regiões no Amazonas, conforme veremos, tais como pesca, caça, cultivo de alimentos, coletas de frutas, entre outros trabalhos conforme veremos.

Os entrevistados e entrevistadas moravam em regiões de seringais dentro do período estudado, em comunidades no Amazonas. Ao analisar os depoimentos, nota-se que na década de 1940 o trabalho da extração era o serviço visto como majoritariamente masculino, entretanto sabemos que mulheres, ainda que em menor número, também foram coletoras de látex (Wolff, 1999). O serviço de roça era em sua maioria realizado por mulheres e pouco valorizado, mesmo sendo fundamental para a sobrevivência dessas famílias dentro das

colocações. Nesse período, então, trabalhamos sobre a chave de que o trabalho feminino mesmo considerado algo complementar, na realidade interferia diretamente na manutenção daquelas famílias, seja na produção do próprio alimento para alimentação, ou ainda através dessa produção evitando comprar nos barracões, pois segundo as entrevistadas os valores cobrados eram altos.

Com isso, ao analisar os relatos, fica evidente como as mulheres estavam envolvidas em diversas atividades, incluindo o trabalho com juta e malva, uma tarefa considerada árdua e que envolvia várias etapas. Percebe-se, portanto, que apesar de essas mulheres transmitirem aos seus filhos os conhecimentos sobre os serviços nos seringais, especialmente os relacionados à agricultura, elas continuavam a enfrentar desigualdades nas relações de trabalho com os homens.

Joan Scott (1990) argumenta que a categoria gênero deve ser abordada de maneira ampla e plural, pois considera que as relações entre os sexos são socialmente construídas. Ela reflete sobre como a sociedade e a cultura influenciam a formação dessa hierarquia sexual, destacando que os estudos de gênero são essenciais para compreender as dinâmicas de poder de forma mais abrangente.

No âmbito do trabalho, diversos estudos analisaram as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, especialmente nas áreas urbanas. No entanto, no meio rural, há uma variedade de pesquisas que abordam não apenas as relações de trabalho, mas também as vivências das famílias no campo. No que

diz respeito à região Norte do país e suas comunidades, a produção de estudos sobre o trabalho nos seringais ainda está em crescimento, principalmente no que se refere ao trabalho das mulheres. Isso ocorre porque a maioria das pesquisas não abrange todas as regiões da Amazônia, devido à vastidão do território. Em suma, damos destaque, por exemplo, ao Acre⁸ que apresenta um número de estudos significativo sobre as mulheres e homens no contexto rural.

Dito isso, as relações dentro dos seringais estão envoltas em uma rotina de trabalho em que o cotidiano dessas mulheres, conforme podemos perceber, está totalmente ligado aos seus afazeres, isto é, aquilo que é exercido e apreendido desde os primeiros anos de vida, transmitido por mães e por outras pessoas de vivência nos seringais.

À medida que os anos avançam, percebe-se que homens e mulheres estão cada vez mais afeitos ao serviço que anteriormente era realizado, em sua maioria, por mulheres, como, por exemplo: a roça, nesse sentido, realizam o plantio de gêneros alimentícios e o cultivo da juta e malva para a venda de fibra, esse serviço que antes era tratado como “serviço de mulher”

8 WOLFF, C. S. *Mulheres da Floresta: uma história*: Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999. Ver também: ALMEIDA, A. F. *O trabalho feminismo em seringais do Acre (1960-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2016. O trabalho de WOORTMANN, E. Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal. In: A. M. N.; E. P. G. (Org.). *Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998, trata-se também de uma importante pesquisa sobre essas relações de gênero nos seringais.

(Woortmann, 1998) na década de 1950 em diante, passou a ser realizado por homens também, ainda assim, elas acabaram trabalhando muito mais, se levamos em consideração afazeres como cuidar das crianças, cozinhar, atividades domésticas.

Contudo, interessante pensar como ainda existem atividades que são exercidas em sua maioria por mulheres, como a realização dos partos, apesar de estarem responsáveis pela criação e segurança de seus filhos, pelos trabalhos que tinham que fazer nos seringais para sobreviver, além de outras funções que exerciam, continuaram invisíveis naquelas localidades, ignoradas durante anos pelo Estado. É interessante refletir que a invisibilidade dessas mulheres resultou em prejuízos para seu futuro, ou seja, não se trata apenas de destacar uma minoria, mas de entender como esses planos e políticas foram se desenvolvendo de maneira a excluir também as trabalhadoras.

Para Scott (1999), o ato de dar visibilidade está vinculado à noção de experiência, ou seja, é essencial analisar de forma integral a experiência desses agentes históricos, levando em consideração o contexto em que estão inseridos e vendo nas diferenças uma oportunidade para questionar e refletir. Desse modo, a “experiência” está em nosso cotidiano através da linguagem, logo seria sempre discutível, apostando na subjetividade de análise do historiador, porque ele que dará dimensão à pesquisa, “as experiências”, o que não vai garantir sua neutralidade, o que também não iria implicar na desqualificação de sua pesquisa (p. 20).

Neste contexto, é fundamental compreender o cotidiano dessas trabalhadoras, pois, ao investigar suas vivências nos seringais, podemos entender a magnitude das implicações e dificuldades nas relações de gênero vivenciadas nesse meio rural.

Nota-se que as mulheres, na década de 1940, estavam inseridas em diversos afazeres nos seringais localizados no Amazonas e ainda realizando atividades como trabalho doméstico, que foi considerada inferior, porém percebemos que se tratava de serviços essenciais para a reprodução social dessa parcela do campesinato.

Com a formulação de planos para revitalizar a economia do Amazonas na década de 1960 e o crescente interesse do Brasil em desenvolver a região, a realidade dentro das matas sofreu algumas mudanças, impactando as condições de trabalho e a vida de homens e mulheres nos seringais. Um exemplo disso é a roça, que, antes considerada um trabalho típico das mulheres, passou a ser cultivada também por homens, assim como outras atividades em que as mulheres estavam envolvidas. No entanto, o trabalho feminino continuava a ser visto por seus companheiros e parentes como algo complementar, sem o devido reconhecimento do seu trabalho na sociedade.

Desse modo, ainda que ocorressem mudanças no âmbito do trabalho, as mulheres continuavam exercendo várias funções nos seringais, mas sem ter o reconhecimento por parte do Estado e da sociedade, porque consideravam a figura masculina como central

nesses espaços de seringais, inviabilizando a vivência dessas mulheres nessas regiões.

Sabemos que a família camponesa tem organização patriarcal e com isso reproduz comportamentos tradicionais conservadores. Em virtude disso, seu trabalho principal trata-se da agricultura e sobrevive em torno do núcleo familiar.

A esse respeito, Fabrini (2018) explicita o modelo de família patriarcal da seguinte maneira:

Na família patriarcal a mulher é institucionalmente vista como incapaz, tendo que ser tutelada pelo marido. Nessa família, mesmo considerando complexidade das diferentes variações no espaço geográfico brasileiro, a mulher era (e ainda é em muitos casos) educada para cumprir seu papel de mãe de cuidar dos filhos, sendo boa mãe e mulher prezada. Ao homem cabiam as atividades fora de casa (p. 23).

Evidentemente que com o passar dos anos, o modelo de família patriarcal foi se modificando, dando lugar à família moderna, no entanto, dentro do meio rural, mesmo com as mudanças oriundas da industrialização, a urbanização, “a unidade econômica camponesa está assentada na centralidade da família, comandada por um chefe, geralmente o pai” (Fabrini, 2018, p. 26). Em geral, a família camponesa está formada em torno de uma unidade econômica, e vai ser a partir daí que permeiam suas vidas.

Sobre as diferenças entre homens e mulheres no trabalho, temos a perspectiva de Josué Ferreira, que trabalhou na agricultura no rio Manacapuru. Seu ponto de vista tende a privilegiar o homem como o protagonista do trabalho, o que ficou claro quando foi questionado sobre a divisão das tarefas e como seus pais organizavam as responsabilidades no trabalho. Ele explicou-nos que: “tudo agricultura, plantio de roça, de mandioca, plantio de juta, malva, essas coisas assim...” (Ferreira, 2019).

Sobre sua mãe, ele afirmou que ela era dona de casa: “Trabalhava mais com os dois, a mãe sempre era dona de casa né [...] Muitas das vezes, dava fé, ela estava lá pelo roçado com o velho, trabalhei com ele até 15 anos de idade” (Ferreira, 2019).

Para seu Josué, o serviço de sua mãe era ser dona de casa, mas ele afirmou que trabalhava com os dois. Entretanto, considera que quem trabalhava “de fato” era seu pai, e sua mãe realizava o serviço de roçado junto com seu pai, ou seja, sua mãe – para seu Josué – apenas ajudava. Nisso, interessante perceber que isso se estende para a esposa de seu Josué, ao ser questionado sobre as atividades que realizava após se casar:

Conheci minha mulher no interior [...] não ela não trabalhava comigo, por que sempre tive o capricho de nunca levar mulher para fazer roçado, ela tinha que cuidar da casa a qualquer preço, e eu do roçado a qualquer preço... é por que se a mulher não cuidasse de casa, quando a gente chegava não tinha nada pronto, então eu preferia chegar em casa para comer, e já está tudo pronto (Ferreira, 2019).

Interessante perceber como Josué associa a figura de sua esposa ao serviço doméstico, ao preparo da comida. Para Woortmann (1986), ao analisar a construção social da mulher na família, como elas são vistas pela sociedade, esclarece-se que o homem seria visto como o ser mais racional de um relacionamento e a mulher a parte afetiva. O autor usa as representações das palavras “quente e frio” para definir alimentos e também comportamentos, que, pois, tratava-se de “categorias cosmológicas globais”. Sobre isso, ainda explica Woortmann (1986) que: “O homem é tido como o mais frio e a mulher como mais quente, e o domínio social do primeiro é o mundo dos negócios, um domínio onde é necessária uma alta dose de racionalidade, enquanto o da mulher é o lar, onde deve predominar a afetividade” (p. 28).

Desse modo, o trecho da entrevista citada acima esclarece bem a visão de um homem sobre sua esposa, ou seja, como alguém que tem por função deixar o lar “quente”, aconchegante, que quando ele retorna do serviço, não tenha de se preocupar com mais nada.

A visão de seu Josué ainda é bastante comum nos seringais, no entanto, devemos ter dimensão que dificilmente uma pessoa sozinha conseguia dar conta de realizar vários serviços nos seringais. Assim, ao perceber que Josué não via o serviço de sua mãe como essencial, convém pensarmos que ele invisibilizava também o serviço de sua mulher na região, tendo em vista que dentro do trabalho rural, a família toda trabalha, inclusive as crianças.

Outra hipótese a ser considerada nos leva a acreditar que ele, assim como a maioria dos homens, não reconhece que a mulher seja capacitada para certos serviços, considerando os trabalhos que elas executam como complementares, mas não essenciais para a reprodução social do campesinato. Os serviços delas não são vistos como fundamentais para a manutenção da família, nem reconhecidos como ensinamentos que transmitiriam aos filhos a lógica do trabalho campesino. Em outras palavras, todos os filhos nasceram com o auxílio de sua mãe, que era parteira na região. Sobre essa atividade, ele a vê como algo “natural”, “biologicamente ligado à condição feminina”, sem reconhecê-la como uma habilidade racional, uma vez que era esperado que as mulheres desempenhassem essa função na região.

Seu Raimundo Gomes Pereira narrou que seu pai trabalhou no seringal no centro da mata por pouco tempo, e não levava sua família para o centro: “Quando iam cortar seringa, eles entravam para o centro como chamava para dentro da mata, aí eles passavam seis meses cortando seringa, alguns levavam família, e outros não, a mulher ficava fora, a gente não ia com ele” (Pereira, 2019).

Ao ser questionado sobre o serviço de seu pai e de sua mãe, inicialmente, Raimundo nos relatou o serviço de sua mãe, descrevendo suas funções:

Meu pai era seringueiro e minha mãe era doméstica, ela lavava roupa, fazia comida, varria terreiro, ajudava um pouco na roça né, eu ajudava também, capinava, plantava a roça, a gente ia capinar, tudo

isso. A gente plantava roça, cará, batata, milho, banana, depois que acabou o trabalho da seringa né, isso foi quando acabou a seringa, que não tinha mais venda aqui para o lado do Amazonas, só tinha para o lado do Acre (Pereira, 2019).

Perceba que, inicialmente, sua mãe realizava o trabalho na roça sozinha, pois seu pai se afastava para o centro das matas, quando decidia interromper a colheita do látex e se dedicar ao roçado e a outros serviços. Contudo, na entrevista, ele descreve que sua mãe estaria apenas ajudando, assim como ele também. Em outras palavras, quando seu pai muda de atividade, o auxílio de ambos passa a ser visto como complementar, embora o trabalho de toda a família seja fundamental no meio rural. No entanto, o trabalho masculino continua a ser considerado o principal, para ele, seu pai tinha um trabalho, enquanto sua mãe não, apesar de ser dona de casa e de ter cortado seringa por um longo tempo em árvores mais próximas de casa, como ele mesmo relatou: “Eu gostava mais de trabalhar na roça, na malva, tanto é que eu abandonei, e a mãe ficou cortando seringa, ela cortou durante uns três, quatro anos mais ou menos” (Pereira, 2019).

No entanto, seu Raimundo já estava inserido dentro da lógica do trabalho, na qual a borracha já era pouco extraída, e a agricultura passou a dominar o cenário. Em suma, ele nos mostra em relato que, após se casar, tinha uma verdadeira parceira na vida da roça: “A gente trabalhou muito, eu mais a minha mulher, em malva, em roça, tudo, todos os meus trabalhos a minha

mulher estavam no meio, muito batalhadora” (Pereira, 2019). Dessa forma, observamos que seu Raimundo, ao descrever os inúmeros serviços que fazia no seringal onde morava, buscava explicar que, antes de se casar, fazia tudo só, mas agora estava acompanhado, tinha sua esposa.

Desse modo, é interessante perceber como as mulheres eram atuantes na região, inseridas nas atividades desde crianças, elas também poderiam se utilizar do serviço de outro modo, conforme nos relatou dona Adélia: “eu comecei a me assanhar, cortando por ali para o namorado ver como eu era esperta né... a gente queria ser era esperta né” (Ladislau, 2020). Esperta para dona Adélia era mulher que trabalhava, para assim chamar a atenção do namorado para se casar.

Antônio Elias, ao destacar os trabalhos que fazia, ressaltou-nos que tinha como aliada sua esposa: “Trabalhava com roça, malva, e outros plantios, cana... E ela (sua esposa) trabalhava todo tempo comigo, todo tempo ela trabalhou e muito” (Lopes, 2019).

Por sua vez, Severino Militão contou-nos sobre o serviço que aprendeu com sua mãe, lembrando que ainda trabalhou muito com a mãe, até ela falecer no interior: “Sim, ela ficou comigo, ela só saiu de perto de mim quando foi lá para o cemitério, ela morreu deitada aqui na minha perna... no interior” (Militão, 2019). Nisso, é interessante perceber que na sua leitura a mãe exercia várias atividades, ele acompanhando-a desde pequeno, ou seja, falou do serviço que realizava com ela com muita admiração.

Seu Militão revelou-nos que sua mulher também trabalhava: “Casei no interior... ela trabalhava também, mas ela trabalhava lá com a família dela, mas em serviço doméstico né, roçado né, que antigamente trabalhava né, todo mundo trabalhava né” (Militão, 2019).

Entre os serviços domésticos realizados por sua esposa, estava a roça. Para o entrevistado, tanto o serviço doméstico quanto o trabalho na roça eram atividades desempenhadas por sua mulher, mas também por ele, já que ele reconheceu que todos participavam do trabalho na roça. No entanto, para ele, a mulher apenas “ajudava” nesse processo, sendo seu papel essencialmente doméstico, o que não era visto como uma contribuição fundamental na reprodução social do grupo.

Essas relações de trabalho nos seringais são bem complexas, se pensarmos que no período do segundo ciclo da borracha a mulher tinha seu serviço inferiorizado pelos homens da família, eles em sua maioria cortavam seringa, logo os homens sustentavam a casa (Brito, 2017).

Ademais, eles cortavam, elas plantavam roça, garantindo a reprodução do grupo. Passado esse período da Segunda Guerra e com as novas políticas, temos a própria SPVEA e posteriormente a SUDAM, que incentivava o desenvolvimento da agricultura na região. Nesse contexto, os homens passaram a realizar o serviço de roça sem maiores problemas, no caso de alguns entrevistados, até destacam que preferem trabalhar no roçado, pois a seringueira daria muito trabalho e pouco dinheiro.

Ao passo que elas passam por essa situação, em suas falas colocam sempre seus parceiros como companheiros, e não em posição inferior frente ao trabalho, como também não viam empecilho em trabalhar sozinhas. Conforme dona Maria da Conceição relatou-nos, com a morte de seu avô, ela ficava com seus irmãos e foi criada pela sua avó:

Nós trabalhávamos, com minha avó, meu irmão e meu avô, que nos criou, nós ficamos sem pai, nem mãe, e ele nos criou, e nós dava duro para trabalhar lá, no seringal, muitos anos. Aí a cobra picou meu avô, que faleceu lá, minha vó continuou trabalhando na seringa né, nós trabalhava também de roça, plantava banana, plantava cará, batata, criava galinha, porco (Lopes, 2019).

A avó de dona Conceição, dona Ana Brito, era proprietária de terrenos onde havia seringais, propriedades que acabou herdando após a morte de seu pai. Ela tinha por costume arrendar o terreno para outras pessoas, foi nesse momento que dona Conceição conheceu seu marido:

Ele foi trabalhar lá com o pessoal do Walter Queiroz lá, Walter Queiroz era o patrão deles, o homem que ia para lá corta malva e juta, aí minha vó arrendou pro senhor Walter Queiroz, ele é falecido já, aí ele foi trabalhar pra lá, muita gente trabalhou lá, minha vó arrendou né, esse terreno dela, grande lá, aí apareceu esse motor pra lá, que não tinha motor, aí conheci ele, eu tinha quinze anos.

O terreno da vovó era mata bruta, aí plantava roça, juta, malva, aí nós moramos um tempão lá e viemos embora... (Lopes, 2019).

Conceição contou que sua avó, em algumas ocasiões, enfrentou tentativas de invasão de seu terreno, principalmente para retirar madeira. Sempre que isso acontecia, sua avó os expulsava, pois não permitia a retirada da madeira. No entanto, com o tempo, os madeireiros acabavam voltando, e sua avó tinha que lidar novamente com esses invasores.

Podemos afirmar que, além de trabalhadoras ativas, havia mulheres que criavam sozinhas seus filhos e netos no meio da mata, ao mesmo tempo em que gerenciavam os recursos, como mercadorias e, em alguns casos, propriedades. Elas também enfrentavam e expulsavam invasores responsáveis pelo desmatamento, o que prejudicava seu sustento, já que dependiam da mata para garantir alimentos para a sobrevivência.

Dona Maria de Nazaré Souza ressaltou-nos que antes de casar já trabalhava, realizava serviços, a fim de se manter, e trabalhava com sua família. Observamos que na sua narrativa, era seu pai quem ajudava sua mãe, tendo em vista que sua mãe trabalhava e cuidava das crianças, enquanto seu pai cortava seringa:

Ele ajudava, ela (sua mãe) fazia só mesmo, serviço de roça, agora eu, eu trabalhava em roça, trabalhava em Malva e trabalhava, fazia vasilha, vasilha de barro, não sei se você já viu? Fogareiro de barro, até aqui na cozinha, fogareiro de barro a gente fazia, eu

fazia pra vender, quando estava criando esses filhos e depois me casei... Sozinha, aí depois me casei e fui trabalhar com o marido (Souza, 2019).

Dona Maria Nazaré trabalhava junto com seu marido em serviços de roça, porém as crianças eram também sua responsabilidade. Em sua entrevista, contou-nos que trabalhou junto com seu marido após se casar: “cortava seringa ali na Terra Nova, que tinha um seringal lá, nós tínhamos umas quinhentas árvores de seringa lá, a gente cortava”. Além de cortar seringa, também trabalhavam com juta e malva, roçado, e relatou-nos que as crianças ficavam sob sua responsabilidade, e quando teve uma decepção com seu marido, ela resolveu ir para Manaus:

Iam (os filhos), eu levava também, ficava tudo comigo aí depois começaram ajudar, cresceram... ensinei. Foram meus três filhos criados lá em Manaus, o resto tudinho trabalharam com roça, o mais velho, o segundo, o terceiro, o quarto, tudinho... Eu fui-me embora pra Manaus, por que eu tive um desgosto com meu marido, sabe como é homem né... Ele começou a ir atrás de outra mulher, aí eu achei que não estava dando certo mais, por que ele não estava mais nem dando nada para os filhos, aí eu fui embora pra Manaus... Levei tudinho para Manaus... (Souza, 2019).

Assim como ela, outras mulheres criaram seus filhos sozinhas dentro dos seringais, e no seu caso, ela acabou migrando para a cidade.

As narrativas dessas mulheres sobre o trabalho que realizavam diferem das dos homens, pois, enquanto elas

reconhecem que desempenhavam diversas funções e que seus maridos “as ajudavam” nessas atividades, os homens, por sua vez, não reconhecem, na maioria dos casos, o trabalho das mulheres. Se antes a roça era vista como uma tarefa exclusivamente feminina, ao longo do tempo, especialmente após a Segunda Guerra Mundial e a crise da borracha, a roça passou a ser considerada um trabalho coletivo, mas, ainda assim, a mulher continuou a desempenhar sua parte no que era visto como o trabalho familiar.

Considerações Finais

De fato, fica evidente como as relações de trabalho ainda são marcadas por desigualdade, com os homens considerando seu trabalho como o principal e o das mulheres como de menor importância. Inicialmente, os homens afirmavam que não faziam roça, considerando-a um “serviço de mulher”, já que o corte da seringa gerava mais lucro.

No entanto, com a crise da borracha, essa realidade mudou: eles passaram a trabalhar na roça de modo mais ativo, serviço esse considerado uma tarefa mais árdua, que exigia a colaboração de todos da família.

Além de sofrerem discriminação na esfera do trabalho, essas mulheres também enfrentaram dificuldades no ambiente onde moravam, pois o trabalho e cotidiano sempre estiveram intimamente entrelaçados nos seringais. Se pensarmos que essas mulheres que moravam nessas regiões de seringais, cultivavam suas roças, coletavam frutas, trabalhavam na malva, na juta,

cuidavam de seus filhos, eram parceiras ou auxiliavam nos partos umas das outras e ainda, conforme podemos conferir, tentavam combater a ocupação e destruição dos territórios onde moravam, pois entendiam que precisavam das matas para sua sobrevivência, entendemos como o trabalho feminino era fundamental nessas regiões apesar de pouco reconhecido.

Desse modo, é preciso que a historiografia, como tem feito nos últimos anos, continue a desvendar os estudos e gênero de homens e mulheres no meio rural, sobretudo no Amazonas, para que assim essas mulheres possam ter seu protagonismo na história social do trabalho no Amazonas, visto que foi relegada a uma invisibilidade durante um longo período, até mesmo nos planos analisados da SUDAM, a figura central é a masculina.

| Referências

- BRITO, A. L. *Mulheres no seringal: Experiência, trabalho, muitas histórias (1940- 1950)*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.
- FABRINI, J. E. *Contradições Camponesas no Brasil. Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 13, n. 30, 2018.
- MEDEIROS, M. X. *Puxirum de Histórias: Lutas por terra e água em Vila Amazônia/Parintins (1980- 2000)*. Tese em História Social-PUC, São Paulo, 2017.

- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.
- SCOTT, J. W. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. (orgs.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.
- WOLFF, C. S. *Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- WOORTMANN, E. Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal. In: NIEMAYER, A. M.; GODOI, E. P. (orgs.). *Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998.
- WOORTMANN, K. A comida, a família e a construção do gênero humano. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 103-130, 1986.

Fontes Orais

- FERREIRA, J. depoimento. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.
- LADISLAU, A. M. depoimento. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

LOPES, A. E. G. L. depoimento. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

LOPES, M. C. B. depoimento. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

MILITÃO, S. G. M. depoimento. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

PEREIRA, R. G. depoimento. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

SOUZA, M. N. depoimento. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Fontes Citadas

OPERAÇÃO AMAZÔNIA. Relatório apresentado pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ao Exmo., Sr. Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. MERCO -5-4/66.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência Do Desenvolvimento Da Amazônia. SUDAM. Plano De Desenvolvimento Sa Amazônia (1972 - 1974). AGOSTO, 1971.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. I Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971. SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação Belém. 1967.

O líder que a docência construiu: A liderança de Aloysio Nogueira frente ao movimento de professores na luta por melhores condições de vida e trabalho na década de 1980

*James da Costa Batista
Priscylla do Nascimento da Silva*

Considerações iniciais

O presente artigo pretende analisar o movimento do professorado amazonense na transição do fim dos anos de 1970 e anos iniciais da década de 1980 através da figura emblemática do professor Aloysio Nogueira de Mello. Tendo como plano de fundo o contexto da Abertura Política Brasileira, vislumbra-se, por meio deste, o movimento docente amazonense e seu protagonismo nos movimentos de trabalhadores daquele momento. Para tanto, buscaremos compreender como a liderança do Professor Aloysio Nogueira, como ficou conhecido nos movimentos sociais, foi se construindo e tornando-se parte importante para a organização e ações de mobilização e organização dos professores que viram na transição democrática uma oportunidade para lutar por melhores condições de vida e trabalho.

Será utilizado como prisma na compreensão destes trabalhadores, parte da biografia de Aloysio Nogueira de Mello. Entendo que “não só de grandes homens se nutre o trabalho biográfico. A história do personagem pequeno,

invisível no contexto social e político, tem também atraído a atenção dos historiadores” (Schmidt, 2014, p. 293). Não é dizer que a trajetória do professor não seja importante, é localizá-lo no contexto daqueles que há muitos anos foram afastados da análise ganhando, nestes tempos contemporâneos, a devida importância, como Edward Thompson bem diz, a “história vista de baixo” (Thompson, 2015). Para tanto, dividimos este texto em três seções que têm como fio condutor a trajetória do professor. Na primeira parte vemos a trajetória estudantil de Aloysio Nogueira, e nesta já podemos perceber que o caminho para a docência estava se construindo com o passar de sua mocidade. No segundo momento, abordamos a trajetória docente para descarmarmos na parte final onde vislumbramos o militante Aloysio Nogueira.

Concernente aos movimentos de professores no Amazonas, estes tiveram seu processo de organização e fortalecimento das ações de luta a partir da criação da Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM), em 1979. Salientamos que a instituição que agregava os docentes era ainda uma entidade associativa tendo em vista à época ainda estar vigente – mesmo que já no seu período de enfraquecimento – a Ditadura Civil Militar do Brasil que mantinha viva ainda legislações que proibiam a criação de sindicatos para servidores públicos.

Nos apoiamos na História Oral compreendida como uma metodologia interdisciplinar que nos permite dar escuta além de democratizá-la (Alberti, 2011).

Também utilizamos como base teórico-metodológica para o manuseio da História Oral os postulados apresentados por Verena Alberti, cujos trabalhos foram de vital importância para, por exemplo, procedermos a identificação e escolha dos entrevistados, assim como também do tipo de entrevistas a serem desenvolvidas (Alberti, 2011). No caso da biografia, a História Oral de Vida é importante, pois os relatos servem para compreender a importância do biografado no processo em que está inserido, neste nosso caso, no movimento docente. Para Benito Schmidt (2014),

O biógrafo conhece, também, todas as faces de seu biografado, porque reuniu todos os testemunhos dos que o conheceram e julgaram. A partir desses testemunhos diferentes, o historiador é capaz de montar um retrato mais próximo da realidade do seu objeto (p. 300).

Sobre a relação entre a História Oral e a biografia, Alberti (2000, p. 1-2) expõe que “o relato pessoal (e a entrevista de História Oral é basicamente um relato pessoal) transmite uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em dada sociedade”.

Objeto essencial para quem trabalha com entrevistas, a memória deve ser analisada como um elemento seletivo onde “nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (Polack, 1992, p. 4). Portanto, a memória não pode trazer à tona uma objetividade, no que se refere principalmente a datas, personagens e monumentos. Para Michel Polack (1992), a memória

[...] é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória (p. 12).

Partindo dos pressupostos ora exposto por Polack, podemos pensar que, inversamente, as classes dominantes contam com diversos registros escritos. Um dado importante sobre a fonte oral, é que ela precisa – como qualquer outra fonte – ser apoiada nos diferentes tipos de suporte teóricos e metodológicos. Assim, para Alessandro Portelli (1997),

A História Oral não reside onde as classes operárias falam por si próprias. [...] Fontes Oraís são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito abundante (p. 13).

Aloysio Nogueira, o estudante

Aloysio Nogueira traz em suas lembranças pontos que distinguem momentos distintos de sua atuação política e sindical. Fica explícito que suas ações nos movimentos sociais estão agregadas à figura de professor que ele construiu e que, em sua memória, está ombreada à construção do político sindicalista. A esta divisão que Nogueira faz, podemos compreender

como sendo um dos elementos constituintes da memória descritos por Polack, já que mostra os acontecimentos vividos individualmente ou num âmbito social. Ainda, percebemos que esta memória – ainda dialogando com Polack – é organizada de forma individual e/ou coletiva que tem em seu bojo uma seletividade de acontecimentos (1992, p. 200-204).

Nogueira expõe que sua trajetória como estudante de forma mais relevante inicia na década de 1950 quando este entra para o Colégio Amazonense Dom Pedro II e numa Manaus que naquele momento era vista como uma cidade grande e bela, ao mesmo tempo que estranha (Aguiar, 2002, p. 27). Num momento em que as instituições educacionais não eram suficientes para todos os estudantes em idade escolar, o acesso era feito através de processos de seleção, e neste contexto, o jovem Aloysio Nogueira se orgulha de ter conseguido entrar para o Colégio Estadual e que sua paixão pela História enquanto disciplina se acentua a partir daquele momento:

Primeiro a minha experiência, ela advém quando eu comecei a fazer o meu, aqueles primeiros anos, do ginásio, que antigamente o ginásio, lá no ginásio D. Pedro II, que era o primeiro grau no caso. Então minha experiência de gostar de História, e ter assim um ânimo para me dedicar ao magistério ela vem daí. Por um motivo muito simples, é que eu tive no ginásio no Colégio Estadual do Amazonas, uma rica experiência, primeira foi estudar com professores de História e Geografia que tinham realmente um cabedal de conhecimento assim, importantíssimos,

eu posso citar dois nomes desses professores, um de geografia, chamava-se Sebastião Norões e o de história um deles chamava-se Manoel Otávio Rodrigues de Souza. Então, e outro professores também, todos eles marcaram muito a minha vida né, no Colégio Estadual dessa época.⁹

A conscientização política de Aloysio Nogueira acaba se adensando com as efetivas participações em grêmios e centros acadêmicos que o colocavam em contato com disciplinas e ideologias filosóficas na inserção do mundo pedagógico:

E eu participei no início ali marginalmente junto com eles ajudando aqui, acolá, até que eu consegui dar aula a época que eu fui aluno ainda nesses exames que eram realizados, nesses cursos que eram realizados. Então daí surgiu meu interesse para compreender melhor a história né, é claro que a época a influência bastante também era de uma certa história narrativa né, narrativa, mas ainda no ginásio a partir da literatura que nos era solicitado, teve alguns livros que já traziam algumas discussões sobre, isso no ginásio, sobre a discussão, sobre, não só sobre a teoria da história como a filosofia da própria história. Então coisas que depois, muito mais tarde, é que vamos verificar na universidade esse papel.

Além de ter lecionado como “aprendiz” no Ginásio Dom Pedro II, Nogueira entra para o Instituto de Educação no trânsito da década de 1950 para os anos 60 por dois motivos que iam da vontade em ser

9 MELO, A. N. *Entrevista concedida a James da Costa Batista*, 2017, p. 1.

professor e “que eu tinha, Aloysio Nogueira de Melo, que arrumar um emprego que me oferecesse condições de sobrevivência quase imediata, daí eu fiz o curso pedagógico no Instituto de Educação do Amazonas, o IEA”.

Para James Batista, a trajetória de liderança do Professor Aloysio Nogueira já vinha se construindo desde a década de 1950 como estudante, contudo, sua atuação docente na década de 1970 em meio ao Regime Militar já apontava tal protagonismo no movimento docente, pois,

No quadro de professores da Secretaria Estadual de Educação, já existiam profissionais que fariam parte do processo de proletarização dos professores amazonenses, que ganharia força no ano de 1979 com a criação da APPAM (Associação Profissional dos Professores do Amazonas), que, embora não fosse um sindicato, já que funcionários públicos não podiam criar essas entidades, havia conquistado a adesão de muitos professores. O Professor Aloysio Nogueira, que lecionava história e já havia sido Diretor do Colégio Estadual em 1971, foi o primeiro presidente que passara a negociar com o governo (Batista, 2018, p. 261).

Essa proletarização do trabalho docente já é um assunto que entrou em voga há muito tempo, e, portanto, não é possível compreender o trabalho de professor afastando-se de tal ideia. Não é objetivo de adensar tal discussão, mas, entender também com este conceito, as especificidades do trabalho docente. A ideia, ainda, é

promover uma atenção à proletarização – e precarização – do trabalho docente, não é algo tão contemporâneo, mas que perpassa o tempo vindo de muitos anos atrás.

Aloysio Nogueira, o Professor

A Lei 5.692 de 1971 transformou os ensinos primário e secundário¹⁰ em ensino de primeiro e segundo grau. A partir de então o primeiro grau contou com oito séries anuais diferente das quatro do ensino primário, e o ensino de segundo grau poderia contar com três ou quatro séries. Neste contexto, percebe-se também uma mudança populacional no Amazonas vigente. A Zona Franca de Manaus, criada em 1967 pelo Regime Militar, causou um êxodo rural que transformou a capital amazonense num polo receptivo de pessoas em busca de oportunidade de emprego. Entre 1940 e 1980, a cidade de Manaus teve um crescimento populacional, foi dos poucos mais de cem mil habitantes para oitocentos mil. Ainda existia outro fator que impactou ainda mais o índice populacional, a imigração que chegou a taxa de cem por cento entre os anos 1950 e 1980 (Batista, 2019, p. 67-68).

Esses dados refletem uma parte quantitativa da educação amazonense a partir da década de 1960: uma maior quantidade de pessoas e conseqüentemente

10 A lei 4.024 de 1961, intitulada Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB, previa uma divisão em Ensino Primário com quatro anos, e o Ensino Secundário dividido em dois ciclos: o ginásial e o colegial, sendo o primeiro com quatro séries e o segundo com três. Admitia-se ainda dentro do Ensino Secundário, dentre outras, a formação para professor.

uma maior quantidade de estudantes. É nesse contexto que Aloysio Nogueira inicia sua carreira como professor da educação pública. A década de 1970 é mais impactante para o professor tendo em vista sua inserção na universidade e sua atuação como professor na Penitenciária de Manaus:

eu já fiz o concurso e entrei como professor, chamado com o professor primário, pra trabalhar na escola, não me lembro agora o nome, lá na, perto do aeroporto, Antóvilva Mourão Vieira, é uma escola primaria, e eu comecei a trabalhar nessa escola né concursado e fui, e lá na própria organização dessa escola primaria, tinha um professor diretor muito competente ele já escolhia os professores que se dedicasse a determinadas matérias pra ir discutindo assim quase separadamente com os alunos, e eu já comecei realmente a trabalhar com história nesse período, (...) nessa época eu fui convidado pra trabalhar na penitenciaria central do estado ali na sete de setembro, e eu fui transferido de lá pra trabalhar com os presos, e foi uma experiência fantástica né, então eu trabalhei quase trinta anos ali na penitenciaria, até me aposentar né pela penitenciaria, e trabalhava também no colégio estadual, eu tinha duas cadeiras.¹¹

Aloysio Nogueira tem sua entrada na Universidade no fim dos anos de 1960. A importância de estar no ensino superior tinha duplo sentimento: a felicidade de estar na universidade e a tristeza de não ser em um curso de História. O professor inicia seus estudos na Faculdade de Filosofia, pois ainda não existia o Curso de

11 MELO, A. N. *Entrevista concedida a James da Costa Batista*, 2017, p. 4.

História na então Universidade do Amazonas. Podemos perceber que esta fase de sua vida lhe proporciona novos olhares para as condições da educação no Amazonas e dos professores, o que levaria a ser uma das lideranças da categoria dos professores da educação básica nos anos seguintes.

Após concluído o curso de Filosofia, Aloysio Nogueira foi convidado para ser Professor no Curso (recém-criado) de História na Universidade do Amazonas em 1981.

Professor Aloysio Nogueira, o militante

Os anos de 1970 são reconhecidos historicamente como o período de enfraquecimento da Ditadura Civil Militar e conseqüentemente pelo Processo de Abertura Política Democrática. Tal período pode ser reconhecido como período em que a História Oral enquanto método ganha força nas diversas possibilidades de entrevista com a diminuição das perseguições políticas advindas do regime. A História Oral Moderna nasce com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando ganha critérios que a diferencia das entrevistas normais. Para José Carlos Meihl (2005),

Paradoxalmente, o desdobramento do golpe militar de 1964 [...], cobriu projetos e registros que gravassem as experiências, opiniões ou depoimentos. Em consequência disso, enquanto muitos lugares do mundo proliferaram muitos projetos de história oral, retraímos-nos, deixando para o futuro algo que seria inevitável. [...]. Como a censura foi um dos pilares da ditadura militar, a reserva de depoimentos orais

acabou por ser uma via de acesso à compreensão daquele período da nossa história (p. 102).

O Processo de Abertura também foi uma série de movimentos sociais que, devido à repressão ditatorial, estavam num estado de esfriamento. Os primeiros movimentos a eclodirem no país foram os dos metalúrgicos do ABC paulista no fim da década de 1970, mais precisamente a partir de 1978. Aqui no Amazonas, os movimentos sociais, seguindo o exemplo paulista, começaram a se organizar também. Diversas categorias – metalúrgicos, industriários, professores e outros trabalhadores públicos ou privados – organizavam-se em busca de melhores condições de vida e trabalho. Uma das categorias que são consideradas protagonistas destes movimentos no Estado do Amazonas, foi a categoria dos professores da Educação Pública, e uma de suas lideranças era Aloysio Nogueira de Mello. Segundo o professor:

Eu passei a me dedicar diuturnamente a romper com essa (inaudível) em defesa da democracia né, e lutar contra essa situação, foi quando eu fiquei lá e quando em setenta e nove eu já estava em Manaus, foi quando eu conversando com vários outros professores e ex-alunos da própria universidade e eu tinha uma grande influência também no Estado, começamos um trabalho de organização dos professores. Ai é que nasceu realmente à criação da APP, a criação não, o fortalecimento da APPM, APPM né, APPM, então era Associação Profissional dos Professores de Manaus, então aí já é uma história que dá, é uma história que traz as questões

que envolve de uma tal maneira o deslanchar desse processo da APPAM depois (inaudível) SINTEAM.¹²

Gerson Gonçalves Medeiros foi um dos professores envolvidos na construção da instituição que organizava o professorado. A exemplo de Aloysio Nogueira, tem sua experiência docente nos anos de 1970 no então curso primário. Foi atuante dos movimentos sociais entre os anos de 1970 e 1990. Para ele:

[...] não havia luta, não havia nada e nós já estávamos fazendo renascer a luta sindical aqui, a partir de lá do ABC Paulista, fique bem claro isso! É de 78 quando espoca a luta lá em São Paulo, no ABC Paulista, que nós trouxemos pra cá, vamos fazer o enfrentamento aqui, a Universidade começou a discutir [...] os professores começaram a discutir, a SESAU¹³ começou a discutir, metalúrgicos começou a discutir, a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) também e nós começamos também [...], mas foram os professores e os metalúrgicos também que mais se tornaram evidentes nesse processo. Então foi feito isso. Só que ainda em mil [...] isso foi feito em 79, ainda em 1979 [...].¹⁴

A organização dos professores sob a bandeira institucional foi considerada um imbróglio frente à força do Governo do Estado que tentava desarticular a organização dos docentes. Como já fora exposto, não havia respaldo legal na criação de sindicatos

12 MELO, A. N. *Entrevista concedida a James da Costa Batista*, 2017, p. 6-7.

13 Secretaria Estadual de Saúde.

14 MEDEIROS, G. G. *Entrevista concedida a James da Costa Batista*, 2017, p. 1.

para os servidores públicos durante a Ditadura. Uma alternativa encontrada pelos professores seria o uso APPM (Associação Profissional dos Professores de Manaus), instituição de fins assistencialistas que servia aos professores das escolas particulares. Para o contra-ataque do governo à época, foi cedido uma carta sindical para a APPM, transformando-a em SINPRO (Sindicato dos Professores) e cancelando qualquer oportunidade dos educadores da rede pública sindicalizarem-se causando uma desmobilização. Como resposta ao impedimento legal, professores liderados por Aloysio Nogueira criaram, em 1979, a Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM) (Batista, 2021).

O professorado então organizado sob uma instituição que mesmo não tendo a permissiva sindical, foi usada para organizar os professores da sua criação até 1988 com a promulgação da Constituição que autorizou a criação de sindicatos para os servidores públicos. O Professor Aloysio Nogueira foi o primeiro presidente eleito da APPAM e iniciou o processo de discussão com os governos de José Lindoso¹⁵ e Gilberto Mestrinho, que fora eleito pelo voto direto nas Eleições Gerais de 1982.

15 José Bernardino Lindoso foi governador do Amazonas entre 15 de março de 1979 a 15 de maio de 1982. Último governador eleito indiretamente para comandar o Amazonas do período ditatorial.

Figura 1: Em destaque Professor Aloysio Nogueira ao lado do Professor João Barboza (sentado)



Fonte: *A Crítica*. Manaus, 25 de novembro de 1983

O governo de Gilberto Mestrinho mesmo sendo chamados por muitos como “professor”, foi um período de perseguição e arbitrariedade contra o professorado amazonense. As discussões sobre reajustes salariais e melhores condições de trabalho já haviam se tornado pauta de negociação ainda com José Lindoso. Entretanto, com um discurso de austeridade fiscal, Mestrinho cortou o diálogo com os professores o que levou a dois momentos distintos de mobilização: a Greve de 1983 – caracterizada pela demissão de professores estatutários e a greve de fome realizada por professores –, e a Mobilização

de 1985, que ficou conhecida como a Batalha do Igarapé de Manaus (Batista, 2021).

Em 1983, o Presidente da APPAM era o Professor João Barbosa, mais conhecido pela categoria como Barbosão. Entretanto, nas ações, sempre estavam presentes outras lideranças do movimento, como o Professor Aloysio Nogueira. Outro partícipe dos movimentos foi João Ricardo Bessa Freire que teve, também, importante atuação no movimento dos professores nas décadas de 1970-1980 e descreveu sua atuação como docente durante o período militar, onde lecionou em escolas públicas da capital amazonense. Sobre a greve de fome, o Professor José Ricardo expõe

Aí nós fomos à greve de fome [...]. Quando entrei em greve de fome [...]. Bom, aí fizemos essa assembleia de sete mil professores no Olímpico, e ele (Gilberto Mestrinho) demite toda a direção da APPAM, inclusive a mim. Aí quando demite James, eu estava presente, lotado sete mil professores estavam presentes, o Professor Aloysio Nogueira colocou a demissão da direção da APPAM. Aí surgiu lá da base um professor que ninguém nem conhece, ele conhecia a gente, que a gente era liderança, a gente não conhecia porque a gente não conhecia todo mundo [...]. Professor levantou e falou: “Eu quero fazer uma proposta, que se demitir um companheiro nosso da APPAM que a lista dos sete mil aqui presentes nessa assembleia seja encaminhada ao governador, se demitindo também”. Olha o caos que iria causar, sete mil professores se demitindo também, ia parar a educação no Estado. Isso foi aprovado por unanimidade, quando foi aprovado por unanimidade eu fiz um discurso e disse: “Nós já

somos vitoriosos!” Porque eu sabia que o governador não ia aguentar. Aí foi quando eu entrei em greve de fome pra substituir o Chico Lemos, eu e a Socorro [...]. A Socorro era uma gordinha, ainda tinha carne, eu não tinha não. [risos]. Aí vem aqueles apelos de evangélicos dando bíblia, católicos pedindo “não vá professor o senhor vai se matar” e eu disse: “mas é a causa, eu estou aí [...] se eu não for quem vai?” Aí pegamos e fizemos a greve de fome. Daí surge o Comitê das Mães dos Professores demitidos, olha só, não sei se você já tinha ouvido falar disso? Comitê das Mães dos Professores demitidos, minha mãe fez parte do Comitê, Dona Elisa Bessa. Saía às ruas, as velhinhas, fazendo pedágio, parando os carros [...] isso é histórico! E denunciando o governador.¹⁶

A greve encerra-se em dezembro de 1983, com a então possibilidade de negociação entre a APPAM e Gilberto Mestrinho no ano seguinte. Contudo, o governador adentra o ano de 1984 negando os anseios da categoria que passou este ano tentando tratativas de diálogo com o Executivo Estadual, entretanto sem sucesso.

Em 1985, Aloysio Nogueira é eleito mais uma vez para a direção da APPAM e volta a pressionar o governo para o retorno das negociações. Frente às negativas de Mestrinho, os professores resolvem promover uma caminhada do Colégio Amazonense Dom Pedro II até o Palácio Rio Negro, sede do governo. Essa tomada de decisão se deu como forma de afrontar o governador e levar à sociedade o conhecimento sobre como estava as condições da categoria. Respondendo aos

16 FREIRE, J. R. B. *Entrevista concedida a James da Costa Batista*, 2017, p. 6.

professores, o governador foi à imprensa e prometeu reprimir o movimento com a força policial na tentativa de barrar a caminhada. Sem sucesso, os professores agendaram a caminhada para o dia 21 de abril que ficou impossibilitada pela morte do Presidente Tancredo Neves. Mesmo assim, a caminhada ocorreu no dia 28 de abril de 1985. Para Aloysio Nogueira:

Nós estávamos no Colégio Estadual nos preparando pá caminhada como fomo recebido pelo... compareceu lá Arthur Neto e o Mário Frota, ambos foram com a finalidade de desmobilizar a categoria. “Podemos falar?” Podem! E eu lá com a turma, tinha uns 40 a 50 professores apenas, eles subiram num banco lá e fizeram a preleção deles né, quando terminaram a preleção eu volto à palavra em ordem, daí o pau cantou (inaudível) se você quer nos ajudar, nos acompanhe (inaudível) tiveram outra, e já estava ao longo da avenida vários professores e tal, que foi terrível, aliás, o jornal *Diário do Amazonas* que traz,... Então nós fomos caminhando, foi com Arthur e tava ali a polícia bem próxima. Quando nós chegamos na porta, a polícia lá e tal, e tinha muitos fora né, eu tava na comissão, eu e mais outros, daí quando nós passamos do portão a polícia rapidamente fecha o portão, pegou jornalistas e outros (inaudível) e encostaram o cacete. Foi aí que se viu, a imprensa não perdoou nesse caso né.¹⁷

Debaixo da forte crítica da imprensa e da Assembleia Legislativa, Gilberto Mestrinho cedeu às demandas dos professores e recebeu para uma reunião que foi liderada pelo Professor Aloysio Nogueira no mesmo local onde

17 MELO, 2017, p. 30.

ocorreu, como bem nomeou José Ribamar Bessa Freire, a “Batalha do Igarapé de Manaus”, frente ao icônico Palácio Rio Negro no Centro de Manaus (Freire, 2012).

Considerações Finais

Os movimentos sociais brasileiros na década de 1980, foram momentos ímpares de organização e mobilização que há muito tempo o país não tinha visto. Lideranças se criaram em diversas partes do país e em diversas categorias. No entanto, não há como deixar de lembrar – aqui referindo-se à memória coletiva dos professores – que o professorado teve sua importância nesse quadro e tornou-se pioneiro no Estado do Amazonas. Também não há como falar de movimento docente amazonense e não reconhecer o protagonismo de Aloysio Nogueira, reconhecido por seus pares e pelos governos que passaram enquanto esteve na ativa. Somos cientes que a história do Movimento Docente Amazonense, e também do Professor Aloysio Nogueira, merecem incisiva análise e que com certeza poderá adentrar outras pesquisas na historiografia regional sobre os movimentos sociais e biografias.

Ademais, o professorado amazonense, não somente na historiografia e todas suas nuances, mas nas diversas áreas de pesquisas, ainda tem fôlego para futuras pesquisas. Aliás, o trabalho docente ainda tem um grande campo analítico por sua diversidade e possibilidades de análise. Por fim, a temática dos movimentos sociais de professores amazônicos ainda é uma grande seara

de análises que nos propõe, ainda, a um avanço que é imensurável de possibilidades.

Entrevistas

Aloysio Nogueira de Melo. Entrevista gravada em 6 de junho de 2017. Realizada pelo autor, digitada.

Gerson Gonçalves Medeiros. Entrevista gravada em 5 de junho de 2017. Realizada pelo autor, digitada, p. 1.

João Ricardo Bessa Freire. Entrevista gravada em 3 de junho de 2017. Realizada pelo autor, digitada.

| Referências

AGUIAR, J. V. S. *Manaus: praça, café, relógio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Editora Valer, 2002.

ALBERTI, V. Fontes Orais: História dentro da história. *In: Pinsky, C. (org.). Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

ALBERTI, V. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

ALBERTI, V. *Ouvir Contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

BATISTA, J. C. A Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM) como instrumento de luta no movimento dos professores do Amazonas na

- década de 1980. *Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFAM*, v. 5, ano 1, p. 143-166, 2021.
- BATISTA, J. C. *Da Lousa à Luta: Organização, Mobilização e Luta dos Professores Amazonenses na década de 1980*. Curitiba: CRV, 2019.
- BATISTA, J. Educação Amazonense no governo de João Walter de Andrade (1871-1973). In: FUCHS, C.; SCHWENGBER, I. L.; SCHÜTZ, J. A. (orgs.). *Educação em debate: cercanias da pesquisa* (e-book). 1. ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018.
- FREIRE, J. R. B. “A Batalha do Igarapé de Manaus”. In: *Essa Manaus que se vai*. Manaus: Instituto Census, 2012.
- MEIHI, J. C. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- POLACK, M. *Memória e identidade social. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, 1992.
- PORTELLI, A. *O que faz a história oral diferente. Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997.
- SCHMIDT, B. B. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História*, São Paulo, v. 33, n. 1, jan./jun. 2014.
- THOMPSON, E. P. “A história vista de baixo”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

Os acidentes de trabalho na “Era do Vapor” na Amazônia

Caio Giulliano Paião

Introdução

Às 2h30m de uma tarde quente em Manaus, um corpo emergiu perto do trapiche no dia 15 de novembro. A polícia foi acionada e encontrou ali “o cadáver de um indivíduo de cor preta, estatura regular, cabelos carapinhos, corpulento, sem barba, o qual aparentava ter 30 anos de idade”. Vestia calça de algodão azul, camisa de flanela com alamares, e um cinto de couro, com chapa de latão e uma âncora em alto relevo. O corpo desse marítimo havia sido deixado para trás, enquanto seu navio tomara o rumo dos seringais. Relatar essa morte para as autoridades atrasaria o seu itinerário. Sem sinais de violência aparente, os legistas concluíram por afogamento. A polícia remeteu o corpo ao cemitério São João Batista, onde foi enterrado como indigente (*Diário Oficial*, Manaus, 4 ago. 1895). Era outro cadáver na multidão de anônimos tragados pelo tráfego de vapores da economia gomífera.

A “aventura da borracha” na Amazônia é um desses grandes dramas humanos, marcados por violência e morte, característico da expansão capitalista pelo mundo, que se sustentou, e ainda se sustenta, com uma face de terror (Rediker, 2011, p. 21).¹⁸ O instrumento

¹⁸ Estou realizando um paralelo com o que representou o navio negreiro para o estabelecimento do capitalismo durante a chamada “era das velas”.

fundamental desse processo no interior da América do Sul foi o navio a vapor, que carrega não apenas o aspecto econômico dessa história, mas os rastros de vidas perdidas e silenciadas na voragem dos lucros.

A introdução dos vapores na Amazônia impactou as relações sociais e econômicas na Amazônia desde a sua chegada, em 1853 (Brito, 2023). A paulatina aceitação desses navios desafiou modos de vida já estabelecidos e organizados em torno de embarcações artesanais (Paião, 2024a, p. 60). No entanto, a maior velocidade e a capacidade de carga dos vapores garantiram aos seus promotores uma posição confortável. De forma que, se as grandes navegações do mercantilismo são conhecidas como *Age of Sail* (“era das velas”), na Amazônia, a “era do vapor” corresponde aos picos das exportações de produtos extrativos, momento em que esses barcos foram incorporados aos cotidianos urbanos e ribeirinhos da região, de meados dos anos 1870 até a segunda metade do século XX.

Os vapores também dinamizaram novas experiências entre trabalhadoras e trabalhadores, e foram importantes para sua organização como classe. As longas jornadas de bordo – que podiam durar dias ou até meses – estreitaram laços entre diferentes categorias, incluindo os próprios marítimos. Nessas viagens, passageiros e tripulantes descobriram origens e demandas em comum, o que foi fundamental para o movimento operário no Amazonas e no Pará. O que se via e ouvia a bordo alimentava conversas entre o operariado, podendo virar pauta nas reuniões das associações. Não por acaso, é dos

marítimos a primeira associação por ofício em Manaus. Mas mesmo antes das organizações de trabalhadores no Amazonas, datadas de fins do século XIX (Pinheiro; Pinheiro, 2017, p. 87), as dificuldades vividas pelos marítimos eram de conhecimento geral da sociedade. Em uma região marcada pela mobilidade fluvial, poucos ficavam alheios ao cenário de terror vivido nos vapores. Outra coisa era a intervenção dos poderes públicos ou das empresas em socorro dos marítimos.

Para muitos tripulantes, as viagens eram caminhos sem volta: as esperanças de uma vida em movimento acabavam sufocadas por um trabalho mal remunerado e realizado sob total insegurança e desamparo. Essas violências não eram efeitos da falta de escolhas, mas elementos estruturantes da lógica capitalista que passou a permear um ofício tradicionalmente associado à liberdade de movimento em um mundo sem fronteiras. É sobre essas histórias de sofrimento que me debruço aqui.

Neste capítulo, examino acidentes de trabalho na “era do vapor”, destacando as duras condições do trabalho marítimo como sustentáculo do sistema de circulação de mercadorias da Amazônia. Destaco que essas ocorrências não eram lidas pelas autoridades como acidentes de trabalho, mas sim eventualidades trágicas, que não podia ser remediado, ou resultado de má conduta dos marítimos. As tripulações equipavam navios precários sem qualquer regulamentação que garantisse segurança ou direitos, ficando totalmente à mercê da vontade pessoal dos comandantes. Essa foi

a realidade desse transporte fluvial, desde a chegada do primeiro vapor mercante, até a sanção da lei de 1919, quando o termo “acidente de trabalho” passa a ser utilizado.

As tarefas a bordo exigiam esforço físico extremo, jornadas extenuantes que chegavam a 24 horas de serviço ininterrupto, exposição a condições insalubres e constantes riscos em navios operados no limite de sua capacidade. Isso resultava em acidentes graves que mutilavam corpos, provocavam invalidez permanente ou levavam à morte. Muitos deles ocorriam em plena imensidão dos rios, longe de qualquer vigilância ou controle do Estado; outros se davam na beira dos principais portos e eram ignorados para não atrapalhar o fluxo dos navios. Portanto, os custos humanos para os marítimos durante a “aventura da borracha” são incalculáveis, mas não podem passar despercebidos.

Além dos prejuízos individuais, os acidentes de bordo expõem a indiferença das empresas armadoras e do próprio Estado em relação à segurança dos trabalhadores. Para ambos, nenhuma morte ou tragédia deveria comprometer o rápido escoamento de mercadorias ou as receitas destinadas aos cofres públicos, evidenciando a desumanização intrínseca à lógica capitalista de produção. Essa combinação de negligência e exploração ressalta como as vidas dos marítimos eram encaradas como tributos a prioridades econômicas.

Esses custos humanos foram invisibilizados por certas miradas historiográficas sobre o período, cristalizando

uma atividade econômica transportada em verdadeiros navios fantasmas. Como afirmou Arthur Reis (1956, p. 66-65), em favor da navegação a vapor na Amazônia: “em que época da história foi possível o progresso sem que alguns, muitos mesmos, não se vissem prejudicados nos seus interesses? Quantas vidas não têm sido imoladas para que a humanidade progrida?”. O descarte humano em nome do progresso cobra o seu preço da historiografia.

Tal análise não se resolve descrevendo sua face cruel, mas questionando como os marítimos foram capazes de resistir e depois se organizar, criando associações marítimas no início dos 1900. Através dessas entidades, eles enfrentaram e debateram as mazelas da vida embarcada, o que não significa que deixassem de refletir sobre suas condições de trabalho antes disso. Todo o percurso até aquele momento precisa ser levado em conta. Defendo que as demandas por maior segurança a bordo antecedem a legislação sobre acidentes de trabalho, discutida desde 1915 e sancionada em 1919, evidenciando uma história que precisa ser vista de baixo.

Desde o século XIX, os marítimos recorriam a diferentes formas de tornar públicos os riscos que corriam diariamente. Uma delas era a publicação de cartas anônimas nos jornais, nas seções “a pedido”. Essa prática tornou-se mais comum na década de 1910, quando as associações marítimas estavam em intensa atividade, alinhada ao movimento operário de outras regiões do Brasil e do mundo. No entanto,

essas manifestações já eram perceptíveis desde o final do século XIX, ainda que as denúncias não fossem formalizadas como pautas políticas.

Meu principal objetivo aqui é evidenciar o percurso de lutas e sofrimentos que culminou na promulgação da primeira lei de caráter trabalhista no Brasil, sancionada em 15 de janeiro de 1919 (Decreto nº 3.724), conhecida como “Lei de Acidentes de Trabalho”. Vamos examinar algumas experiências que levaram à pressão política em busca desse amparo às classes trabalhadoras.¹⁹ Não me deterei na formalização da lei em si, mas no cenário que a antecede e que a justifica como demanda vinda de baixo, e não como uma concessão de cunho paternalista. Destaco ainda que, em um primeiro momento, a legislação social não incluía os marítimos; assim, é fundamental observar como essa categoria encaminhou suas reivindicações ao longo desse período, em um processo que consolidaria o contingente amazônico como um ato político central para o reconhecimento de todos os marítimos como *trabalhadores* (Paião, 2024b, p. 400).

Os acidentes de trabalho anteriores à lei de 1919 serão analisados como parte de uma longa história de violências e corpos abandonados pelo caminho, história essa que dá sentido à própria organização da categoria como classe. Fica exposta uma dimensão de exploração que ultrapassa o ambiente de trabalho, revelando que o terror e a morte são estruturantes

19 Para uma análise apurada dessa legislação em períodos posteriores na Amazônia, ver: BARROS, 2024.

da economia capitalista, não meros efeitos colaterais, mas componentes intrínsecos desse sistema. É sobre os silenciamentos e as ocultações dessa experiência que pretendo lançar luz. Conheceremos o contexto de sofrimento desse universo laboral e, de forma breve, as eventuais resistências dos marítimos em um ambiente de exploração intensa e de negligência institucional. Trata-se de um tema ainda repleto de lacunas na historiografia.

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (2015, p. 216) argumenta que os acidentes de trabalho ocupam uma esfera de invisibilidade perpetuada historicamente, com silenciamentos que afetam a história social do trabalho. As razões são variadas, sendo a mais problemática a escassez de documentação sobre esses eventos. Essa lacuna reflete uma tentativa de preservar a dinâmica das relações capitalistas de produção e garantir a fluidez da circulação de mercadorias. Os acidentes de trabalho são pouco divulgados de propósito, visando minimizar abalos no ambiente de trabalho e proteger a imagem pública de certos setores da economia.

Como veremos aqui, apenas casos de enorme gravidade ganhavam espaço nos noticiários. No contexto das navegações, os acidentes registrados pelos jornais vêm acompanhados do que os redatores consideravam, de fato, importante: interrupções de viagens; perdas significativas de mercadorias; danos irreparáveis aos navios. Silva (2015, p. 220) ressalta que as consequências econômicas e sociais para as famílias trabalhadoras são quase impossíveis de apurar, agravadas ainda pelas

subnotificações. Ao fim, acidentes de trabalho raramente são debatidos pela sociedade em geral, perpetuando um ciclo de silêncio que impõe a leitura a contrapelo de documentos que, muitas vezes e, de certa forma, acabavam dizendo o que não queriam.

As fontes analisadas aqui são pequenas notas da imprensa que, ao tentar suavizar os impactos de um verdadeiro cenário de horror, acabavam por expor a frequência alarmante dos acidentes de bordo. Isso reforça a observação de Silva (2015, p. 220), de que esse estado de perigo constante não é uma falha ocasional, mas uma característica estrutural do processo de exploração capitalista. Outras vezes, essas notícias eram plantadas pelos próprios trabalhadores com apoio de jornalistas imersos nas causas operárias.

Dividi o capítulo em itens, conforme os tipos mais comuns de acidentes no trabalho marítimo, durante a “era dos vapores”. A análise segue três eixos principais: primeiro, os acidentes envolvendo maquinários; em seguida, aqueles decorrentes de embarques e acondicionamento das cargas; por fim, os episódios menos usuais relacionados ao enfrentamento das forças da natureza, imposto pelas empresas armadoras e suas buscas desenfreadas por lucro.

Máquinas da morte

A maior transformação na navegação amazônica foi a introdução do maquinário que impulsionava os motores a vapor. Os primeiros modelos mercantes chegaram

à região em 1853, pela Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. Desde as discussões sobre a concessão pública à empresa, a imprensa enchia-se de elogios à eficiência desses motores, que seriam capazes de superar a impetuosidade dos rios. No entanto, percebe-se que esse esforço de exaltação tecnológica caminhou lado a lado com a tentativa de ofuscar suas falhas e fracassos.

Uma sequência de desafios técnicos esteve presente nos navios, desde que a primeira caldeira a vapor foi acesa no rio Amazonas. Isso não significa que o navio a vapor fosse uma ilusão, mas que suas conquistas, em termos de velocidade e eficiência, tiveram um alto custo: a saúde e a vida dos marítimos, muitos deles embarcados de forma improvisada e sem preparo algum da parte de patrões e comandantes. Alguns trabalhavam de maneira informal, outros estiveram ali como escravizados; sob essas condições de trabalho compulsório e de exploração intensiva das máquinas, os vapores sobrepujaram a natureza e aceleraram os jogos de trocas na Amazônia oitocentista. Ou seja, os vapores foram de fato o meio de transporte mais poderoso da época, mas suas vitórias econômicas e sociais nublam uma sucessão de falhas e de vidas perdidas. A seguir, vejamos acidentes relacionados à imposição de maior velocidade e à sobrecarga das máquinas.

Logo nos primeiros anos da atividade a vapor, o jornal *Estrella do Amazonas* (Manaus, 1858) noticiou um terrível acidente nas máquinas do *Tabatinga*. No dia 15 de maio de 1858, esse navio partia para Nauta,

no Peru, quando um parafuso da porta da caldeira teria se quebrado. Em minutos, uma quantidade enorme de água fervente invadiu os porões e atingiu o carvoeiro, “um índio moço” chamado João Antonio. Encontramos nessa notícia o modelo de abordagem de muitos dos casos analisados aqui.

Para resguardar as empresas e os comandantes, os episódios geralmente são tratados como acidentes incontornáveis e aleatórios, verdadeiras fatalidades; ora motivadas por defeitos técnicos, ora atribuídas à falta de habilidade ou comprometimento dos marítimos. Caso de João Antonio, “cuja inexperiência e falta de resolução o atordoaram a ponto dele cair junto da porta da caldeira, onde se achava, e num momento ficou mortalmente escaldado d’água e vapor” (Estrella do Amazonas, 1858). O jovem indígena aparece como despreparado para um navio que exigia raciocínio rápido, preparo físico e emocional, além de elevados conhecimentos de como funcionavam aquelas máquinas. O jornalista preconceituoso oferece um indivíduo deslocado na modernidade recém-chegada naqueles rios, alguém naturalmente condenado a perecer caso não se adaptasse àquele novo mundo.

João Antonio morreu poucas horas depois do ocorrido. A notícia encerra o episódio de forma desdenhosa, chamando-o de “transtorno do parafuso”. Vale lembrar que estamos lidando com um jornal que gozava de ser a voz oficial do governo da Província do Amazonas, e como tal, cumpria o papel de preservar as relações comerciais que dependiam daqueles navios.

Os acidentes com os maquinários são mencionados de forma extremamente breve na imprensa, especialmente nos jornais oficiais. Essas notas ficam relegadas às margens das páginas, facilmente passando despercebidas ou para serem esquecidas poucos depois de lidas. Só ganhavam destaque quando se desdobravam em prejuízos coletivos ou econômicos. O *Diário Oficial* (Manaus, 1896) noticiou que a caixa de madeira que revestia a chaminé do vapor *Cruzeiro* havia pegado fogo em uma viagem no rio Madeira. E que apesar dos esforços da tripulação, o incêndio se estendeu para todo o navio, mas tripulantes e passageiros foram salvos do naufrágio por um batelão que seguia a reboque. Em casos de sinistros e perdas totais das embarcações, as redações não se furtavam de dar as notícias, mas sem entrar em detalhes e sem esboçar maiores explicações. Nessa, em particular, fica implícito que a caixa de madeira daquela chaminé não havia sido projetada para altas temperaturas de uma caldeira em ritmo frenético para encurtar a viagem.

Além da pressão por maior velocidade, a falta de manutenção do maquinário ampliava o risco de acidentes. Reparar os mecanismos exigia dos armadores a contratação de serviços especializados, e mais tempo de espera nos portos, o que contrariava a expectativa de maximização dos lucros. Isso se intensifica entre o final do século XIX e o início do século XX, com o apogeu do negócio gomífero. Durante as temporadas de escoamento de borracha, o ritmo alucinante levava os patrões a acelerar ao máximo o volume de viagens.

As explosões resultantes dessa negligência chamavam a atenção no porto de Manaus e Belém, chegando com frequência nos jornais, que tinham de explicar os estrondos e sustos que acometiam a população. Nesse contexto, era difícil evitar que as notícias fossem publicadas e, por vezes, essas matérias terminavam rendendo boas vendas de fascículos.

Na noite do dia 19 de abril de 1909, a lancha *Amazonas* estava atracada no igarapé de São Vicente quando, “ao romper o quadro dos vapores, explodiu a caldeira que a mantinha, resultando na morte instantânea do 1º maquinista César e graves ferimentos em Raymundo Campos, carvoeiro”. Segundo o articulista do *Jornal do Comércio* (Manaus, 1909), uma investigação policial seria aberta para apurar as circunstâncias do acidente. Desdobramentos desse tipo raramente eram divulgados pela imprensa, isso quando chegavam a algum lugar. Segundo os jornalistas, o título do que acabamos de ler sugere a interpretação adequada para os leitores: “*Desastre*” – leiamos: impossível de se evitar.

Em 1916, as associações de marítimos, especialmente a União dos Foguistas de Manaus, apresentavam intensa atividade e faziam suas demandas ganhar destaque nos jornais como nunca antes. Uma das estratégias das lideranças era cultivar boas relações com jornalistas e redatores dos principais periódicos (Paião, 2024b, p. 240). Algumas notícias eram publicadas como denúncias anônimas ou no modelo de “a pedidos”, muito comum na época. Assim, certos textos atingiam o cerne do problema, como se vê a seguir.

A introdução da reportagem já se distancia das abordagens usuais de acidentes como aleatórios ou fruto da imprudência de trabalhadores: “Na vizinha cidade de Itacoatiara ocorreu, no dia dezoito do corrente, um horrível desastre, que roubou a vida de um marítimo, quando despreocupadamente exercia sua árdua e fatigante profissão” (Jornal do Comércio, 1916). Desde o início, há o reconhecimento do trabalho penoso da vítima, no caso, um carvoeiro.

Embora o texto siga um estilo sensacionalista, ele toca em pontos importantes, como a necessidade de reparos no vapor *Tharglane*, pertencente ao coronel João Pereira Barbosa, e a saída apressada dessa embarcação das oficinas. O navio acabou zarpando com um desarranjo nos tubos da caldeira, que resultaram em um vazamento e, depois, na explosão que tirou a vida do carvoeiro Luiz Antonio. Não lemos nenhuma alusão à conduta do marítimo, mas sim ao descaso do proprietário do navio.

Além da falta de reparos, os comandantes insistiam em queimar lenhas desaconselhadas por marítimos e ribeirinhos, levando a mais explosões e incêndios nos navios. Os oficiais ordenavam que os marítimos fossem às matas cortar o que passasse pela frente, até troncos de buritizeiros, que geravam uma densa fuligem que entupia tubos e chaminés dos navios. A queima de lenha verde (de árvores recém-abatidas) também sobrecarregava as fornalhas e os mecanismos, arriscando a vida de todos a bordo. Esse tipo de informação alcançava a imprensa na forma de denúncias (Leal; Paião, 2023, p. 53).

Os acidentes com maquinário também chegavam às redações por ação de marítimos e até de comandantes insatisfeitos com as precárias situações dos navios. Muitos armadores economizavam ao deixar de contratar maquinistas, que sabiam como cuidar das máquinas e como realizar os reparos. Os foguistas, que deveriam apenas operar as caldeiras e vigiar os fornos, acabavam sobrecarregados em tarefas que iam além das suas funções. Assim, uma simples manivela tornava-se uma peça mortal.

No dia 5 de setembro de 1910, o foguista Francisco Ferreira da Rocha estava consertando a máquina a vapor *Canutama*, em viagem ao rio Purus. Mas um choque elétrico na manivela assustou o foguista que teve o crânio esmagado pelo motor. O seu corpo foi sepultado na beira do rio. Francisco era solteiro e natural do Ceará. O comandante do *Canutama* anunciou pelo *Jornal do Comércio* (Manaus, 1910) a missa de sétimo dia em sua memória, na Igreja Matriz de Manaus.

Outro foguista, de nome Abel Pires, estava lubrificando a máquina do vapor *Cabral*, quando também foi apanhado pela manivela e teve morte instantânea. O articulista tentou justificar o episódio: o acidente teria sido rápido demais para que o maquinista pudesse tê-lo socorrido (*Jornal do Comércio*, 1912).

No dia 9 de maio de 1914, o vapor *Marion* retornou do Acre para o porto de Manaus. Os tripulantes contaram ao repórter do *Jornal do Comércio* (Manaus, 1914) sobre a morte do mestre Vicente Paula Costa, que causou “surpresa e mágoa dos seus companheiros de classe”.

No dia 5 de maio, o mestre estava preparando e limpando a âncora do vapor. Em um dado momento, Vicente foi violentamente colhido pela manivela que operava a descida e a subida da âncora, sofrendo vários ferimentos na região da barriga e nos órgãos genitais. Mas, para a angústia dos marítimos, o navio não dispunha de recursos suficientes para socorrê-lo. Apenas no dia seguinte, os tripulantes conseguiram levá-lo a outra embarcação, onde foi medicado já em estado grave. Eis a razão da revolta de seus companheiros, levada para a imprensa em forma de protesto.

Embarques e carregamentos

Naquela época, o embarque de passageiros e mercadorias era uma operação complexa e arriscada. Os navios viviam sob pressão para evitar longos períodos ancorados, fazendo com que os carregamentos fossem realizados às pressas pela tripulação ou por carregadores. Com frequência, os vapores não atracavam adequadamente na terra firme, exigindo o uso das famosas pranchas, presentes ainda hoje nas viagens fluviais: tábuas longas e estreitas estendidas dos vapores sobre as águas.

Mas nem todos possuíam a habilidade necessária para se equilibrar carregando quilos e quilos de mercadorias na cabeça e nos ombros. Era preciso caminhar com cuidado, passo a passo, um pé atrás do outro. Em dado momento, a tábua sempre vergava, apenas os mais experientes permaneciam impávidos. Além disso, as

condições físicas dos trabalhadores raramente eram ideais: muitos enfrentavam o desgaste de jornadas extenuantes, alimentação insuficiente e pouco descanso. Esse esforço hercúleo transformava o leito traiçoeiro dos rios em um abismo a ser cruzado com pés vacilantes. O que parecia uma tarefa trivial revelava-se, na verdade, como um dos momentos mais desafiadores da profissão.

Horácio Maciel Brasileiro foi equipado no vapor *Andresen* sem qualquer experiência marítima. Ele decidiu que pagaria sua viagem do rio Madeira para Manaus com trabalho a bordo. O comandante achou muito oportuno explorá-lo em troca de transporte. Horácio foi designado para fazer o traslado de mercadorias para o navio, mas caiu ao tentar atravessar a prancha, desaparecendo nas águas do Madeira. Ninguém sabia dizer de onde vinha, o que fazia nem que idade tinha. O navio seguiu viagem como se nada tivesse acontecido (Jornal do Comércio, 1917).

O vapor *Inca* estava sendo carregado no Roadway da Manáos Harbour, antes de tomar o rumo do rio Negro. O taifeiro Oscar Azevedo se desequilibrou quando embarcava carregando uma caixa para o rancho do navio. Ele caiu dentro de um batelão encostado ao *Inca*. A queda de mais de quatro metros de altura lhe rendeu diversas fraturas. Oscar até foi levado pelos colegas a uma drogaria da rua Marechal Deodoro, mas por conta dos ferimentos, não conseguiu seguir viagem. O taifeiro não foi pago pelos patrões (Jornal do Comércio, 1916).

O vapor *Sobralense* estava em Manaus, preparando-se para alcançar o rio Purus (Jornal do Comércio, Manaus, 13 nov. 1914). Por volta das 20 horas, perto do momento da partida, o foguista João Paixão de Sant’Anna foi ao navio após fazer compras para a viagem. Um artifício bem recorrido pelos jornais, em coro às versões dadas pelos oficiais, era atribuir o estado de embriaguez dos marítimos como causa de tragédias: “O pobre homem vinha, porém, em adiantado estado de embriaguez, que o inibia de bem discernir as coisas” (Jornal do Comércio, 1914). Segundo o jornal, ele teria evitado passar pela prancha de acesso e tentado embarcar pela popa. No entanto, não conseguira se firmar direito e caiu, batendo a nuca na ponte do Roadway, o que lhe causou morte instantânea. “O corpo do foguista rolou depois para a água desaparecendo entre o navio e a ponte de desembarque” (Jornal do Comércio, 1914). Seus companheiros, desesperados, conseguiram atrasar um pouco a partida do navio para procurá-lo, mas sem sucesso. A viagem não pararia por isso. Os restos mortais do foguista jamais foram encontrados.

João Paixão de Sant’Anna era um paraense “acaboclado”, de 28 anos de idade. Sem família em Manaus, ele morava a bordo do *Sobralense*. Seus companheiros o descreveram como de bom comportamento, “sendo de todos ignorado que ele se desse ao vício da embriaguez”. Essa observação, coletada pelo repórter entre os colegas do foguista, desmonta a versão de que sua morte teria resultado de um comportamento considerado inadequado por seus superiores. De maneira comovente,

revela também que a memória de João seguiria viva entre seus companheiros que conheciam, melhor do que ninguém, as verdadeiras condições e circunstâncias sob as quais tripulavam naquele navio.

As vítimas do trabalho eram amigos e colegas que dividiam muitos dias de trabalho e confinamento coletivo. Não eram simples baixas, facilmente substituíveis. Suas faltas e perdas eram sentidas pelos companheiros, que não deixavam de lembrar-se das causas e dos motivos que os obrigavam a enterrar pessoas queridas no curso dessas viagens. Além disso, muitos desses marítimos tinham famílias que moravam distantes, em outras cidades e Estados, impedidas de velar seus corpos e visitar seus túmulos.

O carvoeiro José, do vapor inglês *Benedict* da *Booth Line*, era mais conhecido como José Dudu. No preparo de uma partida, ele estava com três companheiros no porão, recebendo carregamento de carvão, quando uma caçamba içada por guindaste o atingiu. O articulista do jornal levantou duas hipóteses para o acidente: “ou por defeito do aparelho” ou “por mal desempenho de quem o manobrava” (Jornal do Comércio, 1904). Dessa forma, evitou sugerir qualquer negligência por parte da poderosa companhia britânica, mantendo a responsabilidade em uma zona de incerteza.

Dudu foi levado para terra e deixado em frente à Alfândega, onde aguardou até que a polícia o conduzisse para o hospital da Santa Casa. O jovem carvoeiro foi internado em estado grave. Seus colegas informaram que seus pais moravam na Paraíba, mas que, em

Manaus, ele havia se casado e tido filhos. O jornalista conclui com uma preocupação justa: “é de se esperar que a família do carvoeiro não fique desamparada dos auxílios monetários a que tem direito” (Jornal do Comércio, 1904). Para evitar esses pagamentos, era comum que as empresas evitassem fornecer maiores notícias dos “sumiços” ou acidentes dos marítimos, chegando a inventar histórias de deserções, até mesmo com fundo de traições conjugais. No entanto, os tripulantes contornavam a omissão dos superiores, levando aos jornais relatos como o que acabamos de conhecer, garantindo que as histórias não afundassem com as vítimas no esquecimento.

A imprensa dedicava textos mais extensos para explicar os desastres causados pelo acondicionamento inadequado de cargas e mercadorias. Esse tipo de noticiário era direcionado principalmente para os clientes dos vapores, com objetivo de contornar eventuais tropeços de comandantes e armadores na guarda das mercadorias. Os comerciantes e aviadores pagavam caro pelo frete desse transporte, e a concorrência entre as empresas motivava essas publicações. Os jornais, por sua vez, dependiam da venda de anúncios e propagandas das empresas armadoras e, por isso, não poupavam colunas na exposição de acidentes do tipo. Dessa forma, temos acesso a esses episódios que, na realidade, revelam o descaso das empresas em acondicionar adequadamente as mercadorias, já que sua principal preocupação era transportá-las no menor tempo possível e com o maior volume que conseguissem.

Em edição de 3 de fevereiro de 1910, o *Jornal do Comércio* publicou a notícia de um acidente absurdo no vapor *Iracema*. No mês anterior, esse navio viajava para o Acre, carregado com 50 caixas de gasolina no porão. O marinheiro João Ignácio de Souza ficou incumbido de retirar dali alguns barris de toucinho. Os informantes do jornal disseram que, para iluminar o recinto, o marujo teria cometido a “imprudência de riscar um fósforo”. O gesto gerou uma explosão em razão da gasolina evaporada no local. Ignácio foi arrastado por tripulantes e passageiros, já bastante queimado. Esses ainda apagaram o incêndio intenso que rendeu “consideráveis prejuízos”.

Outras 11 pessoas também ficaram feridas. Ignácio faleceu dias depois, apesar dos cuidados do médico de bordo. A notícia encerra com certa insistência: “Como ficou patente, a explosão teve origem de uma imprudência do infeliz marinheiro, apesar das ordens do comando do navio, determinando que não fosse introduzido nenhum farol ou qualquer luz no paiol sinistro” (*Jornal do Comércio*, 1910). Dessa forma, a responsabilidade ficava atribuída exclusivamente ao marinheiro, isentando-se de qualquer culpa relacionada ao carregamento impróprio e temerário de combustível em espaços apertados e mal ventilados. Uma narrativa que oculta as condições precárias e os riscos inerentes ao transporte de materiais perigosos em ambientes inadequados.

Contudo, esse tipo de transporte era corriqueiro. Meses antes, a lancha *Bagé* foi destruída por uma

explosão causada por um incêndio envolvendo garrações de álcool e caixas de querosene. O incidente resultou na morte do maquinista e um representante da firma Levy & Cia. O setorista do *Jornal do Comércio* (Manaus, 10 jan. 1910) lamentou a falta de pormenores sobre o ocorrido.

Mais caixas de querosene pegaram fogo no vapor *Prudente de Moraes*, incendiando também cargas de estopas e piaçava. “Atribui-se a causa do fogo ao excessivo calor produzido pela caldeirinha do vapor”, segundo o *Jornal do Comércio* (Manaus, 23 mar. 1911). A situação era agravada pelo abarrotamento do navio, de modo que até o porão de máquinas estava atulhado de mercadorias. O pior era que “neste compartimento encontravam-se duas caixas de pólvora”, armazenadas perto dos fornos do navio. O vapor só não foi pelos ares graças à “coragem e sangue frio” de um marítimo que “com risco de vida conseguiu retirar do local incendiado o explosivo”. Esse adendo chega a soar como a pilhéria do jornalista. O navio era uma verdadeira bomba ambulante navegando pelo rio Jamari. A frase final mostra a principal preocupação do noticiário: os prejuízos foram em mais de cinco mil-réis.

E tantos outros perigos

Além dos acidentes com maquinários e carregamentos, outras situações chamam atenção pelos improvisos imprudentes dos armadores. Muitos deles expunham os tripulantes a riscos desnecessários, além de evidenciar o ônus de se desafiar os ritmos da natureza e invadir o habitat da vida selvagem.

O transporte de gado se tornou algo comum nos vapores amazônicos, principalmente aqueles que atendiam zonas rurais no Pará. O problema é que nem todo marítimo detinha conhecimentos para a lida animal, um mundo de trabalho que envolve saberes específicos. Antonio Vianna da Costa, tripulante da lancha *Diana*, ficou incumbido de desembarcar o gado para o Matadouro Público de Manaus. Mas na hora de trasladar uma vaca por um batelão, o animal se assustou e investiu contra ele, ferindo-o gravemente (Jornal do Comércio, 1910).

Em um afluente do rio Juruá, o prático da lancha *Liberdade*, João Vianna Captivo decidiu tomar banho de rio num dia de forte calor. Quando o marítimo pôs o pé nas águas sentiu uma dor aguda que o levou aos gritos. Uma cobra jararaca o havia mordido e, segundo os colegas, ainda perseguiu Vianna que corria pela beira. Os tripulantes de outra lancha foram acudir o prático, matando o animal a pauladas. Vianna recebeu um antídoto e chegou fora de perigo em Manaus. A imprensa só soube disso muitos dias depois, por intermédio dos repórteres que iam aos barcos em busca de notícias (Jornal do Comércio, 1918).

Uma tripulação foi atingida por um raio durante uma forte tempestade em Manaus. A descarga elétrica arrebentou partes da embarcação e todos os tripulantes perderam os sentidos. Quando o piloto voltou a si o barco estava prestes a naufragar com a água batendo dentro (Jornal do Comércio, 1919).

Em 1916, a lancha *Bruxa* estava descarregando mercadorias quando foi alvejada por tiros pelo Exército

da Bolívia na fronteira acreana. O volume de disparos foi tamanho que o mestre da lancha, Antonio Candido do Nascimento, de 27 anos, sofreu um infarto e morreu dentro do barco. As autoridades foram alertadas do ocorrido que sensibilizou a comunidade marítima para os riscos descabidos dessa atividade (Jornal do Comércio, 1916).

Aliás, impressiona a frequência de notícias de marítimos sucumbindo por “maus súbitos” (acidentes vasculares cerebrais e infartos). Consultando jornais amazonenses na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, localizei mais de 60 ocorrências falando de “maus súbitos” e “causas desconhecidas” de marítimos em serviço.

O apagamento dos motivos dessas mortes integrava o sistema de destruição humana e ambiental propiciado pela atividade a vapor, que não se limitava ao mero transporte de riquezas naturais e tampouco ficava atrás dos horrores vividos e denunciados nos seringais. A máquina a vapor estava engrenada na máquina capitalista, como um mecanismo de devastação de vidas e territórios, operando no apagamento de corpos e na naturalização da violência como parte do seu funcionamento.

Considerações Finais

O marítimo que conhecemos no início deste capítulo era um homem orgulhoso de seu ofício. Sua indumentária trazia o símbolo da âncora em uma peça facultativa, ou seja, foi ele mesmo quem escolheu se

vestir assim. O cabelo bem cortado e a barba aparada são outros indícios de um trabalhador zeloso, tanto pela sua apresentação pessoal quando pela execução de suas tarefas. Ele pode ter morrido ao cruzar a prancha durante os preparativos ou na partida do navio. Um navio cujo nome jamais saberemos. Em que altura estaria, quando seus companheiros debatiam sua ausência e as razões nefastas dos superiores omitirem das autoridades o seu desaparecimento?

Mais do que abordar o campo da exploração do trabalho, não podemos perder de vista a dimensão das emoções e dos sentimentos presentes nas relações entre pessoas reais. Os impactos dessa exploração iam muito além da sobrecarga física, podendo atingir os marítimos, mesmo aqueles na melhor posição no navio, com lembranças amargas e traumas decorrentes de uma vida repleta de perigos. Ninguém embarcava nesses vapores com a certeza absoluta de que voltaria para ver o sol nascer novamente em terra firme. Essa incerteza constante deve ter sido um combustível para as reuniões nas sedes das associações de marítimos, onde cada desembarque seguro significava uma vitória coletiva. Dessa forma, compreendemos melhor como esses acidentes ajudaram a cimentar um movimento organizado em prol de maior segurança no trabalho: não se tratava apenas de uma conquista para o dia seguinte, mas também uma forma de honrar a memória daqueles que foram tombados pelo caminho.

O cenário foi outro nos anos 1920. O termo “acidente de trabalho” passou a encimar notícias similares às

que lemos por aqui. Os inquéritos abertos para apurar causas e circunstâncias passaram a ser remetidos ao governo estadual. Os jornalistas deixaram um tanto de lado o tema da “responsabilidade” dos trabalhadores para debater os contratos de trabalho e os compromissos dos patrões.

Para Wanderlene Barros (2024, p. 104), o patrão que se mantinha omissos às reais necessidades dos trabalhadores, atribuindo a culpa dos acidentes aos empregados, apenas para evitar dispêndios, passou a receber pela lei a responsabilidade tanto das atividades exercidas pelos trabalhadores, quanto dos graus de riscos dos serviços. No mundo marítimo, a comunidade se manteve vigilante às tentativas dos armadores burlarem a lei, principalmente, em face das conquistas de uma série de greves e do reconhecimento nacional da participação política dos amazonenses no debate sobre a legislação social de 1919. Mas isso é tema para outro momento.

Quando o corpo daquele marítimo emergiu nas águas escuras, trouxe consigo toda uma memória de violência e destruição. Não podemos, contudo, enterrá-la como meros despojos abandonados pelo caminho, nem nos furtar a compreender, ao menos minimamente, essas histórias. É essencial evitar que o enterro desses sujeitos como indigentes se reproduza em nossas práticas historiográficas, reincidindo no esquecimento e no descaso — uma dupla morte que não apenas apaga vidas, mas também suas agências históricas.

Referências

- BARROS, W. A lei de acidentes de trabalho como divisor de águas na cidade amazônica (Manaus, 1930-1945). In: QUEIRÓS, C. A.; MOURA, A. V.; LEAL, D. A. (orgs.). *Amazônia: História, Trabalho e Imprensa*. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2024.
- BRITO, R. *Vapores de Mauá: a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1852-1871)*. São Paulo: Hucitec, 2023.
- LEAL, D. A.; PAIÃO, C. G. “Trabalhadores e impacto ecológico: os portos de lenha e o uso dos recursos naturais pela navegação a vapor na Amazônia (da segunda metade do século XIX ao início do século XX)”. *Navigator*, v. 19, n. 37, 2023.
- PAIÃO, C. G. *Os lugares da marinagem: racialização e associativismo em Manaus, 1853-1919*. Campinas: Editora da Unicamp, 2024b.
- PAIÃO, C. G. *Para além das chaminés: a recepção e a chegada da navegação a vapor na Província do Amazonas*. Manaus: Valer, 2024a.
- PINHEIRO, L. B., M. L. U. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí: Paco, 2017.
- REDIKER, M. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, A. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

SILVA, A. B. R. B. Acidentes, adoecimento e morte no trabalho como tema de estudo da História. In: OLIVEIRA, T. B. (org.). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

Fontes

Decreto n. 3.724 de 15/01/1919.

Diário Oficial (1895, 1896).

Estrella do Amazonas (1858).

Jornal do Comércio (1904-1919).

O sabor da escassez: os efeitos da Segunda Guerra na alimentação dos trabalhadores do Rio Grande do Sul²⁰

Tamires Xavier Soares

Introdução

A guerra teve início em setembro de 1939, e o Brasil, nesse momento, adotou uma posição de neutralidade, rompendo com essa postura apenas em agosto de 1942. Diante de um mundo em conflito, é essencial considerar as implicações da guerra ao analisar aspectos da vida cotidiana. Para o renomado historiador inglês Eric Hobsbawm (2003), a Segunda Guerra “ampliou a guerra maciça em guerra geral”. Segundo ele, a guerra moderna envolve “todos os cidadãos e mobiliza a economia para a sua produção, e são usados em quantidade inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos” (p. 50).

A guerra de massa, como Hobsbawm (2003) denominou os conflitos do século XX, necessitava da mobilização em massa, a qual, mesmo em sociedades

20 Este capítulo trata-se de uma atualização de parte da tese defendida pela autora em 2020 na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), incorporando novas referências e algumas modificações nas conclusões. SOARES, T. X. *Nas trincheiras da sobrevivência: a Segunda Guerra Mundial e suas implicações para os trabalhadores no Rio Grande do Sul*. 2020. 261 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria-RS, Santa Maria-RS, 2012.

industrializadas, acabava impondo “enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado” (p. 19).

No Brasil, embora o país estivesse em processo de industrialização, as tensões estavam presentes. No entanto, diante do contexto da ditadura estadonovista, eram contidas para que não se tornassem perceptíveis. Roney Cytrynowicz (2002) afirma que as fronteiras entre “Estado e sociedade, entre cultura oficial e popular, entre classe média e operários, entre homens e mulheres, foram rompidas, acionadas e mobilizadas pelo governo” (p. 19).

Inicialmente, os impactos da Segunda Guerra Mundial foram sentidos diretamente na alimentação pela população abordada neste capítulo. A maioria dos trabalhadores rio-grandenses tinha como base de sua dieta o pão francês, conhecido como cacetinho; a carne bovina, também chamada de carne verde, carne de gado ou carne de rês; a banha, essencial para o preparo dos alimentos; o leite, consumido por toda a família, não apenas pelas crianças; além do feijão e do arroz. Todos esses produtos, considerados indispensáveis, sofreram majoração de preços e se tornaram escassos durante o período em questão.

A elevação dos preços ocorreu devido a diversos fatores, como a dificuldade de importação, os problemas causados pela estiagem entre 1943 e 1944, as adversidades no escoamento da produção nacional entre estados e municípios, além da atuação de atravessadores e especuladores.

O historiador Edward Thompson, ao analisar os motins de fome na Inglaterra, também identificou a presença de atravessadores buscando maximizar lucros, bem como a prática de retenção de alimentos.

Os fazendeiros médios retinham os seus cereais, na esperança de um mercado em elevação, até o começo da primavera; enquanto os fazendeiros mais opulentos e a gentry agricultora retinham parte de seus ainda por mais tempo – de maio a agosto – na expectativa de pegar o mercado no auge (Thompson, 2005, p. 161).

Segundo o autor, os atravessadores adquiriram os cereais dos produtores por meio de amostragem e, posteriormente, os revendiam a preços elevados para a população. Além disso, o período analisado por Thompson (2005) evidencia a aplicação prática da teoria liberal, cuja principal referência é Adam Smith. De acordo com essa teoria, o governo abandonou as tradicionais práticas de intervenção estatal na economia, confiando na ação da “mão invisível” do mercado. Essa política econômica resultou na escassez e no aumento do preço do trigo, intensificando a fome e provocando revolta entre os mais humildes. “Os altos preços do pão tinham pouca importância para os ricos, eram inconvenientes para as camadas médias, angustiavam os trabalhadores com emprego fixo, mas podiam ameaçar a sobrevivência dos pobres” (Thompson, 2005, p. 222). Nesse sentido, lutar pela melhor distribuição dos grãos e pelo preço justo era uma questão de sobrevivência.

A invasão de celeiros, nos quais os grãos estavam estocados pelas *turbas*, a interceptação de carroças que levavam trigo para ser exportado, bem como a exigência de fixação de preços, eram consideradas ações legítimas pela sociedade. Os “motins da fome” eram respostas racionais “quando os preços vão às alturas, os empregos desaparecem e eles veem o seu suprimento de alimentos básicos ser exportado” (Thompson, 2005, p. 207).

A ocorrência dessas mobilizações populares não demandava muitos fatores; bastava a existência de “um consenso de apoio na comunidade e um padrão de ação herdado com seus próprios objetivos e limites” (Thompson, 2005, p. 186). No entanto, o autor destaca que também havia outras formas de resistência, como “petições em massa junto às autoridades, sacrifícios e orações, inspeções até as casas dos ricos ou a migração de aldeias inteiras” (Thompson, 2005, p. 206).

No Brasil, entre 1939 e 1945, diferentemente do contexto analisado por Thompson, o governo de Getúlio Vargas interveio frequentemente na economia. Um exemplo disso foi a implementação da economia de guerra, criada em resposta aos impactos da Segunda Guerra Mundial. Essa política estabeleceu cotas para a exportação de alimentos, instituiu impostos sobre o consumo e impôs o tabelamento de preços.

No entanto, o tabelamento gerou diversos problemas, como a formação de um mercado paralelo, que favorecia a ação dos especuladores. Há inúmeros relatos de especulação, lucros abusivos por parte dos atravessadores, retenção de mercadorias à espera

de reajustes na tabela de preços e o surgimento de mercados clandestinos que desconsideravam a fixação oficial dos valores. Ainda assim, havia pouco ou quase nenhum espaço político para mobilizações populares. O país vivia sob a ditadura estadonovista e qualquer forma de rebeldia poderia resultar em prisão. Diante desse cenário, conforme indicam as fontes analisadas neste capítulo, a população desenvolveu outras estratégias para garantir sua sobrevivência.

Recolher açucareiros, esconder as latas de banha e colocar água no leite: a difícil luta contra escassez de alimentos

A escassez e o aumento do preço da carne bovina no mercado serviam como um alerta para a disponibilidade de seus derivados, como o leite. Em 1943, consumidores de Porto Alegre e da região metropolitana já relatavam dificuldades para encontrar leite. O jornal *Correio do Povo* destacou a situação, evidenciando os desafios enfrentados pela população na tentativa de adquirir o precioso líquido. O periódico descrevia “uma verdadeira romaria aos ‘cafés’, no centro da capital gaúcha, à procura de leite. Naturalmente, os ‘cafés’ não podiam atender, já que o que possuíam era para os seus frequentadores” (Correio do povo, 1943, p. 5).

O jornal *O Momento*, da cidade de Caxias do Sul, apresentou, em 16 de janeiro de 1943, a notícia de que a indústria de queijos e de manteigas da *Cooperativa Rio*

Branco não encontrava matéria-prima no mercado para fabricação dos produtos (O momento, 1943).

Esses episódios estavam diretamente relacionados à estiagem de 1942-1943. Diante dessa situação, a *Associação Profissional de Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados* enviou um pedido ao interventor do estado, solicitando que medidas fossem tomadas para enfrentar as dificuldades enfrentadas pelos criadores de gado leiteiro, considerando as consequências da seca e o aumento do preço das forragens (Correio do povo, 1943, p. 4).

A *Sociedade Anônima Beneficiadora do Entreposto do Leite*, SABEL, também intercedeu adquirindo forragem para distribuir aos pecuaristas. No entanto, o problema do transporte dificultou a chegada das encomendas, gerando a desnutrição das vacas e, em decorrência disso, a diminuição na produção de leite (Correio do povo, 1943, p. 3).

O fornecimento de banha também enfrentava dificuldades. Em 1942, o jornal *Correio do Povo* publicou uma notícia sobre a possível manobra de retenção de latas de banha para forçar o aumento dos preços do produto. De acordo com a matéria, “a guerra não atingiu a suinocultura”, mas o que estava afetando o abastecimento de banha em várias regiões do estado era “uma manobra para encarecer o preço do produto”. Como exemplo, foi apresentada a média de entrada de banha em Porto Alegre, mencionada a seguir.

Em 1940 entraram em Porto Alegre 69.446 latas de banha, sendo, a média mensal de 5.787. Em 1941 entraram 68.718 latas, ou seja, a média de 5.726. Em janeiro do corrente ano [1942], entraram somente 2.577 latas e nada há que se possa justificar essa restrição de embarque nas refinarias (Correio do povo, 1942, p. 5).

Ademais, o jornal declarou ter conhecimento da existência de mais de 1 milhão de latas de banha em Santo Ângelo²¹. Ao que parece, as incidências das “manobras altistas” não tinham cessado. Em maio de 1943, o problema no fornecimento de banha fez parte das páginas do jornal novamente. Desta vez, os comerciantes reclamavam de terem recebido apenas 50% do produto encomendados.

Ao todo, 500 varejistas compareceram à Associação Comercial dos Varejistas para solicitar providências sobre a escassez de banha no mercado e informar ao presidente da associação que o tabelamento de preços não estava sendo cumprido, nem pelos atacadistas e muito menos pelos comerciantes. Estes, por sua vez, já adquiriam os produtos com valores majorados e afirmavam que “atualmente nenhum dos produtos tabelados pode ser vendido ao público pelos preços oficiais. A banha, por exemplo, de acordo com o tabelamento, deixa uma parcela mínima de lucro” (Correio do povo, 1943, p. 4).

A publicação dessa declaração de descumprimento da tabela em um jornal de circulação estadual

21 Cidade do interior do Rio Grande do Sul, há 444 km de Porto Alegre.

sugere que, em alguns casos, os preços fixados eram incompatíveis com a realidade do mercado, além de indicar a aparente naturalidade com que a infração era tratada. Além disso, foi destacada a “necessidade de uma fiscalização eficiente, que não se limite apenas ao varejo, mas principalmente ao comércio por atacado”. Segundo os comerciantes, “como em quase todos os fenômenos altistas, o mal deve ser procurado entre os intermediários”. Por fim, afirmaram que “nunca o comércio a varejo sofreu uma crise tão intensa” (p. 4).

A escassez de banha e de leite eram questões sensíveis quando tratamos da alimentação da classe trabalhadora. Assim, a falta de banha, mas principalmente de leite, provocou a ira da população. Em Porto Alegre, podem ser elencados vários fatores como responsáveis pela escassez e pela carestia de produtos lácteos. Podemos citar os seguintes causadores disso: o inexpressivo crescimento do setor entre 1939 a 1943 (Correio do povo, 1944, p. 8); os dois momentos de seca que atingiram o estado entre 1942-1945; os problemas no contrato assinado com a *Cia. Normandia*, originária da capital federal, a qual fornecia máquinas beneficiadoras do leite (Correio do povo, 1939, p. 5) e as questões sanitárias (Correio do povo, 1939, p. 7).

Em abril de 1943, no auge da escassez de leite na capital gaúcha, um episódio de violência ocorreu durante a distribuição do produto. Enquanto funcionários da SABEL abasteciam um caminhão, a população, que aguardava em fila na Rua Marcílio Dias, no bairro *Menino Deus*, presenciou um conflito entre dois homens que

esperavam a chegada do veículo. Segundo o jornal, “o povo formara ‘bicha’ e um dos participantes do conflito pretendeu adiantar-se aos outros. Daí o conflito do qual resultaram algumas garrafas quebradas (Correio do povo, 1943)”.

Pouco depois, ao percorrer a Avenida Bastian, onde uma multidão aguardava ansiosamente o fornecimento de leite, o mesmo caminhão foi palco de novas cenas de violência, refletindo o “desgosto do público pela anormalidade da distribuição do leite”. Quando o veículo parou, os funcionários foram cercados “pela multidão que empunhava os mais variados recipientes”. Assustado, “o condutor do caminhão procurou pô-lo em andamento”. Em resposta, o povo enfurecido atirou “garrafas, panelas e pedras” contra o veículo, que conseguiu escapar apenas graças à sua velocidade” (Correio do povo, 1943, p. 4).

Figura 1: Motim contra o caminhão da SABEL
(Porto Alegre, 1943)



Fonte: Jornal *Correio do Povo*, 07 de abril de 1943

A manifestação da “turba enfurecida” pode ser explicada por um conjunto de fatores, como as medidas impostas sem explicação pela prefeitura municipal, como a entrega do leite ocorrer obrigatoriamente em tarros; a proibição da venda de meio litro de leite e a insatisfação com a forma como estava ocorrendo o abastecimento (Correio do povo, 1939, p. 5). Durante o período em questão, as queixas da população, a respeito das longas filas e das peregrinações entre estabelecimentos, em busca do produto, eram recorrentes nos jornais, assim como as notícias sobre a mudança de administração da SABEL e os pedidos para que a população diminuísse o consumo de leite.

Diante dessa atmosfera de tensão, podemos compreender a formação do que Edward Thompson denomina *choque psíquico* (Thompson, 2005). Esse

conceito está ligado ao impacto psicológico e emocional que ocorre quando as condições materiais da população sofrem mudanças abruptas, especialmente quando há uma ruptura entre as expectativas sociais e a realidade vivida. Para Thompson (2005), a escassez de recursos essenciais pode gerar esse choque, e quando ele é acompanhado pela percepção da desigualdade e pela suspeita de manipulação, transforma-se em um sentimento de revolta e fúria coletiva.

No caso específico da falta de leite, a impossibilidade de substituí-lo por outro alimento semelhante²², aliada à instabilidade no abastecimento – refletida nas longas horas de espera, muitas vezes frustradas pelo esgotamento do produto antes da distribuição completa –, criou um cenário propício para o desenvolvimento desse *choque psíquico*. A repetição dessas dificuldades não apenas aprofundou a sensação de insegurança alimentar, mas também despertou, na população envolvida, uma consciência mais aguçada das desigualdades e do descaso das autoridades. Esse acúmulo de frustrações, por sua vez, foi catalisador de explosões de fúria, transformando o descontentamento em ações concretas, como tumultos e protestos.

A resposta do governo aos problemas de escassez tanto do leite quanto da banha seguiu um padrão semelhante, baseado na intervenção estatal²³.

22 Diferente da carne-verde, sua falta podia ser preenchida por peixe ou frango; e o pão francês, em último caso, poderia ser substituído pelo pão de guerra.

23 É importante destacar que, enquanto o governo estadual adotava medidas para garantir o abastecimento dos centros consumidores e

No caso da banha, após a chegada de novas remessas aos centros consumidores, em maio de 1943, a *Comissão de Abastecimento Público* solicitou um levantamento dos estoques nas zonas produtoras (Correio do povo, 1943, p. 3). Um mês depois, como parte das medidas para regularizar o abastecimento, foi criado um setor específico para o controle de estoques e a distribuição de banha, manteiga e óleos vegetais, visando evitar novas crises e garantir maior supervisão sobre a circulação desses produtos essenciais (Correio do povo, 1943, p. 8).

A crise do leite foi gradualmente controlada com a encampação da SABEL²⁴. No entanto, enquanto as medidas judiciais para essa ação estavam em andamento, a comercialização do produto ficou sob a responsabilidade da *Comissão de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul* (Correio do povo, 1944, p. 4.). Além disso, em 1942, a *Comissão de Mobilização Econômica* criou a *Comissão Executiva do Leite*, encarregada de regular o setor. Suas atribuições incluíam a definição dos preços pagos aos produtores e às usinas de beneficiamento, além da fixação do valor final para os consumidores (Correio do povo, 1944, p. 4).

As intervenções estatais contribuíram para reduzir o caos no abastecimento, mas não solucionaram completamente o problema. A produção já não

minimizar os impactos da seca sobre a suinocultura, o Ministro da Agricultura fez uma declaração à imprensa, em maio de 1943, incentivando o consumo de óleos vegetais. A afirmação foi vista pelos produtores de banha como uma afronta, gerando grande repercussão na mídia estadual e intensificando os debates sobre a crise no setor.

24 O encampamento só ocorreu em agosto de 1944.

acompanhava o consumo da população, e a seca agravou ainda mais a situação. Em Porto Alegre, a demanda diária girava em torno de 65 mil litros de leite (Correio do povo, 1944, p. 2), um volume elevado para a infraestrutura disponível na época, tornando o fornecimento instável e insuficiente.

Diante desse cenário, a Comissão Executiva do Leite e a Comissão de Mobilização Econômica recomendaram a redução do consumo diário por família para 2 litros e meio, em vez dos habituais 5 ou 6 litros (Correio do povo, 1944, p. 4). A medida tinha como objetivo racionar o produto, garantindo que toda a população necessitada tivesse acesso a ele.

A escassez de leite não era uma realidade exclusiva do Rio Grande do Sul. Em São Paulo, os desafios no abastecimento também eram evidentes. Como aponta Cytrynowicz (2002), “extensas filas se formavam junto aos caminhões de entrega do leite” (p. 231), evidenciando que a crise afetava diferentes regiões do país e que a distribuição do alimento se tornava cada vez mais problemática.

As fontes consultadas indicam que a recomendação para a redução do consumo de leite na capital rio-grandense não foi amplamente seguida pela população. Como consequência, a oferta permaneceu insuficiente para atender de maneira satisfatória a demanda. A combinação entre alta procura e escassez não apenas gerou insatisfação e revoltas, mas também abriu espaço para o surgimento de fraudes no setor.

Diante desse cenário, a CAERGS decidiu intensificar a fiscalização, mobilizando equipes para a coleta de amostras do leite comercializado. As análises laboratoriais revelaram a adulteração do produto com grandes quantidades de água, comprometendo suas propriedades químicas e bacteriológicas. Esse tipo de prática evidenciava não só o desespero de parte dos comerciantes para manter a oferta, mas também a vulnerabilidade da população, que, além de enfrentar a escassez, ainda corria riscos à saúde devido à qualidade comprometida do leite (Correio do povo, 1944, p. 5).

A prática de “batizar” o leite com água era bastante difundida, tornando-se até música na voz de Jackson do Pandeiro (Água com Leite, 1976)²⁵:

O Zé veio da terra ainda tão criança
Trazendo a esperança de vencer e regressar
Chegando aqui trabalhando de leiteiro
Ganhou tanto dinheiro que não sabia contar
Comprou passagem de regresso á terra
E dentro do navio foi o dinheiro contar
O vento forte carregou aquilo tudo
E Zé leiteiro começou a gritar

Água me deu, água levou
Água me deu, água levou
Água me deu, água levou
Água me deu, água levou

E afobado caiu n'água e se afogou

25 Não conseguimos descobrir ao certo a data que a música de autoria de J. Cavalcante e Jackson do Pandeiro foi lançada, mas em 1976 já fazia parte de um álbum chamado *Mutirão* que reunia os maiores sucessos do cantor.

O trocadilho “água deu, a água tirou”, presente na letra da música, fazia referência à adulteração do leite, prática conhecida como “batismo”, na qual os leiteiros adicionavam água ao produto para aumentar o volume comercializado.

Roney Cytrynowicz, em sua pesquisa sobre São Paulo, menciona um caso emblemático ocorrido em 1944, no qual uma usina beneficiadora foi condenada pelo Tribunal de Segurança Nacional por essa prática fraudulenta. No entanto, segundo o autor, “a multa aplicada foi considerada insignificante” (Cytrynowicz, 2002, p. 251-252), evidenciando a fragilidade das punições e a dificuldade das autoridades em conter tais fraudes, mesmo em um período de forte intervenção estatal na economia.

Em Porto Alegre, o dono de um bar chamado Orfeu foi denunciado por misturar água ao leite, de acordo com o que reporta Pureza (2009):

O gráfico Eurico Machado pedira um “cafezinho” no bar por volta das 20h, quando de repente viu o irmão do proprietário, Eduardo Correa de Melo, servindo um copo de leite e adicionando um copo de água de igual quantidade à garrafa de leite. O gráfico então deu voz de prisão ao dono do bar, informando-o que aquilo constituía crime e o sujeito foi obrigado a se apresentar à delegacia (p. 101-102).

No decorrer do processo, Pureza (2009) descreve que o irmão do comerciante auferia lucros significativos com a mistura, cerca de 2 mil réis. As garrafas de leite eram lacradas, contudo o infrator era especialista em

romper os lacres. Assim, depois de efetuar a adulteração, recolocava-os sem que os clientes pudessem desconfiar da violação.

A população era sempre a mais prejudicada pelas práticas abusivas e pela escassez de alimentos. No caso da banha, diante da falta do produto, os consumidores eram obrigados a pagar preços superiores aos estabelecidos pela tabela oficial; caso contrário, a banha simplesmente não “surgia” nos balcões das lojas.

Já o leite, quando disponível, frequentemente estava adulterado com água. Dessa forma, as famílias acabavam desembolsando valores elevados por um produto de qualidade questionável (Correio do povo, 1943, p. 10).

A escassez e a majoração dos valores cobrados pelo leite e a banha não nos parece ter relação direta com a Segunda Guerra Mundial. As implicações foram indiretas, como, por exemplo, em função das dificuldades no transporte, considerando o racionamento de combustíveis um obstáculo encontrado para a aquisição de máquinas para o beneficiamento do leite.

Acreditamos que a escassez de banha e leite foi causada pela combinação de diversos fatores, sendo alguns deles diretamente relacionados à guerra, mas também é importante destacar que, além dos fatores concretos como a estiagem, dificuldades no transporte e falta de maquinários, houve também fatores subjetivos, como a especulação de mercado e a oportunidade para a prática de fraudes. Esses aspectos ajudaram a agravar a situação e contribuíram para a persistência da escassez.

Além dos produtos de origem animal, como o leite e a banha, o açúcar também passou por períodos de escassez. No Brasil, devido às condições climáticas e ao solo propício para o cultivo da cana-de-açúcar, as regiões Nordeste e Sudeste eram as principais responsáveis pela produção açucareira do país. Esse produto desempenhava um papel essencial não apenas na alimentação diária, mas também na fabricação de um subproduto fundamental: o álcool anidro.

O álcool anidro²⁶ era obtido a partir do melaço residual do beneficiamento do açúcar e utilizado como aditivo à gasolina. No início da década de 1930, destacava-se como um dos principais produtos de exportação do Brasil. Foi nesse contexto que, em 1933, o governo federal promulgou a Lei nº 22.789, criando o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). O objetivo dessa instituição era orientar, fomentar e controlar a agroindústria açucareira no Brasil, buscando enfrentar as crises recorrentes do setor e superar as diversas tentativas frustradas de estabilização da produção e do mercado.²⁷

Porém, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, houve uma queda de 3,7% nas exportações do produto. Tomás Szmrecsányi e Eduardo Moreira (1991) ousam

26 Nos jornais, ora é utilizada a expressão “álcool-motor”, ora “álcool anidro”. Para esclarecer, é importante destacar que o álcool-motor se refere a uma mistura de álcool anidro com gasolina.

27 Para compreender mais sobre a agroindústria açucareira no período varguista (1930 a 1945), ler o artigo: GUIMARÃES, C. G. O Instituto do Açúcar e do Álcool e a Indústria do Álcool-motor no primeiro governo Vargas (1930-1945). *História Econômica & História de Empresas*, [S. l.], v. 15, n. 1, 2013.

afirmar que o açúcar foi “um dos produtos mais afetados pela guerra submarina” (p. 58). É preciso considerar que, além do comprometimento das vendas com a Europa, o transporte do produto, entre os centros produtores e os centros consumidores nacionais, feito por meio da navegação de cabotagem, foi extremamente afetado.

No entanto, nem tudo estava perdido, uma vez que o contexto de beligerância gerou novas oportunidades para indústria canavieira, pois a dificuldade, na importação de gasolina, tornava a mistura de álcool anidro indispensável. A “necessidade de substituir a gasolina importada, que diminuiu com a guerra, passando de 1.295.095 ton. em 1939 para 755.560 ton. em 1942, uma diminuição de 59%, o I.A.A. intensificou sua intervenção na produção açucareira e o álcool-motor transformou-se no combustível nacional” (Guimarães, 2013, p. 163). A maior parte da produção desse aditivo vinha da destilaria estatal, criada em 1933, na cidade de Campos, no estado do Rio de Janeiro, a qual atingia a capacidade de 437 mil litros por dia (Szmrecsányi; Moreira, 1991, p. 59).

O novo horizonte viabilizado pela guerra, para esse tipo de negócio, ocasionou uma avalanche de novas destilarias particulares. Em um levantamento realizado em 1941, foram contabilizadas 44 destilarias. Essas, juntas, produziam 77 milhões de litros de álcool por ano (Szmrecsányi; Moreira, 1991). Diante do potencial brasileiro e da necessidade que se fazia iminente, Arthur Torres Filho, membro do Conselho Federal de Comércio Exterior, sugeriu a criação de indústrias de

álcool em caráter autônomo, em várias regiões do Brasil, principalmente no interior, onde houvesse possibilidades climáticas para plantação e para o comércio consumidor.

Além disso, a partir de 1942, a porcentagem da mistura do álcool anidro à gasolina teve um aumento de 5 para 20%, incentivando, assim, a abertura de mais empresas.

Com a entrada do Brasil no conflito mundial, o presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto-lei 4.722, de 22 de setembro de 1942, tornou de interesse nacional as indústrias de álcool. Com o maior acréscimo de álcool anidro à gasolina, conseqüentemente, a demanda das destilarias também aumentou. A partir de então, o caldo de cana passou a ser utilizado na produção, e não mais o melaço residual.

Tabela 1: Produção de álcool anidro (1937 – 1945)

Ano	Toneladas
1937	16.397.981
1938	31.919.934
1939	38.171.502
1940	53.473.533
1941	76.572.318
1942	82.169.595
1943	50.199.344

1944	40.951.587
1945	22.797.973

Fonte: Revista *O Orientador*: Trabalho, Indústria e Comércio, 11 de maio de 1942 e informações contidas no artigo de Guimarães, 2013

A tabela acima demonstra que a produção de álcool anidro entre 1937 e 1942 teve um crescimento expressivo, mais que quadruplicando em poucos anos. No entanto, a partir de 1943, observa-se um declínio significativo. A explicação para essa queda não é evidente de imediato.

Guimarães explica que, segundo o então presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, que esteve à frente da instituição entre 1938 e 1945, o principal fator para essa redução foi a dificuldade de importação de benzol. Esse produto era essencial no processo de desidratação do álcool, e sua escassez foi agravada pela evolução da Segunda Guerra Mundial, que impactou diretamente o comércio internacional (Guimarães, 2013, p. 166).

Além disso, Guimarães cita a interpretação de Szmrecsányi, que apresenta outra justificativa para a queda na produção de álcool anidro. Segundo ele, a diminuição ocorreu devido ao aumento da intervenção da Coordenação de Mobilização Econômica no IAA. O objetivo dessa intervenção era priorizar a produção de açúcar e evitar tanto a escassez quanto a necessidade de racionamento desse produto na região Centro-Sul (Szmrecsányi, 1979 *apud* Guimarães, 2013, p. 166).

Embora o Brasil não tenha enfrentado problemas na produção de açúcar, a questão central não era apenas a quantidade disponível, mas sim a sua distribuição e acesso ao produto. O governo implementou medidas para evitar a escassez no Centro-Sul, porém, é válido questionar se essas ações foram realmente eficazes para garantir um abastecimento adequado para toda a população.

No Rio Grande do Sul, não houve períodos prolongados de falta de açúcar. A análise das fontes revela, na verdade, momentos pontuais de escassez, que eram rapidamente solucionados com a chegada de carregamentos nos portos. Um exemplo disso foi registrado pelo jornal *Correio do Povo*, que, em fevereiro de 1943, noticiou a melhora no transporte de carga entre os portos do Nordeste e do Rio Grande do Sul (*Correio do povo*, 1943, p. 4). Em março do mesmo ano, o governo estadual divulgou uma nota afirmando que não haveria necessidade de racionar açúcar no estado (*Correio do povo*, 1943, p. 4). No entanto, mesmo sem restrições formais ao consumo, o preço do produto registrou um aumento de 24,4% ao longo do ano.

Em São Paulo, a situação era diferente. Roney Cytrynowicz ressalta que “a Comissão de Abastecimento do Estado [São Paulo] proibiu, em 3 de fevereiro de 1943, que estabelecimentos comerciais que vendessem café em xícaras deixassem os açucareiros no balcão” (Cytrynowicz, 2002, p. 257). No entanto, não demorou para que essa mesma restrição fosse vivida e noticiada no Rio Grande do Sul.

Nos primeiros meses de 1944, chegaram 18 mil sacos de açúcar ao porto de Porto Alegre, e 50 mil foram desembarcados em Rio Grande. Além disso, havia previsão para o embarque de mais 420 mil sacos com destino ao estado (Correio do povo, 1944, p. 3). No entanto, diferentemente de 1943, o governo estadual adotou medidas de racionamento, proibindo, por exemplo, o fornecimento de açucareiros nas cafeterias e bares, determinando que os cafés fossem servidos já adoçados (Correio do povo, 1944, p. 5).

Diante desse cenário de escassez, a Comissão do Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul determinou que nenhum saco de açúcar fosse retirado dos portos gaúchos sem a devida autorização da entidade, a fim de garantir um controle mais rigoroso sobre a distribuição do produto (Correio do povo, 1944, p. 7).

Em nossa análise, o fator mais determinante para a falta de açúcar no cotidiano da população sul-riograndense foi a dificuldade de transporte do produto, agravada pelo contexto da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Szmrecsányi e Moreira (1991), autores que analisaram essa questão,

As dificuldades no transporte marítimo afetaram não apenas o volume das exportações do Brasil, e o das suas importações, mas também o volume dos seus produtos transportados por cabotagem. A navegação costeira tinha naquela época uma importância muito maior do que hoje, devido às deficiências da rede de transportes internos então existentes (p. 58).

Considerações Finais

A análise da escassez, no Rio Grande do Sul, de produtos alimentícios, como a banha, o leite e o açúcar, no contexto da Segunda Guerra Mundial, revela uma combinação complexa de fatores que contribuíram para a crise de abastecimento no Brasil. A escassez desses itens não pode ser atribuída unicamente ao conflito global, mas sim à interação de diversos fatores, como a estiagem, as dificuldades no transporte e a falta de maquinários, que tornaram o cenário ainda mais desafiador. No entanto, é fundamental reconhecer que fatores subjetivos, como a especulação do mercado e as oportunidades para fraudes, também desempenharam um papel crucial em prolongar a crise e agravar a situação de escassez.

Além disso, supomos que a escassez de leite e banha, além de variar de região para região no Brasil, também apresentava peculiaridades dentro das próprias regiões. Notamos que, diferentemente de outros itens cuja falta era noticiada em todas as partes²⁸ do Rio Grande do Sul, a escassez destes parecia concentrada nas áreas urbanas. Isso provavelmente ocorria porque, em cidades com zonas rurais mais extensas, esses produtos eram produzidos e comercializados pelos próprios habitantes, suprimindo minimamente as necessidades locais²⁹.

28 Na tese, analisamos também a escassez de outros itens essenciais da alimentação do trabalhador gaúcho, como o trigo e a carne.

29 É importante frisar que se trata apenas de uma suposição, gerada a partir das análises feitas durante a escrita da tese. O que temos de concreto é a escassez dos produtos noticiada na capital gaúcha e na região

Embora não tenha havido uma escassez prolongada de açúcar no Rio Grande do Sul, a falta de infraestrutura de transporte e os efeitos da guerra, que impactaram principalmente a logística de distribuição, afetaram diretamente o abastecimento. Como afirmam Szmrecsányi e Moreira (1991), um dos “principais efeitos do conflito foi o de ter cortado o país em duas partes” (p. 59), tornando ainda mais difícil o transporte de mercadorias essenciais. Embora o Brasil fosse um país com vasta produção agrícola e uma grande diversidade de alimentos, a guerra impôs limitações estruturais que afetaram diretamente a vida cotidiana da população, principalmente da classe trabalhadora. A escassez de produtos alimentícios, como, por exemplo, o açúcar, refletiu essas dificuldades, evidenciando como o conflito global se manifestava nas pequenas esferas da vida diária, nos mercados e no cotidiano das famílias.

As medidas adotadas pelos governos, como o racionamento de açúcar, a proibição de açucareiros nos estabelecimentos comerciais, o tabelamento de preços, aumento da fiscalização contra fraudes e a intervenção em organizações, refletiam um esforço para controlar a distribuição. No entanto, essas ações não foram suficientes para resolver a escassez dos produtos de maneira permanente. Nesse cenário, a população enfrentou não apenas o aumento dos preços, mas também a adulteração de produtos, o que intensificou

metropolitana. Para concluir, em vez de supor, seria necessário analisar jornais locais e outros documentos, o que não foi feito devido a limitações de tempo e espaço neste capítulo.

a sensação de desigualdade e descaso. O impacto da guerra foi não apenas econômico, mas também social, alimentando tensões que, em um contexto ditatorial, não resultaram em grandes protestos, mas em formas mais sutis de resistência e revolta cotidiana.

Em conclusão, a escassez de alimentos no Rio Grande do Sul durante a Segunda Guerra Mundial foi o resultado de uma confluência de fatores estruturais e conjunturais. Embora a guerra tenha exercido uma influência significativa, a falta de infraestrutura adequada, os problemas logísticos e as práticas fraudulentas desempenharam papéis igualmente determinantes. Assim, a escassez alimentícia não foi um fenômeno isolado, mas sim uma consequência de uma série de falhas econômicas, sociais e políticas que, somadas às dificuldades globais da guerra, afetaram a vida da população brasileira de forma profunda.

Referências

- CYTRYNOWICZ, R. *Guerra sem guerra*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- GUIMARÃES, C. G. O Instituto do Açúcar e do Alcool e a Indústria do Alcool-motor no primeiro governo Vargas (1930-1945). *História Econômica & História de Empresas*, [S. l.], v. 15, n. 1, 2013.
- HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PUREZA, F. *Economia de Guerra, Batalha da Produção e Soldados-Operários: o impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de porto alegre (1942-1945)*. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos Avançados*, n. 11, 1991.

THOMPSON, E. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

Fontes

O alto do custo de vida no RS. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10, 18 abr. 1943.

A solução definitiva para o problema do leite. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 01 abr. 1944.

Abastecimento de leite à população. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 06 abr. 1943.

Ainda a escassez do leite. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 08 abr. 1943.

Até agora, foi entregue apenas 50% da banha prometida aos varejistas. *Correio do Povo*, Porto, Alegre, p. 4, 06 mai. 1943.

Cada família deverá consumir, no máximo, 2 ½ litros de leite. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 18 abr. 1944.

Comissão executiva de leite. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 25 maio 1944.

Controle oficial sobre a retirada de açúcar do porto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 30 abr. 1944.

Criado o controle de estoques e de distribuição de banha, manteiga e óleos vegetais. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 02 jun. 1943.

Entrada de sal, açúcar e álcool em Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 17 fev. 1943.

Entradas de açúcar e fornecimento de leite. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 15 abr. 1944.

Há indícios de que o preço da banha sofre efeito de manobras altistas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 5, 08 fev. 1942.

Leite adulterado entregue à população. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 5, 30 abr. 1944.

Não será racionado o açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 25 abr. 1943.

O entreposto ficará sob controle absoluto da comissão de abastecimento. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 29 mar. 1944.

O fornecimento de leite à população. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 5, 28 out. 1939.

O problema do fornecimento de leite à capital. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 11 jan. 1939.

Pelo barateamento do leite. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 5, 16 fev. 1939.

Persiste a falta de açúcar – fornecimento de querosene aos varejistas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 5, 22 abr. 1944.

Por que está faltando leite em Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 5, 04 abr. 1943.

Prejuízos ocasionados pela seca. *O Momento*, Caxias do Sul, capa, 16 jan. 1943.

Será normalizada a distribuição de leite na cidade. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 2, 20 abr. 1944.

Vai ser procedido o levantamento dos estoques de banha no Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 08 maio 1943.

Condições de vida e trabalho na Manaus da Grande Guerra

Moisés Dias de Araújo

Durante esse período de 1914 a 1918, percebemos, até o momento, um alto grau de instabilidade pela qual a população como um todo estava passando, assim como podemos presenciar uma cidade que tentava sobreviver a tudo isso. Os seus moradores, tanto da área mais central como do subúrbio, criavam meios para conseguir superar todas essas dificuldades diárias impostas.

Dentre as diversas dificuldades pelas quais a cidade estava passando, havia uma sempre presente no cotidiano da população mais pobre e dos trabalhadores, que era a questão da carestia de vida.

A carestia de vida na cidade de Manaus

Considerando o crescimento da cidade e o custo de vida elevado, “[...] que fazia de Manaus uma das mais caras cidades do país ao longo de toda a República Velha” (Pinheiro; Pinheiro, 2017, p. 60), essa situação se agravou ainda mais durante essa década de 1910, como denuncia o periódico vespertino a *Gazeta da Tarde*:

Promettemos dizer algo sobre o accordo que o poder executivo do Estado acaba de celebrar com a companhia ingleza, que, durante algum tempo, explorou o arrendamento dos próprios municipaes. O publico tem ainda viva a recordação dos acontecimentos, que determinaram a recisão do

contracto, por forte solicitação popular, tão forte, que, realizado o acto da recisão, houve nesta cidade a maior das manifestações ao governo de então.

[...]

Não temos odiosidade particular a essa empresa, pelo contrario e fazemos votos pela sua prosperidade.

Mas, enche-se-nos o espírito de serias atribuições! Que Ella readquirindo o seu contracto não venha restabelecer os primitivos processos do monopólio do peixe e da carne e demais gêneros de primeira necessidade, que se vendem no mercado, que Ella não espolie os pequenos vendedores, entregando a um affeçoado, somente, os pequenos negócios que ali se fazem, que Ella não sea tão deshumana para com os pobres empregados que á foram em massa despedidos essas e não outras são nossas preocupações (Jornal Gazeta da Tarde, 1914, p. 1).

Desta forma, o poder público municipal se viu obrigado a estabelecer algumas medidas para tentar amenizar essa situação. Uma dessas medidas foi a lei municipal de 8 de maio de 1914, que decretou a criação das feiras municipais suburbanas da Cachoeirinha e do São Raimundo. Nessas feiras, o produtor poderia vender sua produção diretamente ao consumidor, a compra direta reduzia os preços dos produtos e trazia vantagem para a população mais carente de Manaus, bem como aos pequenos produtores que viviam em suas adjacências. “A situação alimentar era, portanto, um sério problema para os populares e trabalhadores em Manaus, que só aumentava em tamanho e gravidade quanto mais os preços da borracha despencavam no mercado internacional” (Pinheiro; Pinheiro, 2017, p. 62).

Santos Jr. (1994, p. 257-259) também comenta que na greve ocorrida em Porto Alegre, entre os pontos da lista de reivindicações apresentadas pela Liga de Defesa Popular, estava a questão da criação de feiras ou mercados livres, pois o problema não era somente o da alimentação, mas da carestia geral. E que as reivindicações dois, três e cinco “[...] dizem respeito exatamente aos três produtos que já no dia 27 de julho o *Correio do Povo* constatara que constituíam preocupação: açúcar, carne e pão” (p. 258).

Essa dificuldade com a carestia irá persistir mesmo com o fim da Primeira Guerra aqui no estado, como podemos presenciar nas páginas do jornal *Vida Operária*: “[...] a alta de preços na velha Europa é um fato, porém, aqui no Brasil, é uma fonte de riqueza dos senhores comerciantes que, famintos do ouro e sedentos de ver o seus capitais aumentarem dia para dia, lançam mão de todas as especulações” (Jornal *Vida Operária*, 1920 *apud* Pinheiro, 2017b, p. 46-48).

Entretanto, o jornal *A União* coloca que isso não seria um problema se existisse trabalho para todos e pagamento referente a esse trabalho. No entanto, temos que verificar que mesmo se o pagamento ocorresse de forma correta, os trabalhadores e o restante da população não teriam como fazer suas respectivas compras, pois os gêneros de primeira necessidade continuavam a subir constantemente e sem nenhum controle desses valores, como podemos perceber na notícia publicada no *Jornal do Commercio* do dia 18 de agosto de 1915, que traz como título de seu artigo “A carestia do pão”:

Um novo comício de protesto á alta do preço do kilogramma do pão annuncia para hoje á tarde. A concião será, como das outras vezes, as dezeseis horas, realisando-se, porem agora, á praça General Osorio, onde fica localisado o quartel do quarenta e seis batalhão de caçadores (Jornal do Commercio, 1915, p. 1).

Percebemos desta forma que, além desse protesto marcado, já havia ocorrido outros com o mesmo teor, que era contrário à alta do preço do pão: principal produto da alimentação dos trabalhadores e da população em geral. E como já presenciamos, essa dificuldade não era apenas do estado do Amazonas. Podemos observar questões quanto a carestia do pão também em Salvador (Castellucci, 2004, p. 107-113), São Paulo (Lopreato, 2000, p. 73-77.) e Porto Alegre (Silva Jr., 1994, p. 256-259).

Essa elevação do preço do pão continuaria nos anos seguintes, porém com uma prática que estava se tornando comum que era burlar o peso mínimo do pão, regulamentado por lei, como nos é relatado no *Jornal do Commercio* de 02 de junho de 1917:

Ainda ontem, depois de termos recebido diversas reclamações, veio a nossa redação o Sr. Febrônio Cabral, que nos trouxe o pão da fabrica Bijú, pessando 55 gramas e vendido por \$100 réis. O Sr. Febrônio declarou-nos que sendo freguês daquela fabrica, vinha notando, dia a dia, a diminuição do peso e do tamanho do pão. Para não reclamar injustamente foi a uma farmácia e em uma balança de precisão verificou que o pão de \$100 réis da Bijú pesava somente 55 gramas o que importa em custarem 2\$000 1.100 gramas (Jornal do Commercio, 1917 apud Pinheiro, 2015b, p. 80-81).

E a situação chegou a uma circunstância alarmante quando três membros do 45º Batalhão de Caçadores – Paulo Souza, Antonio Pereira da Silva e João Joaquim da Silva – foram presos por roubar gêneros alimentícios (Jornal A Capital, 1918, p. 2). Assim como nos outros estados aqui apresentados, percebemos a influência dos comerciantes junto aos preços dos gêneros alimentícios. Como acrescenta o jornal *Vida Operária*: “[...] é verdade que em todas as praças houve alterações, devido à exportação, que até então era nenhuma, mas o que não chegou a tanto, como os senhores nos apregoam” (Jornal Vida Operária, 1920 *apud* Pinheiro, 2017b, p. 46-48). Além de não admitir “[...] o açambarcamento de muitos gananciosos, como um de nossa praça, que tentou subornar a praça de Pernambuco, comprando todo o açúcar” (p. 46-48).

Chegamos ao exemplo de como essa insegurança estrutural estava afetando a sociedade, não somente da cidade, mas também do interior do estado. Temos assim, a situação vivida por dois trabalhadores, Arminio Vieira de Souza e Antonio Rosa. Ambos vieram do Juruá³⁰,

30 É um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, pertencente à mesorregião do Sudoeste Amazonense e microrregião de Juruá. A origem do nome do município vem do rio Juruá, que atravessa o município de um extremo a outro, indo em direção sul-norte. A palavra “Juruá” origina-se de Iuruá, que significa, em guarani, rio de boca larga.

em busca de melhores condições de sobrevivência³¹, como nos relata o *Jornal do Commercio*:

Arminio Vieira de Souza e Antonio Rosa estiveram, hontem, na redacção do JORNAL e relataram-nos o seguinte, sobremodo pezarosos:

Ambos aqui chegados do Juruá, trabalharam alguns dias e uma serraria de Francisco Paulo, á rua Ramos Ferreira, ganhando uma diária de cinco mil réis cada um; succedendo, porém, que encontravam serviço mais leve e lucrativo, deixaram o da serraria, promettendo o gerente desta pagar lhes mais logo os salários e até hoje (*Jornal do Commercio*, 1914, p. 1).

Porém, o mesmo jornal, no dia seguinte, publica uma carta enviada pelo proprietário da serraria, explicando sua versão dos fatos.

Com relação a *queixa* de Antonio Vieira de Souza e Antonio Rosas, recebemos a seguinte carta:

“Sr. redactor – V. exc., nas *Queixas do povo*, de seu conceituado Jornal de hontem, noticiou que dois trabalhadores, Antonio Vieira de Souza e Antonio Rosas, queixaram-se a v. exc.^a de que trabalharam na serraria de Francisco Paulo e que o gerente não lhes quis pagar o trabalho.

A serraria de que se trata é que explora o abaixo assignado. O factio passou-se assim: Os indivíduos

31 A pesquisadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro coloca que havia um período de sazonalidade no trabalho no interior, que iria de dezembro a março, essa era uma oportunidade de muitos trabalhadores do interior do Estado de vir a capital a fazer negócios ou a lazer, porém nesse período também “chegavam grandes contingentes de população pobre a procura de oportunidades de trabalho” (Pinheiro, 2015b, p. 43).

de que se trata chegaram há dias na serraria, queixando-se de fome e mil privações. Pediram serviço e, conforme a pratica da casa, lhes foi declarado que o trabalhador que abandone o trabalho antes de uma semana e não avisa que vae se retirar, não tem direito a percepção dos dias de trabalho anterior. Foi esta a única maneira que se achou para normalizar o serviço diário, porque a maior parte dos trabalhadores que pedem serviço, só trabalham um ou dois dias, emquanto arranjam 5\$ ou 10\$, em geral para aquisição da cachaça a que são affeitos. Por este processo não há meio de reunir o pessoal para serviço e v. exe. Poderá imaginar do prejuízos que advêm á industria.

Apesar da praxe de que venho de fallar a casa nunca deixou de pagar, emfim, a nenhum trabalhador, incurso na falta.

Os trabalhadores em questão trabalharam apenas três dias e um delles ainda teve um pequeno abono. Ao que parece elles tem na casa um grande atrazo; apenas trabalharam, mal e porcamente, cheios de má vontade e preguiça, os dias 16,17 e 18 do corrente. Em todo o caso na folha de pagamento do corrente mez elles estarão contemplados e receberão no fim do mez, apezar de não terem direito – Sou de v. exe. – amigo att.º - J. F. de Paula” (Jornal do Commercio, 1914, p. 1).

Na primeira parte que tratamos neste assunto da serraria, presenciamos ser uma nota de reclamação por parte dos dois trabalhadores sobre o não pagamento dos dias trabalhados, visto que os mesmos não mais se encontravam trabalhando na serraria em questão, pois, segundo o jornal, já estavam trabalhando em outro local que os proporcionava um trabalho menos rigoroso e

que pagava melhor que o anterior. Já no segundo texto, temos um relato bem mais explicativo sobre a situação de trabalho dentro da serraria, assim como a visão do proprietário sobre os trabalhadores, não apenas dos dois expostos no caso, mas também de outros que passaram por lá.

Desta forma, podemos iniciar com o principal ponto de discussão, que é a forma de contratação dos trabalhadores e os meios utilizados para mantê-los trabalhando na serraria. No caso da contratação dos trabalhadores, esta não seguia uma forma tão rígida, como a exigência de especialização ou algo mais específico para se trabalhar na serraria, mesmo o patrão tendo consciência de que o ambiente dentro da serraria não seria um dos mais seguros de se trabalhar³².

Deve-se a isso a referência do jornal, que dizia que os trabalhadores foram atrás de “um serviço mais leve” e bem menos perigoso, pois trabalhar com este maquinário, assim como com outros materiais de uma serraria, poderia causar algum tipo de acidente, mutilando ou até matando o trabalhador, devendo ser exigido o mínimo de experiência. Porém, como sabemos, na maioria dos trabalhos não era solicitado como requisito pelos patrões a experiência³³.

32 “[...] as agruras dos estivadores estavam também ligadas aos constantes acidentes que ocorriam no espaço do trabalho. Esses acidentes decorriam, em grande medida, da precariedade das instalações, da falta de qualificação para o manuseio de equipamentos mecânicos [...] e do desgaste causado pela longa jornada de trabalho [...]” (Pinheiro, 2015a, p. 87).

33 No caso do estivador, “[...] a estiva constituía-se numa atividade nova e bastante diferenciada da que estavam habituados (por exemplo: roça,

A forma encontrada pelos patrões para tentar manter os trabalhadores nesse tipo de serviço era estipular um tempo mínimo de dias trabalhados para poderem receber, que no caso era de uma semana, com a questão de aviso prévio caso o trabalhador fosse deixar de trabalhar na serraria, caso que levou ao conflito publicado nas páginas do jornal. Outros pontos relevantes que aparecem são os valores pagos aos funcionários, que eram de 5 mil reis por dia, e a grande rotatividade de trabalhadores na serraria onde, mesmo com estas regras, os donos não conseguiam manter os mesmos funcionários por um longo período de tempo.

A justificativa dada pelos donos da serraria era a de que o trabalho era apenas um “bico” para os trabalhadores conseguirem algum dinheiro para sustentar seus vícios, no caso a cachaça. Teles (2015) coloca que, entre as práticas associadas ao lazer operário, encontra-se o uso da bebida alcoólica, assim como o jogo, a prostituição e o banho de igarapé.

seringal), o que resultava numa adaptação rápida, muitas vezes mal assimilando os mecanismos de funcionamentos desses instrumentos, que de resto não constituíam-se em garantia contra os acidentes” (Pinheiro, 2015a, p. 89).

A condenação das práticas de lazer dos trabalhadores

Todas essas práticas de lazer eram abominadas, mas dentre elas a que mais gerava problema e que era condenada pelos grupos políticos e econômicos dominantes, era o álcool (Pinheiro, 2015a, p. 68). “Estes encaravam o álcool como elemento degradante tanto das condições materiais e físicas do operariado quanto da moral e dos bons costumes” (Teles, 2015, p. 92). Com isso, podemos perceber o tamanho desprezo por parte dos donos da serraria quando comentaram que o trabalho só servia, na verdade, para sustentar o vício pelo álcool e, devido a este fato, não conseguirem pessoal para manter no serviço, deslocando assim toda a culpa para o trabalhador.

Porém, essa prática foi condenada por determinados grupos de trabalhadores e até mesmo por reconhecidos líderes revolucionários, como exemplo Trotsky, que, quando escreveu “*As questões do modo de vida*”, em 1923, “[...] estava preocupado com a utilização do tempo livre pela classe operária russa: para combater a influência da vodka (alcoolismo) e da Igreja, propõe o cinematógrafo como nova forma de lazer, de fantasia e de espetáculo, não descartando a função educadora (ideológica) que o cinema poderia desempenhar” (Hardman, 2002, p. 224).

Foot Hardman (2002) também explica que havia grandes debates “[...] sobre a questão do lazer, de como preencher o tempo livre dos operários, os projetos e

utopias têm sido vários” (p. 223). Cita, como exemplo, a obra de Lafargue³⁴,

[...] herdeira da tradição libertaria do paradoxo e da sátira, retoma, de certo modo, as considerações do socialismo utópico, com referências que remontam aos filósofos clássicos da Antiguidade. [...]

Lafargue, vinculado ainda às propostas e práticas originárias do movimento operário (tanto anarquista quanto social-democrata), vislumbrava intermináveis passeios, grandes piqueniques populares regados a bom vinho, comemorações e jogos nos dias de festa, espetáculos, representações teatrais dos grupos amadores de ‘teatro social’ e festivais em benefício dos jornais da imprensa operária (Hardman, 2002, p. 223-224).

Mesmo com todo esse debate que vinha acontecendo entre diversos membros e teóricos ligados ao movimento operário, a questão dos cuidados com a saúde, higiene e principalmente o combate aos vícios, como o jogo e o alcoolismo, continuava premente. Como argumenta Liane Maria Bertucci (1994):

A visão da perda do emprego, terrível se considerarmos as dificuldades de sobrevivência para a classe trabalhadora, e a desestruturação pessoal e familiar, resumem, [...] uma preocupação

34 Paul Lafargue foi um revolucionário jornalista socialista franco-cubano, escritor e ativista político. Lafargue foi genro de Karl Marx, casando-se com sua segunda filha Laura. Seu mais conhecido trabalho foi O Direito à Preguiça, publicado no jornal socialista L'Égalité. Nascido em Cuba numa família franco-caribenha, Lafargue passou a maior parte de sua vida na França, e um período na Inglaterra e Espanha. Aos 69 anos de idade ele e Laura morreram juntos em um pacto de suicídio.

diária concreta. Desemprego, dificuldade financeira que, com certeza, impediriam mais ainda para o vício da bebida, desestruturando definitivamente a vida doméstica, e levando o trabalhador em sentido inverso àquele buscado por militantes operários, ou seja, a união dos trabalhadores, representada para muitos deles pelos sindicatos (p. 100).

Bertucci (1994) acrescenta que o alcoolismo virou:

Sinônimo de desvio pessoal, diagnosticado e tratado como doença social, o alcoolismo possibilitará uma ação política abrangente, já que incidirá diretamente sobre o cotidiano do trabalhador. No discurso dos operários, essa possibilidade será revolucionária-pessoal (deixar de beber) para com ela atingir outra, ampla, social. O alcoolismo se prestará assim brilhantemente para a configuração tanto de uma debilitação do operariado, causada pela sociedade capitalista, quanto para o ataque a essa sociedade geradora do alcoólatra e estimuladora do alcoolismo (p. 111).

Isto posto, o que esses intelectuais do movimento, assim como seus líderes, defendiam era a manutenção de uma postura que estava “[...] impregnada pelos cânones ético-morais da época, esforçava-se para que os operários mantivessem a imagem de dignidade e honradez, possibilitando seu reconhecimento e valorização junto a sociedade” (Bilhão, 2015, p. 152). E, muitas das vezes, não há a imagem de pobreza e marginalidade nas informações repassadas pelos jornais da grande imprensa.

Não que a pobreza fosse totalmente indigna, mesmo porque seria muito difícil não conviver com ela na sociedade idealizada pelos grupos no poder. Além disso, era o que conduzia as pessoas a trabalharem em troca de baixas remunerações. Porém, a pobreza vinculada ao comportamento fora dos padrões a que se aspirava – a embriaguez, a indolência e a não submissão a um serviço regrado – era indesejável e por isso desqualificada como manifestação da preguiça e da ignorância decorrente de uma vida viciada, imoral e perniciosa à sociedade (Santos, 2008, p. 46).

A “indolência e não submissão” dos trabalhadores e das pessoas da cidade era de difícil compreensão por parte dos patrões e da elite da cidade, pois buscavam a sociedade e uma cidade idealizadas, de maneira que todos aqueles que saíssem dessa ordem pré-estabelecida seriam considerados indesejáveis e desqualificados.

Porém, a indolência e insubmissão são as formas de resistência³⁵ encontradas no comportamento de diversos trabalhadores como meio de sobreviver às incertezas da vida. E, através disso, trazemos outro exemplo de como alguns trabalhadores encontravam caminhos para fugir dessas incertezas.

35 Essa utilização de “[...] bebida alcoólica fazia parte de seu cotidiano e estava presente mesmo durante o trabalho, sendo um recurso utilizado – como ainda hoje acontece – para minorar a dura jornada, mitigando a fome e a fadiga” (Santos, 2008, p. 70). Cf. DECCA, M. A. G. *Indústria, trabalho e cotidiano*: Brasil, 1880 a 1930. São Paulo: Atual, 1991. p. 75.

Trabalho e imposto

E é dentro desta perspectiva de resistência à realidade vivida pela sociedade manauara que encontraremos os “teques”³⁶. Noticiados em primeira página no *Jornal do Commercio*, em manchete com o seguinte título: “Os mascates cantam vitoria – Uma decisão judiciária manda entregar aos ‘teques’ o que o Thesouro confiscara para garantia do imposto de indústrias e profissões”.

Todos os annos, quando se approxima o fim dos successivos prazos concedidos pelo governo para a satisfação do imposto de industria e profissões, os mascates, os mais rebeldes contribuintes, ainda não têm liquidado o seu debito com a fazenda estadoal. Começa então um terrível pega-pega, em que a policia, posta a serviço da repartição arrecadadora, exerce a sua actividade capturando, de preferênciam, esses chamados vulgarmente teques, nome que lhes vem do som, peritamente arrancado por elles a dois longos pedaços de madeira, vibrados um contra o outro e que lhes servem, ao mesmo tempo de metro. Si, antigamente, sem causa visível, assim procediam, agora justamente o fazem, num recurso de desespero, por lhes quererem, a titulo de protecção aos commerciantes regularmente estabelecidos, arrancar a camisa com o peso de onerosissimos impostos. A taxa de industria e profissão, a pagar pelos mascates, tem sido, a cada anno, que passa, augmentada, duplicada, triplicada,

36 Apelido vulgar dado aos sírios-libaneses, pois “[...] carregavam as mercadorias nas costas e nas mãos um metro dividido e articulado em dois pedaços de pau que batiam um com o outro, para chamar a atenção dos fregueses” (Benchimol, 2009, p. 431). Cf. Benchimol, 2009.

a ponto de, pelo orçamento em vigor, encontrar-se o seu commercio taxado prohibitivamente. O resultado foi que, ao contrario dos outros annos, grande parte desses vendedores ambulantes, cuja mercadoria apregoava muita vez não chega á importância do imposto cobrado, viu-se obrigada a entregar aos agentes do fisco estadual as caixas de bugigangas, chitas e armarinhos, todo o stock de seu negocio. O Thesouro do Estado, aos que pagaram, devolveu, posteriormente, o objecto do seus negócios, resolvendo metter em leilão as caixas daquelles que até hoje não tivessem pago o tributo devido. Afim de evitar semelhante extorsão, vinte e oito dos remissos devedores do Estado requereram ao Superior Tribunal de Justiça, por intermédio do dr. Virgilio Barbosa, um mandato de sustação do referido leilão. A nossa mais alta corporação judiciária decidiu favoravelmente o pedido feito, mandando também que fizesse cessar o constrangimento, que soffriam os petiçãoários. Levando a devisão ao Thesouro e depois de obtido o cumpra-se do inspctor, começou a ser feita, cerca de dezeseis horas, a entrega de tudo que alli se achava retido. Corria a coisa assim, saudada pela alegria victoriosa dos mascates, quando uma contra-ordem mandou cessar a entrega iniciada. E' que surgira uma duvida sobre si o remédio jurídico provocava apenas a sustação do leilão annuciado ou obrigava á entrega da mercadoria confiscada. Nesse ínterim, chegou a hora de fechar a repartição, ficando para hoje a solução do incidente.

O grupo, que aobjectiva do nosso photographo panhou, é o de alguns dos mascates, attingidos pelo favor do Tribunal (Jornal do Commercio, 1916, p. 1).

Esse caso apresentado nas páginas do *Jornal do Commercio* mostra como estavam se organizando os trabalhadores, no caso os mascates, em relação ao imposto de Indústrias e Profissões que era cobrado pelo estado anualmente. No caso a “[...] cobrança desse tributo gerava reclamações e atitudes transgressoras vindas de diferentes segmentos, inclusive dos comerciantes” (Costa, 2014, p. 95). Porém, a situação se tornou insustentável no ano de 1912, quando o estado fixa o valor do tributo em 3:000\$000 “[...] para deposito de mercadorias, provocando contestações por parte da Associação Comercial” (p. 95).

Segundo Costa (2014), “[...] o que se queria atingir era, fundamentalmente, o comércio ambulante, praticado majoritariamente por turcos e sírios que guardavam suas mercadorias em depósitos espalhados pela cidade” (p. 95).

E, como o próprio jornal noticiava, os impostos sobre os mascates³⁷ a cada ano que se passava duplicavam, triplicavam, ao ponto de o valor total de seus produtos não ser suficiente para pagar o valor total do imposto, que subiu a valores exorbitantes até mesmo para o restante do comércio da capital, visto que a situação financeira não era das melhores, neste período de 1916.

37 Indivíduo que percorre as ruas vendendo tecidos, jóias, quinquilharias etc. Era também um termo pejorativo dado aos portugueses recifenses pelos brasileiros olindenses.

Porém, vinte e oito³⁸ mascates tomaram medidas que ninguém esperava que fossem tomadas por eles: acionaram a justiça através do advogado Virgílio Barbosa, entrando com um pedido de suspensão do leilão de seus pertences junto ao Superior Tribunal de Justiça. E, dentre os possíveis resultados, os mascates saíram com a vitória, pois a justiça determinou a suspensão do leilão, assim como os constrangimentos que os mascates estavam passando deveriam cessar. Pois,

Compreender o direito como espaço de conflito implica diretamente em restituir à plenitude da condição de sujeitos os setores submetidos ao longo da história às mais variadas formas de dominação, em contraposição a análises contemporâneas que, ao reduzir a experiência dos primeiros à sua vitimização, tendem a negar a inserção de sua agência ao processo histórico (Fortes, 1995, p. 107).

Desta forma, vemos a categoria dos mascates como bem mais organizada, pois possuíam alguma noção de justiça, não se sentindo vitimizados, mas sim lesados pelo estado, em relação aos constantes aumentos do imposto de Indústrias e Profissões. Essa noção de justiça possibilitava aos mascates agirem dentro da lei, que para muitos eram inalcançáveis para os trabalhadores. Porém,

38 Lista de nomes publicada no Jornal do Commercio: Abbib Azrau, Abdoleador Oupar, Abou Camel, Abrahem Jorge, Alle Rajeb, Alli Mamud, Amod Jima, Armed Juma, Assen Assen, Assen Calil, Calil Tanus, Callil Mamud, Camel Ganem, Ibrahem José, José Ismail, José Pader, Lies Rame, Ligan Antonio, Mamed Amue, Mamed Caled, Mamud Chihib, Mansur Rustum, Marmar Abdalla, Muslem Torc, Osman Catab, Raduan Arnaut, Sahdin Chibarou e Salim Alli.

esta prática já era utilizada por outros profissionais do comércio: os caixeiros. Segundo Kleber Barbosa de Moura (2013), “[...] esses trabalhadores souberam se utilizar dos meios legais e políticos para alcançarem seus direitos trabalhistas e lutarem por direitos alcançados que eram desrespeitados” (p. 20).

Podemos relacionar as práticas utilizadas pelos caixeiros como exemplos das diversas redes de sociabilidades as quais os mascates poderiam vir a se utilizar para resolver seus problemas, pois ambos trabalhavam com o comércio e tinham relações diretas no cotidiano da cidade. Sobre esta situação, vemos uma disputa entre categorias dentro desse mundo do trabalho no comércio, pois segundo Fabiane Popinigis (2007), “[...] as fronteiras entre as designações e funções para essa classe de trabalhadores eram, portanto, pouco nítidas. Essa flexibilidade foi usada de diferentes formas, dependendo da situação e do objeto almejado” (p. 45).

Sempre “[...] olhados com desconfiança e preconceito, pois desafiavam o poderio dos grandes armazéns do centro da cidade” (Benchimol, 2009, p. 431). Esses mascates “[...] exerceram papel importante na vida da cidade, à que levavam as fazendas e armarinhos à periferia dos bairros pobres, para pagamento em prestações semanais e mensais” (p. 431).

Observamos a importância dos mascates dentro das redes de relações da cidade e sua força para conseguir se manter dentro da vida da metrópole. Pois esta vitória não foi apenas por uma causa pessoal, mas uma vitória em cima dos grandes comerciantes, que monopolizavam o

comércio da cidade. E nesse momento, em que começam a devolver todos os pertences que estavam recolhidos para o leilão, surge um novo impasse, que paralisou a entrega das mercadorias, pois os agentes do “Thesouro” queriam saber se deveriam somente cancelar o leilão ou se também deveriam devolver as mercadorias.

Na edição de 5 de agosto, saiu o resultado final do caso dos mascates:

Como era de esperar, o inspector do Thesouro deu, hontem, pleno cumprimento no mandato judicial, que obrigava a entrega aos mascates, das mercadorias, que os agentes daquela repartição haviam capturado, afim de garantir o augmento do imposto de industrias e profissões, na collecta deste ano. Em vista dessa resolução, foram retiradas do Thesouro, pelos respectivos proprietários, cerca de vinte e tantas caixas, bahu's e carrinhos, cheios de infinita variedade de artigos, que esses vendedores ambulantes apregoam pelas ruas (Jornal do Commercio, 1916, p. 1).

Contudo, observamos que realmente a ordem dada pela Justiça foi a de cancelamento do leilão e restituição de todos os pertences por parte do Tesouro do Estado aos mascates, que prontamente foram retirar seus bens do Tesouro. Porém, a situação não se encerrou sem antes o outro lado se manifestar sobre essa decisão.

Sobre a noticia que ante hontem publicamos, referenciando o caso, apenas, o Sr. Julio Cesare Roberti, presidente da Associação dos Retalhistas, dirigiu-as o seguinte officio, que gostosamente publicamos.

“Associação Commercial dos Retalhistas – Manaus, quatro de agosto de mil novecentos e dezeseis. – Illm.º e exm.º Sr. director do JORNAL DO COMMERCIO, nesta cidade. A propósito de um mandato judicial motivado pela apprehensão das mercadorias pertencentes aos vendedores ambulantes chamados téques, mascates ou coisa que o valha, por parte do Thesouro Publico do Estado, para pagamento do imposto de industria e proissão, publicou o jornal, que v. exc.^a muito dignamente dirige, um artigo a cujos conceitos pedimos licença para fazer algumas considerações. São os téques ou mascates, como v. exc.^a sabe, singulares commerciantes sem residência fixa e publicamente conhecida, alapando-se hoje aqui, amanhã alli e no outro dia acolá, adoptando nomes e exquisitas firmas commerciaes que variam, momentaneamente, consoante o seu capricho, e que, portanto, os transforma, e os oculta ás vistas do fisco. E, desta forma, estabelecem tremenda e desleal concorrência ao commercio regularmente estabelecido, porque conseguem eximir-se ao dispêndio da avultadas sommas para custeio do negocio, e fugir ao cumprimento de obrigações impostas por lei. Quanto a ficarem sem camisa com o peso de onerosissimos impostos, parece-nos que tal não se pode dar, porque já a deixaram nas mãos do fisco dos outros Estados por onde a maior parte delles estanciou antes de aportar ás terras do Amazonas.

No Rio de Janeiro e no Pará, por exemplo, pagam os vendedores ambulantes impostos que attingem, respectivamente, á cifra annual de três contos e seiscentos mil reis e três contos de reis, emquanto que ao Amazonas o Maximo que pagam é um conto de reis. E releva ainda observar que não se deve confundir os vendedores ambulantes denominados bufarinheiros, com aquelles que ahi percorre as

ruas carregando armários ou empurrando carrinhos envidraçados peçados de mercadorias de todos os gêneros e qualidades, desde o simples papelinho de agulhas Garibaldi e do dedal de ferro alatado até ás mais custosas cambraias e ás mais variadíssimas colleções de finíssimas e apuradas rendas. Os bufarinheiros, segundo a lei do Amazonas, o Maximo que poderão pagar, annualmente, é duzentos mil reis. O commercio regular e fixo tem, para garantir a fazenda tos que sobre elle recahirem, os [...] publica da importância dos impoa.. veis e as fazendas expostas em seus estabelecimentos e outros factores que não vêm a pelo mencionar, e por isso a acção executora por ser exercida por intermédio da Justiça Publica. Portanto, justo é que os poderes publicos tenham com elles attenções e lhe dispensem protecções que não podem nem devem ser concedidas aquelles que, como garantia do que lhe devem, apenas offerecem a incógnita da sua existência commercial. Esperando que v. exc.^a se dignará ordenar a publicidade do presente officio nas colunas do seu conceituado jornal, sub-screvemo-nos com a ma's alta consideração e apreço. De v. exc.^a criado muito obrigado – Julio de Cesare Roberti, presidente” (Jornal do Commercio, 1916, p. 1).

O presidente da Associação dos Retalhistas fez deste officio encaminhado ao *Jornal do Commercio* uma carta de repúdio em relação às medidas tomadas pela Justiça, considerando que a Justiça estava agindo de maneiras diferenciadas quanto a essa questão do pagamento do imposto da indústria e profissão. Inclusive alegavam que estava ocorrendo favorecimento aos *mascates*, por parte

da Justiça, e que todo o peso do imposto estava caindo sobre os comerciantes legalizados e com localização fixa.

Porém, podemos perceber muitas outras coisas dentro desse discurso publicado pelo jornal. Dentre elas, podemos notar uma disputa pela questão do mercado, pois no caso os *mascates* ou “*teques*”, competiam por um mercado que estava em dificuldades devido às diversas crises que estavam afetando a cidade de Manaus. Todavia, no caso os *mascates* estavam levando grandes vantagens devido ao não pagamento das diversas taxas que eram cobradas pelo estado, sendo a principal delas a de indústria e profissão. Outra situação presente era a existência de uma hierarquização das categorias de trabalho no comércio.

Neste caso, temos a Associação dos Comerciantes do Amazonas (ACA), Associação dos Comerciantes Retalhistas do Amazonas (ACR) e a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA). Essas associações ficariam responsáveis pela organização dos trabalhadores e dos comerciantes da cidade, porém existiam aqueles que não participavam dessas associações, e que também trabalhavam com o comércio, no caso os *mascates* e outra categoria que apareceu dentro do discurso proferido pelo presidente dos retalhistas: a dos *bufarinheiros*³⁹.

Observando que a briga estava centrada entre os retalhistas e os *mascates*, e que os retalhistas eram claramente contra o comércio realizado por esta

39 Vendedores ambulantes de bugigangas.

categoria específica, pois seriam eles os responsáveis por onerar os cofres do Tesouro do Estado.

Outro ponto a se observar era a questão étnica, pois a grande maioria dos comerciantes, assim como aqueles que estavam relacionados de alguma forma ao comércio, eram de origem portuguesa; já os *mascates* eram compostos por turcos e sírios. Pois, segundo Chalhoub (2001), para o Rio de Janeiro, entre essas tensões e conflitos do cotidiano, “[...] destaca-se a importância das rivalidades étnicas e nacionais enquanto expressões das tensões provenientes da concorrência da força de trabalho [...] num mercado de trabalho capitalista em formação” (Chalhoub, 2001, p. 59).

Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015a) também destaca essa rivalidade entre os estivadores, pois os “[...] momentos de crise e retração da oferta de empregos levavam à emergência de apelos xenófobos, como quando alguns empregadores priorizavam a contratação de estivadores portugueses alegando sua melhor robustez e aptidão” (Pinheiro, 2015a, p. 101-102). Essas rivalidades levaram os estivadores a protestarem e até mesmo paralisarem os serviços “[...] com denúncias e apelos ao cumprimento dos dispositivos legais contidos nos Estatutos dos Armazéns Alfandegados, onde estava estabelecido que os brasileiros natos são os que devem ser os preferidos para o serviço” (p. 102).

Observando desta forma, podemos perceber as estratégias utilizadas pela Associação dos Comerciantes Retalhistas do Amazonas (ACR) para desestabilizar a categoria dos *mascates* nesse momento de crise que a

cidade estava passando, e que esta concorrência que eles consideravam desleal, era mais uma configuração do sistema capitalista que a cidade estava se inserindo.

Desta forma, todas as nuances apresentadas até o momento remodelaram os espaços de disputas e aprofundaram ainda mais a situação de penúria da sociedade manauara que, mesmo assim, encontrava mecanismos para sobreviver, superando as mazelas, na grande maioria das vezes, sem precisar de ajuda do governo, encontrando caminhos próprios e criando espaços de resistência e de solidariedade, para superar toda essa conjuntura.

| Referências

BENCHIMOL, S. *Amazônia: formação social e cultural*. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BERTUCCI, L. M. A ameaça permanente: o alcoolismo na imprensa operária em São Paulo, início do século XX. *História Social*, Campinas, n. 1, p. 95-116, 1994.

BILHÃO, I. A. Dia de festa, dia de luto ou feriado nacional? As diferentes concepções do Primeiro de Maio no Brasil ao longo dos anos 1920. *Revista de História Iberoamericana*, v. 6, n. 1, p. 29-55, jan./jun. 2013.

BILHÃO, I. A. “Informar” para “formar”: reflexões sobre imprensa e militância no mundo do trabalho brasileiro na Primeira República. *Cadernos de*

- História*, Belo Horizonte, v. 16, n. 24, p. 138-156, jan./jun. 2015.
- CASTELLUCCI, A. A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004.
- CASTELLUCCI, A. A. S. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: CORD, M. M.; BATALHA, C. H. M. (orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014. p. 47-82.
- CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.
- COSTA, F. D. S. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890-1915)*. Manaus: Editora Valer; Fapeam, 2014.
- CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, ago./dez. 2007.
- DECCA, M. A. G. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991.
- FORTES, A. O direito na obra de E. P. Thompson. *História Social*, Campinas, n. 2, p. 89-111, 1995.
- HARDMAN, F. F. *“Nem Pátria, nem patrão!”: memória operária, cultural e literatura no Brasil*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

- LOPREATO, C. R. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- LUCCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.
- MATOS, M. I. S. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MOURA, K. B. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus (1906-1929)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- OLIVEIRA, L. L. A Primeira Guerra e o Brasil. In: LIMONCIC, F.; MARTINHO, F. C. P. (orgs.). *A experiência nacional: identidades e conceitos de nação na África, Ásia, Europa e nas Américas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 51-78.
- PINHEIRO, G. P. S. P. *Imprensa, política e etnicidade: portugueses letrados na Amazônia (1885-1937)*. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, Universidade do Porto, 2011.
- PINHEIRO, L. B. S. P. Lideranças estrangeiras entre os trabalhadores (1910-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, n. 17, p. 79-100, jan./jul. 2017.
- PINHEIRO, L. B. S. P. *Vozes operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017b.

- PINHEIRO, L. B. P.; PINHEIRO, M. L. U. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.
- PINHEIRO, M. M. U. Portugueses no universo do trabalho manauara (1880-1920). *In*: ARRUDA, J. J. A. *et al.* (orgs.). *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 563-577.
- PINHEIRO, M. M. U. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. 3. ed. Manaus: FUA, 2015a.
- PINHEIRO, M. M. U. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Manaus: EDUA, 2015b.
- POPINIGIS, F. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.
- SANTOS, C. J. F. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915*. 3. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- SANTOS, R. A. O. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SANTOS JR., P. M. História e ação social: moradia e ameaça urbana. *Canoa do Tempo*, Manaus, v. 1, n. 1, p. 83-95, jan./dez. 2007.

SANTOS JR., P. M. *Cotidiano da suspeita: etnia e criminalização na Belle Époque amazonense: portugueses, índios, tapuios, cabocos e nordestinos, 1890-1920*. 335 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA JR., A. L. *Povo! Trabalhadores!:* tumultos e movimento operário: estudo centrado em Porto Alegre, 1917. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

TELES, L. E. C. *Mundos do trabalho e imprensa: a vida operária em Manaus na década de 1920*. Manaus: UEA Edições, 2015.

TOLEDO, E. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Publicações Periódicas

Jornal A Capital, Manaus, 1917/1918:

Ano I, nº 23, 07/08/1917.

Ano I, nº 24, 08/08/1917.

Ano I, nº 26, 10/08/1917.

Ano I, nº 30, 14/08/1917.

Ano I, nº 104, 29/10/1917.

Ano I, nº 105, 30/10/1917.

Ano II, nº 284, 01/05/1918.

Ano II, nº 294, 12/05/1918.

Ano II, nº 324, 11/06/1918.

Ano II, nº 355, 12/07/1918.

Ano II, nº 393, 20/08/1918.

Ano II, nº 452, 20/10/1918.

Jornal A Imprensa, Manaus, 1915:

20/08/1915

Jornal A Lucta Social, Manaus, 1914:

Ano I, nº 1, 27/02/1914.

Ano I, nº 1, 29/03/1914.

Ano I, nº 2, 01/05/1914.

Ano I, nº 3, 01/06/1914.

Ano I, nº 4, 01/09/1914.

Ano I, nº 4, 01/10/1914.

Ano I, nº 6, 01/11/1914.

Jornal A União, Manaus, 1914:

Ano I, nº 1, 26/09/1914.

Ano I, nº 3, 01/10/1914.

Ano I, nº 14, 27/10/1914.

Jornal do Commercio, Manaus, 1913/1918:

Ano IX, nº 2771, 06/01/1912.

Ano XI, nº 3478, 01/01/1914.

Ano XI, nº 3502, 25/01/1914.

Ano XI, nº 3518, 10/02/1914.

Ano XI, nº 3519, 11/02/1914.

Ano XI, nº 3527, 19/02/1914.

Ano XI, nº 3528, 20/02/1914.

Ano XI, n° 3529, 21/02/1914.
Ano XI, n° 3558, 23/03/1914.
Ano XI, n° 3563, 28/03/1914.
Ano XI, n° 3564, 29/03/1914.
Ano XI, n° 3639, 13/06/1914.
Ano XI, n° 3640, 14/06/1914.
Ano XI, n° 3688, 02/08/1914.
Ano XI, n° 3697, 11/08/1914.
Ano XI, n° 3704, 18/08/1914.
Ano XI, n° 3719, 02/09/1914.
Ano XII, n° 3956, 01/05/1915.
Ano XII, n° 4063, 18/08/1915.
Ano XII, n° 4077, 01/09/1915.
Ano XII, n° 4080, 04/09/1915.
Ano XII, n° 4165, 28/11/1915.
Ano XII, n° 4409, 05/08/1916.
Ano XIII, n° 4277, 16/05/1916.
Ano XIII, n° 4316, 01/05/1916.
Ano XIII, n° 4332, 17/05/1916.
Ano XIII, n° 4337, 22/05/1916.
Ano XIII, n° 4338, 23/05/1916.
Ano XIII, n° 4344, 29/05/1916.
Ano XIII, n° 4407, 03/08/1916.
Ano XIII, n° 4469, 04/10/1916.
Ano XIV, n° 4850, 27/10/1917.
Ano XIV, n° 4852, 29/10/1917.
Ano XIV, n° 4867, 14/11/1917.
Ano XV, n° 5045, 12/05/1918.
Ano XV, n° 5046, 13/05/1918.
Ano XV, n° 5078, 15/06/1918.

Ano XV, nº 5080, 17/06/1918.

Ano XV, nº s/n, 17/11/1918.

Jornal Gazeta da Tarde, Manaus, 1913/1918:

Ano I, nº 147, 22/01/1914.

Ano I, nº 159, 06/02/1914.

Ano II, nº 428, 22/01/1915.

Ano V, nº S/N, 19/02/1917.

Ano V, nº 1130, 09/06/1917.

Ano V, nº 1138, 19/06/1917.

Ano V, nº 1179, 07/08/1917.

Ano V, nº 1180, 08/08/1917.

Ano V, nº 1181, 09/08/1917.

Ano V, nº 1186, 14/08/1917.

Ano V, nº 1260, 14/11/1917.

Ano VI, nº 1385, 16/04/1918.

Jornal O Tempo, Manaus, 1917.

Os caixeiros vão aos tribunais: Cidadania e Justiça no Amazonas Republicano (1890-1921)

Richard Kennedy Nascimento Candido

Neste artigo buscamos entender como se deu parte do processo de luta e mobilização dos caixeiros no norte do país. Para além das campanhas extensas em busca do fechamento das portas aos domingos, carro chefe dos estudos sobre caixeiros, descortinamos que alguns desses trabalhadores foram à justiça cobrar direitos que eles julgavam ter, sobretudo por não concordarem com seus antigos patrões em alguns acordos.

Essa nuance trará questões que nos fará pensar mais profundamente acerca da relação “amistosa” entre caixeiro e patrão, sempre muito difundida entre a historiografia do tema. Além de nos ajudar a pensar em todas as esferas de atuação desse segmento de trabalhadores de caráter tão particular quanto os caixeiros. Buscamos apresentar outros mecanismos de luta e mobilização dos trabalhadores do comércio pouco explorado pela historiografia sobre o tema.

Cidadania e Justiça

Durante a Primeira República ficou evidente, por diversos motivos, que a população em geral precisava se inserir nas demandas sociais e lutar por direitos, tendo em vista que a constituição proclamada naquele

momento (1891) pouco acrescentou a participação política de novos sujeitos (Becker; Cavalcanti, 2004). A justiça acabou tornando-se um desses caminhos de acesso a direitos, sobretudo para a classe trabalhadora, num universo que ainda não existia a Justiça do Trabalho, sendo ela criada apenas no Governo Vargas nos anos finais da década de 1930 (Schmidt, 2010).

Entretanto, as legislações de trabalho não surgiram apenas após esses acontecimentos. Desde o século XIX já foi possível observar a criação de leis, mesmo que de maneira esparsa. Por exemplo, em 1891 tivemos a aprovação de uma lei de proteção ao trabalho infantil no Brasil.

De 1903 é a lei de sindicalização rural e de 1907, a lei que regularizou a sindicalização de todas as profissões. O primeiro projeto de Código do Trabalho, de Maurício Lacerda, tentativa malsucedida de reunir e sistematizar a legislação vigente, é de 1917. [...] De 1919 é a lei de acidentes de trabalho (Morel; Pessanha, 2007, p. 88).

É possível notar, pelos exemplos acima, que os direitos dos trabalhadores iam se expandindo gradativamente, mesmo ainda não tendo uma legislação mais unificada, mas como observado, já tendo ocorrido tentativas fracassadas de unificá-las. Com base nessas informações e com a criação do Ministério do Trabalho na década de 1930, existiu uma aceleração desse desejo que foi confirmado com a criação da Justiça do Trabalho a partir de 1937 (Morel; Pessanha, 2007, p. 90).

A Justiça do Trabalho era reconhecida, até recentemente, antes da última reforma realizada em 2017 no governo de Michel Temer, como a mais próxima da população mais pobre e daqueles que não tinham recursos para custear as ações nas esferas da justiça comum. Entre as principais modificações da reforma de 2017 “estavam o enfraquecimento da representação sindical e fomento aos acordos individuais” (Fontainha; Rodrigues; Fernandes, 2021, p. 798). Mas o maior baque foi sobre a questão da justiça gratuita em que foi estabelecido um limite salarial para que os trabalhadores pudessem ter esse direito ou caso comprovassem que não tinham recursos para custear a ação (Fontainha; Rodrigues; Fernandes, 2021, p. 801). O fato foi que todas essas medidas afastaram os grupos de trabalhadores da Justiça do Trabalho nos últimos anos.

Consolidada nos anos 1940 sob o governo de Getúlio Vargas, a CLT foi desde cedo um mecanismo de acesso das populações das camadas mais baixas à justiça, foi talvez “a primeira incorporação em massa de cidadãos” (Carvalho, 2001, p. 8) a sociedade. A Consolidação das Leis Trabalhistas continha 922 artigos e tinha uma abrangência de diversas categorias, sobretudo ao tentar organizar os conflitos entre trabalhadores e empregadores.

Embora descrita por seus colaboradores como mera consolidação provisória das leis já existentes, a CLT tem funcionado desde 1943 como código de trabalho nacional e, assim, vem contribuindo para a estabilidade legal e institucional que tem

caracterizado os sistemas de relações industriais e de trabalho brasileiros desde então (French, 2001, p. 13).

Essas colocações nos levam a entender como funcionava a sociedade brasileira no momento da consolidação dessas legislações. José Murilo de Carvalho, influenciado por Thomas Marshall, destacou que durante a Primeira República poucos avanços ocorreram no que consistia aos aspectos da cidadania. O autor definiu a ‘estadania’ como uma forma em que grupos, como militares, funcionários públicos e parte da classe trabalhadora, buscavam a cidadania. Para ele, o Estado era o seu principal mantenedor e essa relação por vezes soaria contraditória porque em diversos momentos era se negado a cidadania (Carvalho, 2009).

Entretanto, Gladys Sabina Ribeiro apresentou outras fontes para mostrar que, para além da discussão proposta por Carvalho, o judiciário também podia ser considerado um caminho para se buscar a cidadania, alargando o conceito e excluindo assim o caráter apenas político das reflexões anteriores (Ribeiro, 2006, p. 162) que enxergava no direito ao voto a maior ação do que era ser cidadão naquele momento.

A escassez do acesso à justiça, sobretudo para trabalhadores e população mais carente, era bastante alta e por vezes injusta para quem recebia tão pouco ou quase nada. Ribeiro destacou alguns exemplos dessas cobranças e de como uma sentença contrária poderia prejudicar muito a vida dessas pessoas, embora ainda

assim para muitos os “sacrifícios” eram necessários para “alargar os seus direitos”:

Este foi o caso de Manuel de Almeida Sabogas, piloto das barcas que recebia 250,000 réis por mês e teve de pagar a quantia final de 380,396 réis, valor muito superior ao seu salário mensal. [...] Os indivíduos pagavam caro, mas reconheciam a legitimidade da instituição e iam a ela não apenas arrastados, mas para que ela lhes garantisse e lhes reconhecesse direitos que julgassem ter (Ribeiro, 2009, p. 111).

Nota-se que a busca por direitos através da justiça naquele momento “passou a ser uma forma privilegiada de resolução de conflitos” (Ribeiro, 2009, p. 113). Apesar de em muitos casos as ações não terem uma resposta positiva a quem ocupava o lado mais fraco da balança, mesmo assim essas pessoas ainda insistiam nessa esfera para lutar pelo que elas achavam ser um direito.

Algo que nos chamou a atenção nesses questionamentos foram as estratégias de buscar a cidadania pelas pessoas no início da República. No caso dos trabalhadores do comércio, percebemos duas ações mais efetivas desse aspecto: a instrução e letramento e as ações na justiça. Ambas as movimentações visavam buscar e acessar o que entendemos como cidadania, uma pauta bastante em evidência nos primeiros anos da República.

Durante as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, as discussões sobre cidadania imbricavam na escravidão e no seu iminente fim. A falta de política para esses sujeitos no pós-abolição fez com que continuassem a ser exploradas por salários miseráveis, muitas das

vezes nos próprios locais em que foram escravizadas. Outra parte dessa população acabou indo em direção a grandes cidades duelar por empregos com os imigrantes que vinham para o Brasil com a política do governo federal (Carvalho, 2002).

As grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Manaus e Belém tornavam-se espaços de competições entre os trabalhadores nacionais e os estrangeiros vindos da Europa por mercado de trabalho.

Sob o ponto de vista da cidadania, o movimento operário significou um avanço inegável, sobretudo no que se refere aos direitos civis. O movimento lutava por direitos básicos, como o de organizar-se, de manifestar-se, de escolher o trabalho, de fazer greve. Os operários lutaram também por uma legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho, o descanso semanal, as férias, e por direitos sociais como o seguro de acidentes de trabalho e aposentadoria (Carvalho, 2002, p. 60).

Ou seja, a cidadania para muitos dos trabalhadores da Primeira República estava ligada aos avanços dos direitos civis, sobretudo no alcance das legislações trabalhistas. Por ainda não haver Justiça do Trabalho e poucas legislações, o caminho para conseguir adquirir qualquer direito, até aquele momento, era através de mobilizações, greves e na justiça comum.

A instrução dos trabalhadores durante a República também foi encarada como um mecanismo de busca da cidadania, sobretudo por meio dos setores mais radicais

da classe trabalhadora como os anarquistas. Entretanto, socialistas também enxergavam essa possibilidade como um caminho de luta e transformação, sobretudo através do diálogo. No Amazonas, observamos a experiência de diversas escolas que funcionavam como modelo de mudança de vida para os trabalhadores.

Em 1892, no jornal *Gutenberg*, foi noticiado a abertura de uma escola noturna para operários em Manaus. Como consequência, a escola traria novos leitores não só para os jornais operários, como também para panfletos das associações e sindicatos⁴⁰. Em 1928, João Cursino da Gama assinou a matéria “A Instrução”, no jornal comemorativo *Primeiro de Maio*, onde, segundo ele, o operariado não reconhecia seu valor por conta da pouca instrução, e divergia do sentido de luta como forma de adquirir direitos, pois considerava criminoso lutar e fazer greve; apenas as escolas noturnas, sobretudo, visando à instrução é que seriam o caminho de vitória da classe trabalhadora⁴¹. Gama apostava que a educação poderia livrar os trabalhadores da exploração, um pensamento bastante presente no período entre as lideranças operárias socialistas.

Entre os trabalhadores do comércio também ocorreu essa iniciativa, entretanto, era voltada para o aprendizado no comércio, em que consistia na manutenção de um curso comercial com as disciplinas de Português, Francês, Inglês, Aritmética, Contabilidade

40 Jornal *Gutenberg*, Manaus, 1 de maio de 1892.

41 Jornal *Primeiro de Maio*, Manaus, 1 de maio de 1928.

comercial e Escrituração mercantil.⁴² Todas essas estruturas buscavam, de certa maneira, a emancipação desses sujeitos no sentido de busca de cidadania.

As reclamações por direitos salariais

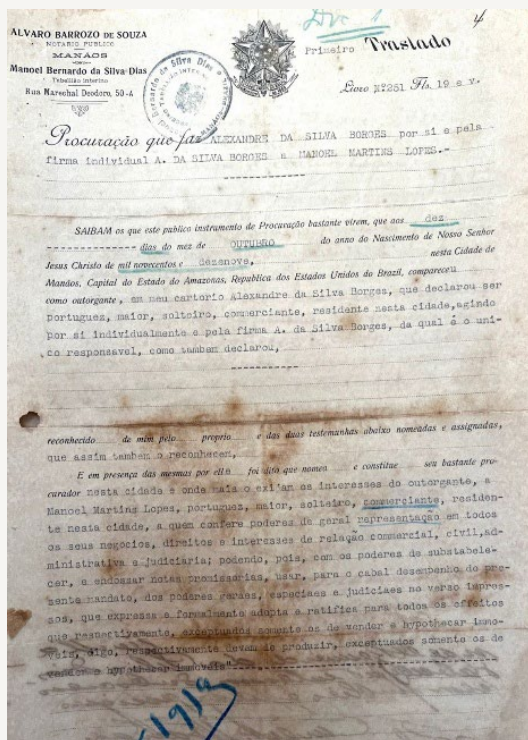
Ainda no caso dos caixeiros, embora fossem muito ligados e próximos aos seus patrões, especulava-se que por muito tempo eles não fossem entrar em conflito direto na esfera judicial contra eles. Porém, em Manaus, mapeamos ao menos três processos no acervo do Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas, sendo alguns deles vinculados à Justiça Comercial do Estado em que trabalhadores do comércio exigiam de seus ex-patrões acordos firmados enquanto ainda eram seus funcionários.

Em um dos processos, Manoel Martins Lopes, um português solteiro, maior de idade e que residia na cidade de Manaus, foi contratado para ser caixairo-gerente no empreendimento de Alexandre da Silva Borges, denominado Padaria Manaos, localizado na rua Ramalho Junior, nº 10. O trabalhador alegou que foi contratado em 10 de outubro de 1919, e que até 10 de março de 1920 não havia recebido nenhum valor dos 500\$000 réis mensais acordados com o patrão de maneira verbal.

42 Estatuto da Sociedade Phenix Caixeiral. Belém: Typographia Gutenberg, 1917, p. 3.

Na queixa-crime, o trabalhador pediu a quantia de 2.500\$000 réis pelos salários não pagos e pelas diferenças salariais em decorrência do cargo ocupado. Segundo ele, além da função de caixeiro-gerente, ele também representava a firma em várias ocasiões, inclusive apresentou a procuração que dava a ele esses poderes em “seus negócios, direitos e interesses de relação comercial, civil, administrativa e judiciária”.

Figura 1 - Procuração



Fonte: Processo nº 701. Sub-fundo: Juízo de Direito do Comércio, Manaus, 1920

Na procuração, apresentada na imagem acima, ficou estabelecido que Manoel poderia endossar notas promissórias, além de usufruir dos poderes de representação da firma nos aspectos comercial, civil, administrativo e judicial, sendo assinado por Alexandre da Silva Borges como representante da firma. Em um documento constante nos autos do processo, Borges questionou seu “amigo” para saber se ele assinou algum documento por procuração em seu nome, pois o mesmo precisava regularizar sua “escrita”. Nota-se que o trabalhador estava munido de diversos documentos que comprovavam que ele exercia a função de caixeiro-gerente, posição essa que seu ex-patrão não queria pagar, e por conta disso deveria receber os valores acordados.

Entretanto, com a ação vencida pelo caixeiro em primeira instância, o patrão apelou ao Superior Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas alegando que havia um erro primário na ação. Segundo seu advogado, não poderia ocorrer a substituição de natureza sumária pela ordinária, algo bastante técnico do Direito. Segundo a petição, “a ação sumária é incompetente para cobrança de salário de prepostos de casa comercial que não tiver nomeação escrita e registrada na junta comercial”, o que, segunda a peça, não havia acontecido.

Todos os feitores, guarda-livros, caixeiros e outros quaisquer propostos de casas de comercial, devem receber de seus patrões ou proponentes uma nomeação por escrito, que farão inscrever no Tribunal do Comércio (art. 10 n. 2): pena de ficarem privados dos favores por este código concedidos aos de sua classe (Cod. do Com. Art. 74)⁴³.

O que se pode perceber é que tratava-se de uma estratégia do patronato a não inscrição dos trabalhadores na junta comercial para evitar cobranças, como a que o processo apresentou. Com isso, eles poderiam burlar o sistema e evitar pagamentos a mais saindo de seus caixas, o que é consideravelmente errado sob vários aspectos. A inscrição na junta comercial era amplamente divulgada na imprensa diária e a não inscrição nos faz questionar o verdadeiro caráter do patrão.

Ainda segundo o documento, existia uma maneira para que o apelante conseguisse avançar com a ação sumária, as causas teriam que ser de valor pequeno e o tempo de contrato longo. Porém, para o dono da padaria, o caixeiro em questão não teria nenhuma dessas características e, por isso, a ação não deveria ser um rito ordinário e por consequência não poderia ter sido continuada.

Ainda como tática de enfraquecer o ex-funcionário, o patrão chegou a dizer que Manoel Martins Lopes tinha dois empreendimentos, além daquele que ele cuidava. Chegou a dizer também que ele furtava o empreendimento o “quanto lhe apetecia” e chegava

43 Processo nº 701. Sub-fundo: Juízo de Direito do Comércio, Manaus, 1920.

a pagar “os alugueis de suas mercearias e impostos” as suas custas, além de assinar notas promissoras em valores elevados e que isso poderia ser considerado como um pagamento dos seus salários. O fato é que Silva Borges estava apelando de todas as maneiras para tentar convencer o juízo que não tinha vínculo algum com o caixeiro em questão.

Porém, Manoel rebateu todas as acusações de seu antigo patrão com outra petição endereçada ao Tribunal de Justiça. Em sua defesa, o caixeiro alegou que o curso do processo “foi observado no estabelecido pela lei”, uma clara resposta as acusações de que a presente ação não estava de acordo com o processo legal. Além disso, no que tange aos furtos, a petição elencou que o apelante quis transformar-se numa vítima e o acusava sem provas, apenas para tumultuar o processo.

Depois de ponderadas, mais uma vez, as falas de ambos os lados, a decisão do Tribunal de Justiça foi unânime e considerou diversos aspectos. Os juízes negaram a apelação de Silva Borges e confirmaram a sentença em primeira instância. O valor a ser pago foi de 1.166\$666 mais as custas processuais, porém os magistrados acataram a posição do apelado de que Manoel Martins Lopes trabalhou apenas durante o período de 1 de janeiro a 10 de março no estabelecimento comercial como caixeiro-gerente.

Apesar de toda persuasão por parte do comerciante, inclusive atacando seu ex-funcionário de maneira criminosa ao acusá-lo de furtar o estabelecimento, notou-se que a justiça foi o caminho possível para acessar

cidadania por parte desse trabalhador e que isso pode ser vislumbrado em vários outros indivíduos durante a Primeira República. Isto torna-se mais interessante porque foi através da justiça comum e não como costumamos ver pós-1940 com a justiça do trabalho.

Um outro processo chamou a atenção devido ao teor da queixa ter sido dirigida contra um dos trabalhadores por seus patrões. Os donos da Padaria São Sebastião, Almeida & Ferreira Cia, moveram ação contra João Nunes de Bastos que fora contratado com um salário de 200\$000 mensais e ficou lá entre 5 de março a 13 de junho de 1908.

Segundo a queixa-crime, o suplicado permaneceu no estabelecimento após sua demissão entre 14 de junho e 14 de julho, sendo assim, usufruindo de todas as benfeitorias que o estabelecimento oferecia a seus empregados, além de continuar dormindo por lá. O pedido dos donos da casa comercial era que fossem descontados dos débitos a serem pagos ao seu ex-funcionário, período que ele permaneceu por lá no valor de 150\$000 réis, porém o caixeiro recusou a oferta. A decisão da justiça tendeu a acreditar no ex-patrão e ordenou o pagamento de 183\$330 dando uma derrota ao ex-caixeiro. Como ficou discriminado no documento abaixo.

Em muitos casos era pré-requisito que o jovem caixeiro iniciasse o trabalho nas casas comerciais por volta dos 10 anos de idade para adquirir todo o aprendizado até galgar novos espaços dentro do mesmo estabelecimento. Foi o caso de Manuelzinho de Aluizio de Azevedo que chegou de Portugal nessa faixa etária e era responsável por varrer o armazém, além de limpar as balanças e por vezes ainda apanhava dos outros caixeiros (Azevedo, 2005). Ou seja, desde cedo os caixeiros já estavam ambientados em partilhar desses espaços com seus colegas e também com os patrões.

O ambiente de trabalho era dividido entre o lazer, a moradia e o próprio trabalho. Não existia liberdade entre os indivíduos e muito menos entre eles e seus patrões. Era como se fizessem parte das famílias, porém sem fazer e ainda pagavam por tudo aquilo. O ambiente não era mil maravilhas, era carregado de sofrimento e angústia desses trabalhadores.

As páginas anteriores são reflexos do cotidiano da vida de diversos trabalhadores do Brasil durante a Primeira República. A Justiça comum era costumeiramente o espaço destinado a todo tipo de ação, mesmo das questões trabalhistas. Elas, juntamente com as mobilizações operárias e as greves gerais de 1917 e 1919, tiveram papel importante na construção e consolidação do campo do Direito do Trabalho a partir da década de 1920 (Mendonça, 2010, p. 68).

A imprensa também foi espaço de socialização de conflitos entre patrões e seus empregados. Em 1909, o *Tribuna do Caixeiro* divulgou na coluna “Atualidades”

que as relações de trabalho entre os dois polos estavam sendo modificada. Isso se deu devido ao comerciante chamado Camilo Ramos “pagar com tabefes os ordenados dos empregados que despede da sua casa de móveis”. A nota narrou que o empregado Manoel Rodrigues Junior foi demitido por Camilo Ramos e decidiu receber seus ordenados que estava demorando a ser pagos por seu antigo patrão.

Numa das idas ao estabelecimento comercial, com o objetivo de receber o dinheiro, ele foi surpreendido com agressões físicas por parte de seu ex-patrão. Ele acabou sendo empurrado e teve a cabeça partida “com um banco”. É notável que os trabalhadores eram o lado mais fraco da balança na luta por direitos, mesmo nos casos em que eles conseguiam provar seus questionamentos. A nota do jornal alertava para que as ações desse patrão não fossem levadas a cabo pelos outros donos de casas comerciais, a fim de evitar conflitos piores que esse, a nota finalizou com a seguinte expressão: “Deus nos livre que a moda pegue”.

Camilo Ramos acabou sendo preso em flagrante pela agressão ao caixeiro, porém foi solto após o pagamento de fiança. A Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas deu procuração ao advogado Cavalcanti Melo para acompanhar o caso na esfera criminal.⁴⁴ Contudo, notamos que todos os exemplos anteriores nos mostram que a luta dos trabalhadores durante a Primeira República não foi fácil. Não importava qual

44 “Pagamento Século XX”. Tribuna do Caixeiro, 21 de março de 1909.

segmento ou campo de trabalho fosse a atuação, eles sempre precisavam provar e mostrar confiança duas vezes mais que os patrões.

Foi perceptível que o campo judicial foi uma importante ferramenta de atuação dos trabalhadores durante a virada do século XX, sobretudo como mecanismo de acesso aos seus direitos. É, ainda, um campo muito vasto e com grande potencial de estudo para os historiadores e historiadoras do trabalho explorarem. Os trabalhadores do comércio também estavam inseridos dentro desses mecanismos de atuação, mesmo que em diversos momentos eles estivessem tão próximos de seus patrões.

| Referências

- AZEVEDO, A. *O mulato*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.
- BECKER, A.; CAVALCANTI, V. *Constituições brasileiras de 1824 a 1988*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004, vol. 1.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- FONTAINHA, F.; RODRIGUES, P.; FERNANDES, P. A. “A reforma trabalhista de 2017 e seus efeitos: análise do fluxo processual do TRT1”. In: *Opinião Pública: Revista do CESOP*. Campinas, v. 27, n. 3, 2021.

- FRENCH, J. D. *Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. Trad. Paulo Fontes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- MENDONÇA, J. M. N. “Em busca de uma justiça própria – trabalhadores e suas demandas na Primeira República”. In: SCHMIDT, B. B. (org.). *Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação de fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.
- MOREL, R. L. M.; PESSANHA, E. G. F. “A Justiça do Trabalho”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 87-109, 2007.
- RIBEIRO, G. S. “O povo na rua e na justiça: a construção da cidadania e luta por direitos (1889-1930)”. In: SAMPAIO, M. P. F.; BRANCO, M. S. C.; LONGHI, P. *Autos de memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal, Tribunal Regional Federal*. Rio de Janeiro, 2006.
- RIBEIRO, G. S. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 101-117, 2009.
- SCHMIDT, B. B. (org.). *Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação de fontes*. São Leopoldo: Oikos 2010.

Direitos acidentários em Manaus: O que os Jornais mostram (1919–1946)

Wanderlene de Freitas Souza Barros

Os jornais foram o ponto de partida em busca de indícios acidentários nas primeiras décadas do século XX. Eles são de extrema relevância nos estudos da região amazônica, visto que encontramos diversos atores sociais que compõem a dinâmica da cidade. Os periódicos não substituem os documentos oficiais, no caso os agravos de justiça, mas são um indicativo incontestável desses infortúnios. Ao olharmos atentamente a cada folha observamos uma polifonia de vozes nas mais diversas situações e seus posicionamentos; de sujeitos de todas as classes, que saem do silêncio e do anonimato tornando-se novos protagonistas da historiografia. A enorme quantidade de notícias inseridas no jornal mostra-nos uma cidade ativa, que está muito além do interesse das elites, retratando diversos personagens, inclusive trabalhadores – nas notas policiais, nos conflitos grevistas, nos acidentes das diversas naturezas etc.; ou seja, aqueles que Michelle Perrot denominou como “Os excluídos da história” (Perrot, 2017) e que ultimamente merecem destaque em uma série de pesquisas desenvolvidas e em andamento na Amazônia. Segundo Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2009),

Particularmente em relação à imprensa, é fácil constatar que seu uso, faz algum tempo, encontra-se disseminado nos ambientes de trabalho das ciências sociais e das humanidades. Nos diversos campos de pesquisa, da comunicação à semiótica, da crítica literária à educação, a imprensa aparece como fonte e também como objeto de pesquisa (p. 254).

Frequentemente os jornais se constituem enquanto meios de informação, o que nós pesquisadores das humanidades temos como uma “meia verdade”, pois antes de chegar ao papel a notícia passa por diversos olhares e interesses. Desta forma “[...] a face ‘meio de comunicação’ costuma se sobrepôr, nos jornais, à face ‘meio de informação’” (Barros, 2019, p. 183). Entende-se que os jornais dividem opiniões, conjugam valores e podem posicionar-se politicamente.

Pesquisar em jornal nos remete ao termo de Walter Benjamin “escovar a história a contrapelo”, entendendo que independentemente das circunstâncias em que encontramos esses trabalhadores, a pesquisa jamais será motivo para juízo de valor. O fato é que esses personagens, em grande medida, apareciam em momentos conflituosos, seja nas notas policiais ou mesmo de querelas, de resistências e até compondo dados estatísticos. Compondo um corpo coletivo ou individual esses trabalhadores, através de suas ações, quebravam as barreiras capitalistas entre o fim do século XIX e início do século XX. Os acidentes de trabalho, principalmente os que tinham desfecho trágico, era uma forma de identificar a exploração e, sobretudo, as

péssimas condições de trabalho. Assim enveredamos pelo caminho de descobrir alguns atores sociais que compuseram o acidente de trabalho na cidade de Manaus através do Jornal do Comércio.

Jornal do Comércio e um breve contexto político

Todo jornal, ou seja, meio de comunicação, se constitui de forma muito particular. O Jornal do Comércio especificamente tem uma trajetória longa, ainda dos primórdios do século XX, acompanhando vários momentos da cidade manauara. Por meio de uma clientela específica, ele tenta trazer a pauta temas que certamente deveriam atingir seu público-alvo, porém entre as notícias pontuais, ele trata também de assuntos que de certo modo vem envoltos em polêmicas e despertam a curiosidade. Para Maria Helena Capellato (1988), na grande imprensa, “onde se mesclam interesses políticos e lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis. A concorrência do mercado obriga cada jornal a enfrentar os adversários com as armas mais apropriadas a clientela que pretende atingir” (p. 11).

Apesar de ter maior circulação e talvez maior número de leitores, o Jornal do Comércio não invalida os outros jornais que circulavam na cidade; a exemplo dos jornais operários que “representam fontes primárias ímpares para a reconstrução do pensar operário. Material bruto produzido no próprio meio operário, eles são ricos em conteúdo teórico e permitem ao pesquisador

uma radiografia do seu processo de conscientização e organização” (Cardoso; Araújo, 1983, p. 100). Encontramos em muitos jornais operários manauaras, o que Thompson (2004) coloca como o “Fazer-se” enquanto classe operária – trilogia “A formação da classe operária inglesa”. O jornal *A Luta Social*, de distribuição gratuita, é um exemplo que estimula os operários a lutarem por direitos. A nota “A luta de classes” deixa bem claro esse posicionamento:

[...] É preciso impormo-nos ao capital que tudo avassala, e erguermos-nos contra o desdém e o ódio votado aos trabalhadores, com o seu olhar ferino. Necessitamos acabar com a escravidão, preparando a nossa mentalidade com conhecimentos intelectuais, tanto em conferências como em palestras, bibliotecas, e ainda nas escolas práticas, naturais e racionalistas [...] (*A Luta Social*, 29 mar. 2014).

Diante do novo contexto político com a Revolução de 1930, o *Jornal do Comércio*, estrategicamente, silencia. A intervenção Federal, que atinge não só o Amazonas, mas todo o país, tratava seus contrários com censura e coerção. Vicente Reis, mesmo com suas restrições ao governo, ainda comandou o *Jornal do Comércio* por mais de uma década. E em 1943, o jornal é vendido para Assis Chateaubrian – partidário do governo Vargas. Alves (2009) afirma que:

O silêncio é uma forma de resistência e crítica velada e, através da análise da trajetória do JC, posso afirmar que ele não compactuava com o governo

Vargas nesses primeiros sete anos da década de 1930, uma vez que sua livre atuação que vinha desde 1904, estava cerceada. Para o periódico, esses anos, principalmente o de 1937, eram de incertezas para a democracia, que rumava para um caminho no qual as liberdades poderiam ser usurpadas [...] (p. 68).

Vargas utilizou-se dos meios de comunicação para estar presente em todo país pela propaganda e autopromoção. Através de notas jornalísticas, quase diárias, e de um programa diário no rádio chamado “Hora do Brasil”, Vargas disseminou sua tática política de chegar às massas e enaltecer o presidente. Desde o início do governo a propaganda já fazia parte do plano, afirma André Fraga (2023):

Nesse sentido o primeiro setor voltado para produzir, gerenciar e divulgar a propaganda oficial foi constituído já em 25 de maio de 1931. Ou seja, pouca mais de seis meses após a chegada de Vargas ao poder, durante o Governo Provisório (1930-1940), o que revela o interesse imediato do chefe de Estado em dispor de uma seção de administração pública encarregada de tal objetivo. Intitulado de departamento Oficial de Publicidade (DOP), ficou ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e submetido ao jornalista Francisco Antônio Rodrigues de Sales Filho, diretor da imprensa Nacional. Essa experiência inicial esteve basicamente limitada ao setor de rádio fusão, à atuação da censura prévia aos jornais e ao fornecimento à imprensa de informação de atuação política do presidente (p. 154).

O presidente Getúlio Vargas chega a Manaus em 9 de outubro de 1940, colocando em prática, já pelo famoso discurso do Rio Amazonas, o plano de povoamento do Norte, assim como despertar para o potencial econômico e natural aqui existentes. Ele chega reverenciado como o salvador da região, diante de uma população que acredita na legitimação do Estado Novo, acreditando serem finalmente atendidos pelo poder central. Anderson Moura desvela o discurso de uma região abandonada e esquecida pelos governos anteriores, sempre os maiores alvos de Vargas, ao afirmar o desacordo do JC:

No entanto o Jornal do Comercio não corroborou as palavras do ditador proferidas no dia seguinte, O atraso local estava relacionado ao desinteresse dos governantes do que a falta de braços para o trabalho ou as dificuldades que a natureza impunha a homens e mulheres que tentaram anteriormente. E não deixava de ser uma crítica indireta ao próprio Vargas, pois este resolveu olhar a Amazônia com mais interesse exatos 10 anos após chegar ao poder, outubro de 1930 (Moura, 2022, p. 105).

É certo que a data comemorativa do 1º de maio teve seu registro em 1924, ainda no governo de Arthur Bernardes, porém ela foi bem cooptada pelo governo Vargas, que a transformou em uma celebração anual associando a benesses que lançava a cada comemoração. Para Eliana de Oliveira (2012), a relação de Vargas e sua estratégia de consolidar seu governo também através da propaganda, o primeiro de maio torna o trabalhador o ator principal, sendo um dia dispensado à atenção

e comemoração do governo. Porém em contrapartida “[...] a data perdera as nuances de luta e passou a ser de concessão por parte do presidente. Getúlio Vargas aproveitava as comemorações do 1º de maio para anunciar algum novo benefício ao trabalhador. Dessa maneira, reforçava os laços criados entre o presidente e o povo” (p. 6). Assim, ao invés de despertar o temor que se tem de um chefe, o povo começa a enxergar Getúlio como um líder, admirado e respeitado.

O povo do Estado Novo, porém, era um corpo político hierarquizado pelo trabalho e contemplado com alguma forma de participação. Assim, constituía-se um novo ator social, definido como o cidadão de uma nova espécie de democracia. O trabalhador brasileiro era o cidadão da democracia social e o homem da comunidade nacional. Trazido para o centro das atividades políticas, o trabalhador e sua atividade, o trabalho, perderam os contornos que carregavam do passado escravocrata. O trabalho, visto como atividade pouco nobre, passara a ser reconhecido e valorizado como fundamental na construção da nação. Ao adotar esta postura, Getúlio consolidava uma imagem popular de político que dignificava o trabalho e seu agente – o trabalhador (Oliveira, 2012, p. 5-6).

Não devemos afirmar que o Governo Vargas foi realmente o que chamam “Pai dos pobres”. Ele apenas insere o trabalhador, peça importante, para continuidade ao projeto político industrial. Por outro lado, podemos constatar que o trabalhador abraçou a oportunidade de um espaço de fala e de lutas maiores. A primeira lei

de caráter trabalhista se abre em registros jornalísticos, o que era resolvido de forma desigual entre patrão e empregado intramuros. Segundo Fraga (2023),

[...] o Estado criou um conjunto de leis que possibilitou a conciliação dessas demandas por um lado, deu às classes trabalhadoras emergentes do processo de industrialização e da própria urbanização a esperança de participar do jogo político, mas de forma tutelada por meio de sindicatos submetidos ao recém-criado Ministério do Trabalho; por outro lado, controlou o máximo possível seu relacionamento com a classe empresarial/industrial, suprimindo a possibilidade de estabelecer acordos entre classes sem ser via Estado (p. 163-164).

Aos poucos o trabalhador começa a sair da invisibilidade e vai usando suas possibilidades, mesmo que mínimas, entendendo seu valor e importância dentro da sociedade. Veja que mesmo o sindicato que pela lei de 1934 passa para uma suposta “subordinação”, por outro lado ele passa a ter prerrogativas significativas.

Os vários atores sociais dos jornais

Os jornais são atrativos porque nos comunicam inúmeros fatos políticos, sociais, econômicos, entre outros; hoje, em sua maioria eletrônicos, os jornais físicos se tornaram obsoletos ao disputar espaço com a tecnologia. Mas nem sempre foi assim, pois os jornais foram por muito tempo o que tinha de mais moderno e informativo para as cidades. No período em

questão alguns se perderam porque o tempo lhes foi algeoz, e mesmo os arquivos não estavam em condições adequadas de armazenamento, porém neste caso podemos afirmar que a tecnologia lhes foi favorável quando passaram a ser digitalizados. E é por isso que muitos pesquisadores se debruçam sobre essa fonte que nos dá pistas ou que mesmo traz em seu bojo o próprio objeto desejado. Aqui, como falamos no início, buscamos encontrar ao menos pistas que nos levassem a encontrar trabalhadores acidentados, tipos de atividades, entre outras coisas.

Retrocedemos para 1919 buscando identificar se os acidentes eram noticiados de forma correta, pois sobre as críticas ao decreto Ângela de Castro Gomes afirma que era considerada uma lei “manca”, cuja função restringia-se a acalmar os meios operários (2014, p. 111). No Jornal do Comércio, a maioria dos anúncios da década de 1920 traziam mais o sensacionalismo estampado de que o fato que o infortúnio era um acidente de trabalho. As notas eram “Funesto acidente: um carregador desapareceu na voragem do rio Negro” (Jornal do Comércio, 2020), “A imprudência ia ocasionando desgraça” (Jornal do Comércio, 1920), traziam sempre com uma conotação trágica e curiosa, em que se preocupavam mais com o fato do que com as consequências para quem sofreu o acidente, e indiretamente à sociedade. Em contrapartida, duas notas chamam atenção para o direcionamento dado aos infortúnios no exterior, trazendo assim, o benefício trazido ao trabalhador assegurado. A primeira nota mostrava que no exterior já havia seguros coletivos:

Na cidade industrial de Kingoport, na América do Norte, todos os operários foram assegurados coletivamente contra a morte, doenças e acidentes de trabalho. Essa cidade possui uns dez mil habitantes na sua quase totalidade empregados nas suas mais diversas indústrias. Desta maneira todas as famílias receberão auxílios pecuniário em caso de morte e de acidentes. É este o primeiro caso conhecido de uma comunidade adotar semelhante sistema de seguro. A companhia seguradora sustenta vários funcionários que junto do município, exercem uma fiscalização sobre a saúde pública (Jornal do Comércio, 1920).

Veja que a nota mostra um seguro coletivo para acidentes, doenças e morte, em uma cidade industrial dos Estados Unidos⁴⁵. A nota mostrava que o benefício era estendido aos familiares, em caso de óbito do trabalhador; sendo um direito estendido a todos os trabalhadores da comunidade e seus familiares. Colocando em prática um direito do trabalhador necessário já no período da era industrial. Percebe-se então que o JC tinha esse intercâmbio não só com o restante do país, mas com o restante do mundo – algo bem avançado para o período. Na segunda nota “Os Estados: Pará” conseguimos perceber a iniciativa de um advogado em acionar os termos da lei no estado vizinho:

45 Disponível em: <https://iloencyclopaedia.org/pt/part-ii-44366/occupational-health-services/item/159-occupational-health-services-in-the-united-states-introduction>. Acesso em: 15 jan. 2025.

O dr. Ferreira Bedê advogado de Maria do Carmo da Fonseca, mãe do marinheiro Raymundo Fernandes de Souza, vítima de um acidente no trabalho, a bordo do vapor fluvial Rio Yaco, em consequência do qual veio falecer, requereu ao chefe de polícia a abertura de um inquérito sobre a ocorrência. Explica aquele advogado, no seu requerimento que o comandante da embarcação, Joaquim Augusto Martins deixou de proceder a abertura do inquérito (Jornal do Comércio, 1920).

O caso que aconteceu no Pará, e foi noticiado no Jornal do Comércio, trata-se de um acidente com óbito. A mãe do marinheiro acionou a justiça através de um advogado, pois de acordo com o artigo 7º da lei de Acidentes de Trabalho: “Em caso de morte a indenização consistirá em uma soma igual ao salário de três anos da vítima, a qual será paga de uma só vez à sua família, cônjuge sobrevivente e **herdeiros necessários...**” (Decreto lei nº 3.724 de 15 de janeiro de 1919), sendo ela uma herdeira necessária. Nas circunstâncias descritas, o advogado empenhou seu papel em defesa dos interesses da mãe do falecido através da letra da lei. Manifesta a importância da abertura de um inquérito como ritual, que consta na Declaração do Acidente:

Art. 19. Todo o acidente de trabalho que obrigue o operário a suspender o serviço ou se ausentar, **deverá ser imediatamente comunicado á autoridade policial do lugar**, pelo patrão, pelo próprio operário, ou qualquer outro. A autoridade policial comparecerá sem demora ao lugar do acidente e ao em que se encontrar a vítima, tomando as declarações desta, do patrão e das testemunhas,

para lavrar o respectivo auto, indicando o nome, a qualidade, a residência do patrão, o nome, a qualidade, a residência e o salário da vítima, o lugar preciso, a hora e a natureza do acidente, as circunstâncias em que se deu e a natureza dos ferimentos, os nomes e as residências das testemunhas e dos beneficiários da vítima.⁴⁶

Que ainda pesou o fato de o infortúnio ter sido em viagem, quando o acidentado se encontrava embarcado, impossibilitando a polícia de abrir um inquérito; ficando assim, sob responsabilidade do comandante da embarcação a apuração e descrição do ocorrido, em uma fase inicial, o que não foi feito. Mesmo que os dois eventos não tenham ocorrido em Manaus percebemos que a notícia se tornou de conhecimento público, o que poderia contribuir com outros trabalhadores e/ou familiares que buscavam os mesmos direitos. Devemos entender uma mudança significativa nas relações de trabalho reforçadas pela lei em que aos poucos o trabalhador ganha espaço. Covolan e Dias (2018) apresentam o antes e o depois da legislação:

O que se vê, assim, é que as relações laborais, que antes da existência da legislação acidentária se guiavam no universo privado das partes, passaram a ser tuteladas pelo Estado que por meio de funcionários e peritos especializados, contrariam o senso comum, tanto das empresas quanto dos médicos contratados por elas. Se estas esferas de contestação antes eram inexistentes,

46 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-publicacaooriginal-94096-pl.html>.

se antes inexistia um profissional para a defesa do trabalhador, ao longo dos anos a legislação parece ter se robustecido socialmente, ainda que se reconheça o fato de que os trabalhadores que buscavam seus direitos eram minoria (p. 25).

Manaus, uma cidade do primeiro setor e seus riscos

Manaus, nas primeiras décadas do século XX, não podia ser considerada uma cidade fabril. No papel de grande polo exportador do primeiro setor, sua economia girava em torno do comércio, das poucas indústrias e de serviços que movimentavam a cidade. Entre as principais destacava-se a comercialização da borracha e outros produtos do setor extrativista, madeireiras, atividades no porto, serviços públicos – atendidos em sua maioria por concessionárias, diversas casas aviadoras, fábricas de cerveja e guaraná, olarias, cigarros, utensílios de borracha, entre outras. Apesar de nas primeiras décadas, apontamentos do Centro Industrial do Brasil indicarem maior índice de estabelecimentos e operários, Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Luis Balkar Pinheiro (2017) afirmam que:

Já pelos dados do censo de 1920, o primeiro a contemplar informações sobre a indústria e a agricultura, os números mostram-se bem menores (636 operários em 69 estabelecimentos “Industriais”), seguramente como resultado da crise generalizada da economia de exportação da borracha (p. 36).

Dentro das atividades desenvolvidas na cidade, pela quantidade de serviços, principalmente de oficinas

e marcenarias, observa-se a propensão a uma maior quantidade de acidentes, principalmente por serem atividades, em grande medida, de cunho artesanal; o que aumenta o grau de risco para infortúnios. Na década 1930, principalmente a partir de 1935, o Jornal do Comércio começa a informar diariamente sobre acidentes ocorridos e quais eram as empresas envolvidas. A princípio conseguimos contabilizar 44 empresas, das mais variadas, que compunham a economia da cidade e, dentre elas podemos citar: Fábrica de cerveja amazonense, Boot Line, Amazon Engineering, Amazonas Borracha Ltda, Manaus Tramways, J. G. Araújo, entre outras. Em 1937, na nota intitulada **ACCIDENTES** tinha as seguintes informações: nome das empresas, nome dos trabalhadores e se estavam segurados ou não.

Partindo do Decreto nº 24.637, de 10 de julho de 1934, podemos perceber algumas mudanças na lei, que realmente vem em favorecimento do trabalhador. Porém, o seguro de acidentes de trabalho deixava bem claro a quem competia executar o seguro – Art. 40. Em seguros contra acidentes do trabalho, poderão operar somente as **companhias ou sindicatos que forem expressamente autorizadas a fazê-lo pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, o qual expedirá as necessárias instruções, regulando as condições indispensáveis à sua atividade nesse ramo de seguros⁴⁷. Em contrapartida, observamos que só estariam aptos a

47 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24637-10-julho-1934-505781-publicacaooriginal-1-pe.html>.

com a autorização do Ministério do Trabalho, sugerindo uma espécie de controle amarrado a essa condição.

As inúmeras empresas estrangeiras estabelecidas em Manaus⁴⁸, nas primeiras décadas do século XX, certamente se ordenavam através de estatutos e leis trabalhistas existentes desde o século anterior nos países europeus e norte-americanos. E dentro de sua estrutura hierárquica, não só havia proprietários estrangeiros nessas grandes empresas, mas alguns funcionários patrícios. Assim, no Jornal identificamos uma nota sobre seguro acidentário mesmo antes do decreto de 1934:

No dia 14 de setembro de 1929, estando a serviço nos estaleiros do Amazonas Engineering C^o Ltda, sofri um acidente no trabalho e fui imediatamente entregue a Companhia Nacional de Seguros Ypiranga, que me internou no hospital, confiando-me a competência e desvelados cuidados dos exmos srs drs Turiano Meira e Agenor de Magalhães.

Completamente satisfeito com o tratamento que me foi dispensado e também pela indenização que acabo de receber da Companhia Ypiranga, venho tornar público estes fatos que muito abonam a lisura e os créditos da companhia em referência.

Manaus, 25 de janeiro 1930.

Manoel Lopes de Mello (Jornal do Comércio, 1930).

48 É numerosa a lista dos empreendimentos britânicos, europeus e norte-americanos na Amazônia durante o ciclo da borracha. Esses investimentos foram responsáveis pela montagem da infraestrutura econômica de serviços públicos básicos, como portos, navegação, transporte urbano, comunicação, energia, saneamento, que permitiram a criação dos pré-requisitos fundamentais para ensejar um maior desenvolvimento e bem-estar das populações. Obra “Amazônia formação social e cultural” de Samuel Benchimol.

Amazonas *Engineering* C^o Ltda, empresa fundada em 1912, atuante no setor de estaleiro e oficina naval, pertencente ao Reino Unido, era uma das concessionárias estabelecidas na cidade de Manaus. O trabalhador relata sua experiência após um acidente ocorrido no local de trabalho, cujo mesmo recebe todo o suporte da Seguradora e, inclusive, a indenização. Como a nota tratava-se de um agradecimento público não temos nenhuma informação adicional além do nome do trabalhador, que se identifica. No entanto, os detalhes informados por ele nos levam a inferir que, provavelmente, tinha conhecimento da lei acidentária; e caso fosse estrangeiro conhecia sobre as apólices criadas para acidentes desta natureza.

Os acidentes mais graves poderiam até vir em quase metade de uma página no Jornal do Comércio, e neles era recorrente alguns locais e personagens: acidentado, empresa, autoridade policial, farmácias, hospitais, médicos e peritos. Todos têm sua relevância no processo acidentário, porém devemos destacar a importância do perito, visto que é esse profissional que traz informações fundamentais para que o trabalhador tenha seus direitos e garantias. Dentre os peritos que conseguimos encontrar no Jornal do Comércio estão: Dr. Fulgêncio Vidal, Dr. Agenor de Magalhães, Dr. Almir Pedreira, Dr. Ângelo D’Urzo, Dr. Antônio Hosannah da Silva – nome dado ao IML do Estado do Amazonas, Dr. João Veiga. Na nota “UMA QUEDA DE QUE RESULTOU A MORTE” encontramos um infortúnio acontecido no porto que demandou a apresentação do perito ao local:

[...] compareceu ao local o comissário interino Brígido Gasado Lima que se fez acompanhar do médico legista Dr. Ângelo D’Urzo e de um investigador, fazendo-se então o levantamento do cadáver que, a seguir, foi transportado para o necrotério da Santa Casa onde se realizou a autópsia [...] (Jornal do Comércio, 1937).

O que os periódicos nos apresentam são trabalhadores em diversos segmentos urbanos, que descortinam a quase cristalizada percepção dos memorialistas que a cidade viveu a inércia nos anos de crise; trazendo para nós pesquisadores um repensar da nossa historiografia regional. E que através da história “vista de baixo”, pois “Não é arriscado supor que a voga crescente das reconstituições micro-históricas esteja ligada às dúvidas crescentes sobre determinados processos macro-históricos” (Ginzburg, 1989, p. 172) pudemos resgatar a existência ativa e participativas de grupos além das elites. O contingente que se manifestou nos anuários ganhou rostos e nomes particulares. O Jornal do Comércio em suas notas acidentárias, que buscava cooptar leitores, acabou cumprindo indiretamente um papel social. Segue algumas notas:

Foi vítima de um acidente no trabalho

No bairro da Cachoeirinha, um lavrador foi vítima, ontem, de um acidente no trabalho. Chama-se Agostinho Manoel de Menezes e é paraibano, de quarenta e um anos de idade. Trabalhava em um terreno de propriedade de Sinfrônio Alfredo por conta deste. As quatorze horas, mais ou menos. Agostinho empenhava-se na derrubada de um

capão de mato, utilizando-se de uma foice. Em certa ocasião ao desfechar um golpe com o instrumento, aconteceu este resvalar em uns cipós, indo ferir o lavrador na coxa esquerda, fazendo um golpe de quinze centímetros, mais ou menos, de extensão. Agostinho foi receber curativo na Santa Casa, recolhendo-se em seguida a sua residência a avenida Wapés, onde ficou em tratamento por conta de seu patrão (Jornal do Comércio, 1930).

Nesse caso percebemos uma situação de trabalho informal, mas que contratante e contratado, certamente tinham uma relação frequente na prestação de serviço, pois o jornal ao final afirma que Sinfrônio era patrão de Agostinho. Tendo em vista que o acidente precisava apenas de curativo e tratamento, Agostinho foi encaminhado à Santa Casa e seguiu o tratamento por conta do suposto patrão. Um caso não muito comum, pois os informais em geral não tinham direitos ao amparo da lei. Em 1935 passam a ser recorrentes as notas acidentárias:

Mais dois casos de acidentes no trabalho

A firma Manacapuru Industrial Ltda, participou ontem a policia dois casos de acidentes no trabalho ocorridos na serraria de sua propriedade.

Ambos verificaram-se anteontem, as dezesseis e as quatorze horas, sendo vítimas, respectivamente, os operários Odilon Silva e Antônio José de Farias. O primeiro percebia cinco mil e quinhentos reis e o segundo cinco mil reis, diários.

Deu causa aos acidentes o fato de os aludidos operários serem batidos por toros de madeira.

Ficaram aos cuidados da companhia em que se achavam segurados (Jornal do Comércio, 1935).

A empresa acima tratava-se de uma serraria; trabalho que sugere alto grau de risco laboral; e que era bem comum em Manaus nas oficinas ou pequenas fábricas de beneficiamento. Frequentes também eram os acidentes nesses estabelecimentos, tanto que no mesmo dia dois trabalhadores se acidentaram e, as notas recorrentes no periódico corroboram para essa dedução. O valor que recebiam era uma importante referência em caso de indenização. E outro fato que chama atenção é que coincidentemente a partir de 1935, na maioria das vezes, o último parágrafo mostra a condição de segurado ou não do acidentado. Acreditamos que não seja mera coincidência, mas sim uma forma de chamar atenção caso a empresa não estivesse cumprindo essa determinação da Lei implantada em 1934. Não pudemos fazer apontamentos ou reflexões no ano de 1936, tendo em vista a ausência de fontes no site da Hemeroteca Digital – talvez em outro momento encontre novos fragmentos que levem a data citada os jornais físicos de algum arquivo. Em 1937 e 1938 através da nota *Accidentes* seguem mais dois dias de acidentes:

A polícia foi ontem notificada de que sofreram acidente quando trabalhavam nos estabelecimentos de seus patrões os operários Manoel Antônio de Oliveira e José Antônio de Souza da firma Manacapuru Industrial Ltda; Zeferino Gonçalves de Souza, da firma Joaquim Gonçalves, Lauro Joaquim da Costa, da firma Pereira Irmãos, José Ferreira,

da firma Peres, Sabbá e Companhia; e Antônio Silva da Manaós Harbor. Todos os seis achavam-se devidamente segurados (Jornal do Comércio, 1937). Verificaram-se ontem dois acidentes no trabalho com os operários Maximino Silva e João Pereira Lucena, empregados respectivamente das firmas Peres, Sabbá e companhia e Hadad e companhia. Ambos os pacientes foram socorridos pelas companhias em que estavam segurados (Jornal do Comércio, 1938).

A nota ACCIDENTES passou a enumerar os diversos acidentados diariamente, na nota acima com seis operários, tendo em outra ocasião a ocorrência de doze acidentados no mesmo dia. Algumas empresas lideravam na incidência acidentária, como era o caso das serrarias, porto e comércio de estivas. O seguro feito pelos patrões foi uma forma de transferir o “problema” – era como a maioria via o empregado, para um terceiro. Ademais, as péssimas condições e excesso de horas trabalhadas continuavam a existir no ambiente de trabalho, inexistindo a prevenção, como se os trabalhadores fossem peças de um jogo a serem substituídos, em caso de “inutilidade”.

A tragédia que comoveu a cidade

Das notícias diversas que encontramos nos jornais sobre os acidentes de trabalho, e que reforçaram a busca nos arquivos do TJAM, voltamos aos jornais após um infortúnio que ocorreu em uma fábrica de foguetes. Através de uma ação acidentária, especificamente um agravo de petição, que foi impetrado pela irmã de uma

das vítimas. E eis que encontramos quase uma folha inteira no JC sobre o fato. O título era “TOTALMENTE DEVORADA PELAS CHAMAS: Cenas de horror e pânico entre o fogo e as explosões” (Jornal do Comércio, 1946). O incidente aconteceu na foguetearia Iracema, de propriedade do sr. Felogênio Ferreira, situada no bairro Cachoeirinha. Iniciou com uma explosão e em seguida um incêndio de grandes proporções. Mas o jornal descreve sobre a origem do ocorrido, é que “Ele nasceu mais da imperícia e da impropriedade dos métodos empregados no fabrico de foguetes, do que de um capricho do acaso”. Os métodos antiquados utilizados na preparação dos explosivos colocaram todos de frente a um perigo iminente.

Um lugar extremamente perigoso, que bastava uma primeira explosão para que as chamas tomassem maiores proporções em fração de minutos. Aconteceu que “Do depósito de pólvora as labaredas passaram para as prateleiras e daí para um balcão em que trabalham diversos empregados, devorando em seguida, a fábrica inteira, que se viu assim transformada num montão de ruínas” (Jornal do Comércio, 1946). Percebemos que buscando maiores informações sobre o empregado que veio a óbito (e que estava descrito na Ação do TJAM) encontramos outros trabalhadores que tiveram sequelas no incêndio; no entanto não estavam entre as Ações do arquivo do Tribunal.

O jovem trabalhador que faleceu no incidente, Manoel Francisco Gomes, em um primeiro momento conseguiu escapar do local, mas resolveu voltar para

ajudar a combater as chamas; atitude essa que pagou com a própria vida. Chegou a munir-se com uma lata de água “Ao iniciar o combate ao fogo foi surpreendido por forte explosão. Bastante queimado, tentava escapar, quando a ponta de um sarrafo, sobre a qual caiu, atingiu-lhe em cheio o pescoço. O golpe recebido foi fatal. Ao ser conduzido para a assistência faleceu” (Jornal do Comércio, 1946).

Observamos que ao buscar os trabalhadores envolvidos em acidentes encontramos nos jornais, a grande maioria, composta pelo sexo masculino. Mas essa notícia nos levou a encontrar trabalhadoras que estavam no momento do incidente e que sofreram as consequências de queimaduras pelo corpo. Independentemente de não entrarem com uma Ação acidentária indenizatória, não podemos invalidar a presença de mulheres no trabalho. Maria Luiza Pinheiro e Luis Balkar Pinheiro (2017) ao referirem-se a ínfima contabilização de mulheres empregadas em Manaus, baseada no recenseamento, afirmam que “Esse não é, todavia, um número que expresse a realidade integral do período compreendido pelas duas décadas iniciais do século XX” (p. 36).

Dentre os casos mais graves, além de Manuel teve Raquel dos Santos com fortes queimaduras por todo o corpo. Ainda sofreram queimaduras as trabalhadoras Clotilde dos Santos, Iracy de Oliveira Lucas, Joana Marques e Alcinda Lopes; a maioria eram jovens entre 18 e 19 anos. Todos receberam os primeiros socorros no local pelas viaturas dos SUS, que foram ao encontro

das vítimas assim que avisadas. Receberam alta os que inspiravam menos cuidados para recuperação em domicílio, mas em caso de força maior seriam internados na Santa Casa de Misericórdia.

O sinistro literalmente inflamou a cidade que além das viaturas de saúde, teve a presença do comissário Lindolfo Marques e do agente Theogenes Melo – resolvendo as providências policiais. O interventor federal interino, Raimundo Nicolau da Silva, se fez presente no local, acompanhando de perto o resultado do incêndio, e compareceu à Santa Casa, providenciando o leito para a trabalhadora Raquel.

O prejuízo para o proprietário foi de grande monta, visto que a foguetearia não estava assegurada contra sinistro. Isso nos leva a dedução de que, muito provavelmente, nenhum dos empregados estavam assegurados, levando em consideração que o falecido funcionário não estava devidamente registrado. Levando em conta que em 1946, além da lei acidentária, os trabalhadores já tinham um código que regia o trabalho – a CLT. Percebe-se como muitos patrões burlavam a legislação trabalhista, chegando mesmo, em certos casos, a intimidar seus operários para que não prestassem queixas nos órgãos competentes. Silvia Baraúna ao pesquisar prontuários da Santa Casa de Misericórdia traz algumas intercorrências que remetem, provavelmente, a um acidente de trabalho, como o caso de Pedro Barbosa da Silva, que foi internado na Santa Casa de Misericórdia “[...] trabalhava como estivador na cidade. Sua internação foi motivada por uma contusão

no tórax, as informações não acusam se foi um acidente no trabalho, mas pelas características de sua profissão tudo indica que sim” (Baraúna, 2010, p. 76).

Como podemos apurar a série de relatos sobre acidentes de trabalho no Jornal do Comércio contribuíram para mapear as vítimas, tipo de função exercida, se estavam seguradas ou não, entre outras questões.

Considerações Finais

Os jornais foram um aporte essencial para um levantamento substancial sobre os acidentes de trabalho na cidade de Manaus, ainda nas primeiras décadas do século XX. Através do Jornal do Comércio já foi possível evidenciar acidentes recorrentes em empresas específicas do tipo serrarias, empresas de navegação, comércio de estivas, oficinas, entre outras, que possuíam alto grau de risco acidentário.

As notas com o passar do tempo tornaram-se recorrentes, o que reforçou a lei, e de certo modo, foi importante para apontar essas empresas e trazê-las à responsabilidade, via amparo pós-acidente, e mais à frente com a feitura do seguro acidentário. Cabe lembrar que a lei acidentária, assim como, as leis do código trabalhista foram resultado da luta de trabalhadores, mesmo antes do governo Vargas – embora alguns ganhos tenham acontecido pós-1930.

Dentre os personagens que ilustram as páginas do JC podemos apontar além das próprias vítimas, proprietários das empresas, advogados, seguradoras,

autoridades policiais, médicos peritos, e tantas outros, arrolados no infortúnio do trabalho. Cada um trazendo uma posição de fala que, algumas vezes, culminavam em longas Ações judiciais.

O fato de a maioria dos trabalhadores do jornal estarem assegurados não se deve apenas a bondade dos empresários, ou mesmo pelo cumprimento e respeito às leis, mas tornou-se também uma forma de passar o “problema” adiante.

Desta forma, o JC do Comércio tornou-se uma peça importante na composição e construção das leis acidentárias e seus usos na cidade de Manaus. Tendo em vista a relevância da primeira lei de caráter trabalhista no viés de uma construção regional.

Referências

- ALVES, H. G. *Imprensa e poder: a propaganda Vargasista na Imprensa amazonense (1937-1945)*. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de História, Pós-graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- BARAÚNA, S. M. Q. *Condições Sociais de Migrantes em Manaus, 1920-1945*. 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de História, Pós-graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- BARROS, J. D. *Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 357.

- BENCHIMOL, S. *Amazônia formação social e cultural*. 3. ed. Manaus: Valer, 2009. p. 546.
- CAPELLATO, M. H. R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CARDOSO, A. M. L.; ARAÚJO, S. M. P. Jornais operários: metodologia para análise histórica do discurso operário na primeira república. *Revista da Associação Paranaense de História: História, Questões & Debates*, Curitiba, v. 6, p. 99-110, jun. 1983. Semestral.
- COVOLAN, F. C.; DIAS, C. E. O. História da Legislação social brasileira: os acidentes de trabalho entre 1919 e 1940. *Prima Facie*, Paraíba, v. 17, n. 35, p. 1-35, 17 jul. 2018. Semestral.
- CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto em História: História e Imprensa*, São Paulo, v. 35, p. 253-270, 22 dez. 2009. Semestral.
- FRAGA, A. B. Os departamentos de propaganda e censura. In: MOURELLE, T. C.; LAGO, M. C.; FRAGA, A. B. (orgs.). *Dicionário do governo Vargas: da revolução de 1930 ao suicídio*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2023. p. 153-158.
- GINZBURG, C. O nome e o como: troca desigual e o mercado historiográfico. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. (orgs.). *A Micro História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178. (Memória e Sociedade). Tradução: Antônio Narino.

- GOMES, A. C. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014
- MOURA, A. V. À ESPERA DE VARGAS: a recepção do “discurso do rio Amazonas” entra as classes patronais. In: BARROS, W. F. S.; MOURA, A. V. (orgs.). *Entre o autoritarismo e a modernização: Vargas e a Amazônia*. Manaus: Crv, 2022. p. 101-109.
- OLIVEIRA, E. Na Vanguarda da era da visibilidade: Getúlio Vargas e as imagens do 1º de maio. *Revista Temática*, Paraíba, v. 8, n. 5, p. 1-11, maio 2012. Mensal.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017. Tradução de Denise Bottmann.
- PINHEIRO, L. B. P.; PINHEIRO, M. L. U. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 248.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 3 v. Denise Bottmann.

Fontes

Jornais

A Lucta Social, 29 mar. 2014.

Jornal do Comércio, 05 jan. 2020.

Jornal do Comércio, 26 jan. 1930.

Jornal do Comércio, 03 jan. 1930.

Jornal do Comércio, 02 fev. 1920.

Jornal do Comércio, 20 mar. 1920.

Jornal do Comércio, 01 mar. 1938.

Jornal do Comércio, 19 out. 1920.

Jornal do Comércio, 20 out. 1935.

Jornal do Comércio, 16 out. 1937.

Jornal do Comércio, 12 jun. 1946

Jornal do Comércio, 11 dez. 1937.

Leis e Decretos

Decreto Lei nº 24.637, de 10 de julho de 1934.

O Mundo da borracha sob o olhar do patrão: A Revista da Associação Comercial do Amazonas – ACA (1908-1920)

Daniel Barros de Lima

Esta pesquisa explora uma abordagem metodológica focada na análise das diferentes e, por vezes, antagônicas posições que a imprensa amazonense adotou em relação à figura do seringueiro, assim como de outros sujeitos históricos na Amazônia. Como demonstração disso, nesse momento, nosso enfoque recai sobre a *Revista da Associação Comercial do Amazonas*⁴⁹ (doravante *Revista da ACA*), uma entidade patronal que congregava os interesses de comerciantes de borracha e proprietários de seringais.

Na *Revista da ACA*, foram identificadas diversas referências ao seringueiro, suas práticas de trabalho e sua condição socioeconômica. O estudo considera o período de fundação da revista, em 1908, até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, quando a crise econômica da borracha na Amazônia se acentuou.

49 De acordo com o site da organização, a Associação Comercial do Amazonas (ACA) foi fundada em 1871 “[...] quando a província mal contava vinte anos de existência [...] A primeira década do século seguinte é caracterizada pelo ciclo da borracha de fastígio e progresso no Estado [...] A 5 de julho de 1908 é lançada a Revista da ACA com vida longa e que tantos serviços prestou ao empresariado”. Disponível em: <http://www.aca.org.br/conheca-aca/historico/>. Acesso em: 01 nov. 2015.

Este intervalo abrange tanto o auge da economia da borracha quanto os anos de sua desvalorização e decadência.

A maneira como a *Revista da ACA* se referiu ao seringueiro foi singular, construindo imagens e representações de sua figura por meio de seus discursos. O período de atuação da revista parece coincidir com os últimos esforços para conter a crise econômica que já se anunciava há anos e, assim, tentar prolongar a vida da economia da borracha.

Antes de abordar os objetivos centrais deste estudo, é necessário compreender o papel desse importante periódico como fonte histórica, essencial para entender uma parte significativa da história do Amazonas, especialmente no que diz respeito à formação do patronato amazonense durante a era da borracha.

Este estudo é, portanto, predominantemente documental, mas também bibliográfico, com a utilização de artigos recentes sobre o tema. Além disso, serão analisadas algumas matérias da imprensa que, de maneira qualitativa, demonstram como essa relação afetou a sociedade brasileira em geral e como ela ainda pode gerar desdobramentos inesperados na arena política nacional no futuro próximo.

A Revista da ACA: propósito e função social

Este estudo inicia com a importante pesquisa de Alexandre Nogueira Avelino, que serve de orientação para a compreensão das questões relacionadas à

Revista da ACA. Avelino (2008) procurou entender, por meio da revista, como o patronato amazonense foi se constituindo. Sua pesquisa não apenas classifica as práticas patronais, mas também busca compreender o contexto dessas práticas, as linhas de pensamento e as atitudes do patronato, especialmente em momentos em que os interesses financeiros se sobrepunham às relações humanas.

A primeira edição da *Revista da ACA* revela uma decisão da diretoria sobre a criação do periódico:

O jornal que a Associação quer criar e fundar terá a denominação de *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, será publicada mensalmente sob fiscalização do presidente e direção de um redator chefe, nomeado pela Diretoria. Sua distribuição será gratuita, e o preço de sua venda avulsa será estabelecido pela Diretoria (*Revista da ACA*, 1908).

Essa breve nota de apresentação sugere que havia um plano editorial estruturado, com uma chefia de redação e uma fiscalização voltada para regulamentar o conteúdo publicado. O objetivo geral da revista era disseminar ideias, notícias, boletins e artigos relacionados à conjuntura socioeconômica da região.

O Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, realizado em Manaus em 1910, foi uma tentativa de fortalecer a economia amazonense e superar a crise que já se anunciava. Durante todo o ano de 1909, a *Revista da ACA* mencionou frequentemente o evento, trazendo orientações para o empresariado, informações sobre empresas do exterior confirmando presença, além dos

preparativos e da organização do congresso. A repetição dessas informações visava divulgar amplamente o evento e atrair o maior número possível de interessados no comércio regional.

Um fragmento de um desses artigos sobre o Congresso revela a expectativa dos organizadores:

Por força de dispositivo de nossos estatutos vamos celebrar nesta cidade, em fevereiro de 1910, um Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, destinado a ser um expoente instrutivo da bacia amazônica, quer a que corresponde ao Brasil, quer a que pertence aos países limítrofes ao Estado do Amazonas. Já pela distância que nos separava a todos, já pelas condições fisiográficas, parecia impossível realizar uma obra dessa magnitude, que as prevenções e as rivalidades neutralizavam sempre. Agora o ambiente é outro. Crescemos tanto que não há mais receio de uns serem absorvidos pelos outros (Revista da ACA, 1910).

Este trecho ilustra a importância do evento e a superação dos obstáculos, como as distâncias geográficas e as rivalidades internas da classe patronal. A confiança no crescimento da região foi um fator que levou os empresários a se unirem em defesa de seus interesses.

Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015) destaca que, no início do século XX, o patronato passou a adquirir uma maior conscientização de classe. A classe patronal, como a classe trabalhadora, passou por um processo de organização e definição ideológica. Em Manaus, a *Associação Comercial do Amazonas* foi precocemente fundada em 1871 e, embora tenha surgido com o intuito

de uniformizar o discurso dirigido às autoridades governamentais, também procurava afirmar sua ascensão social e legitimação como classe dominante.

Pinheiro (2015) afirma que:

O patronato esteve sempre atento aos perigos que o exercício da dominação impunha e por isso buscaram organizar-se em associações e, inclusive, atuar enquanto classe, [...] De fato, da mesma forma como ocorreu no processo de conscientização e organização dos trabalhadores, também os segmentos patronais vivenciaram inicialmente experiências organizacionais tímidas e ideologicamente pouco definidas. Em Manaus, o principal órgão patronal, a Associação Comercial do Amazonas, precocemente fundada em 18 de junho de 1871, parece ter surgido muito mais com o intuito de uniformizar um discurso que, dirigido especificamente às autoridades governamentais [...] Criar vínculos de identidade respondia, portanto, à exigências menos perceptíveis (mas muito poderosas) de ascensão social e legitimação enquanto classe dominante (p. 127-128).

A revista reflete essa fase de grande euforia e otimismo entre os empresários, que viam seu crescimento como um motivo para se unirem e defenderem seus interesses coletivos. Esse otimismo foi expresso na afirmação de que haviam crescido tanto que não podiam mais se manter afastados, consolidando-se como um poder influente na sociedade.

O artigo também destaca a priorização da borracha em detrimento de outros produtos. Após convidar autoridades e empresários para o Congresso, o redator

mencionou a cultura da borracha, destacando que outras atividades extrativas, como o cacau e a castanha, seriam discutidas apenas em “congressos subsequentes”, ou seja, a prioridade era a cultura da borracha: “Para isso lhe anexamos uma pequena Exposição e um horto de demonstração prática do plantio da *Hevea brasiliensis*. Em congressos subsequentes atenderemos o cacau, a castanha, as plantas alimentares e industriais pecuárias e saccharinas” (Revista da ACA, 1910).

Davi Leal (2007) argumenta que a borracha dominava a economia regional, criando uma dependência excessiva desse produto, o que limitava a diversificação econômica. A noção de “ciclo econômico” de Leal, marcada por um caráter teleológico, sugere que os ciclos econômicos têm um começo fenomenal, mas inevitavelmente se esgotam, criando espaço para novos produtos. Esse modelo de pensamento, focado na borracha, impediu que outras atividades produtivas tivessem um papel significativo na região.

Patrícia Sampaio (2014) também aborda a questão da concentração na borracha, afirmando que a atividade extrativa não pode ser encarada como elemento definidor da estrutura econômica da região. Embora seja lucrativa, não representa a totalidade da economia. A pesquisa confirma essa visão ao mostrar que, na *Revista da ACA*, a borracha era o centro das atenções, enquanto outras potencialidades econômicas eram postergadas. Sampaio (2014) observa:

[...] a incidência de momentos de ‘picos’ na produção extrativa, deve ser analisada como um fenômeno de uma determinada conjuntura, não podendo a atividade extrativa ser encarada como elemento definidor da estrutura, considerando que é apenas uma parte dela. Ainda que os produtos gerados pela economia extrativa possam, eventualmente, responder por uma vinculação mais rentável com o mercado, não é possível definir esta estrutura como basicamente extrativa (p. 67).

Por fim, a *Revista da ACA* também alertou para os riscos da exploração desordenada dos seringais, que resultava na devastação das plantações e na queda da produtividade.

A falta duma exploração metódica e as exigências duma colheita mais avolumada, causam, dia a dia, a devastação dos seringais. Não nos cansaremos de avivar este perigo, que só pode redundar em prejuízo de nossa supremacia nos mercados consumidores. Cada vez mais, o seringueiro penetra o interior das matas à procura de novos veios de ouro negro [...] Si por um lado essa penetração aumenta o trabalho extrativo da goma, é certo que, por outro, torna mais dispendiosa a indústria e encarece consideravelmente o transporte do produto até à margem dos rios ou aos portos de embarque (Revista da ACA, 1908).

A falta de uma exploração metódica e a necessidade de uma colheita mais eficiente eram visíveis como fatores críticos para a sobrevivência da economia da borracha. A *Revista da ACA* destacava que, sem a adoção de práticas agrícolas mais modernas, os seringais enfrentariam uma

rápida manipulação, comprometendo a capacidade de produção e aumentando os custos. A resistência à mudança era palpável, com muitos produtores ainda presos aos métodos tradicionais, o que refletia um dilema constante entre manter práticas antigas e adotar inovações necessárias para a sobrevivência no mercado global.

O texto demonstra que a ACA reconhecia dois fatores preponderantes para que a empresa da borracha não viesse a se exaurir, como era o caso das próprias seringueiras que não eram submetidas ao método adequado de corte e colheita do látex. Este seria o primeiro fator, que é, conseqüentemente, causa do segundo, a saber, a necessidade de uma produção de borracha que suprisse a demanda internacional.

Representações do seringueiro e de outros sujeitos na Revista da ACA

O tema da borracha é recorrente neste estudo, mas, pela *Revista da ACA*, percebe-se um interesse explícito em evitar o prejuízo “de nossa supremacia nos mercados consumidores”. O fato é que o seringueiro é sempre citado em segundo plano, e como parte de um processo decadente e improdutivo, já que, quanto mais ele produz, pouco altera o quadro maior e geral, a saber, o quadro dos interesses dos empresários da borracha.

Tem-se observado que uma soma de muitos fatores causou a derrocada da borracha e, hoje, mais de cem anos depois, através de muitos estudos sobre o tema,

ainda permanece, como que a inebriar pela busca, a tarefa de explorar outros aspectos intrigantes dessa história. Maria Luiza Pinheiro (2015) expõe o que torna ainda mais complexo o trabalho da borracha:

Outro grande problema enfrentado estava ligado ao caráter sazonal da economia amazonense que, como vimos, estava pautada nos ritmos de exploração da borracha. Como a coleta desse produto ocorria somente no verão, momento em que as chuvas diminuía possibilitando a extração do látex, a vida portuária refletia essa sazonalidade com uma constância maior de embarcações chegando e saindo durante os meses de novembro a março (p. 109).

Em sua pesquisa, Avelino (2008) apresenta com clareza que o patronato ligado à Associação Comercial é composto principalmente por proprietários de casas de comércio e de donos de seringais. Um conjunto de princípios e ideias nortearam suas ações que seriam a última oportunidade de preservar suas posses e seu poder econômico relacionado, direto ou indireto, à borracha. Assim, os patrões buscaram apoio em instâncias maiores do poder político, o que nem sempre foi alcançado facilmente.

Estamos falando da intervenção direta do Governo Federal no sentido de defesa da economia da borracha, intervenção que foi comprovadamente incapaz de conter a crise que se avizinhava, principalmente pela produção asiática.

A Revista publicou uma nota destacando a ignorância do seringueiro que, segundo o discurso patronal, era

considerado trabalhador rústico e ignorante em seu método de extração da borracha, sendo suas práticas comparadas à atitude que tiveram os plantadores do Oriente: “Esse despertar, infelizmente, não alcançou senão os espíritos mais precavidos, continuando a maioria dos nossos seringueiros na antiga rotina [...] por uma ignorância ou indiferença que lhes será fatal” (*Revista da ACA*, 1911).

No jornal *O Mariuaense*, do proprietário Coronel Antônio Nogueira de Campos, um abastado dono de seringais em Barcelos/AM, vê-se como o seringueiro é representado no discurso patronal:

Se os seringueiros se empregassem no plantio de cereais, durante os sete meses que não são destinados ao trabalho da borracha, teriam a paz e a fortuna. Fazem o contrário, desperdiçam o tempo, gastam-no em diversões condenadas e quando chega o fabrico da borracha eles, por mais que trabalhem, não podem pagar pelo que gastaram no longo e pesados meses que não foram iluminados pelo trabalho [...] queixam-se do patrão, afirmando que ele vende tudo pelo mais alto preço e por isso estão em atraso, quando o atraso vem de longa vadiagem e da sociedade que é promotora de todas as podridões (*O Mariuaense*, 1897).

Esse discurso revela como os seringueiros eram vistos pelos patrões como vagabundos e perigosos para a sociedade, ligados a vícios e comportamentos imorais. O patronato sugeria que, se os seringueiros fossem ordenados e comprometidos durante os meses de inverno, alcançariam paz e fortuna. No entanto, isso era

exceção, já que apenas uma minoria prosperou, muitas vezes não por plantar cereais, mas por outros fatores. A maioria dos seringueiros nunca enriqueceu, mas se escravizaram pelo trabalho.

Em outro número da *Revista da ACA*, um longo artigo foca no futuro do Amazonas, nos “ganhos potenciais” de uma mão de obra como fonte de riqueza para o seringueiro:

Pudesse o seringueiro produzir uma grande parte do que consome e outras seriam as suas condições em riqueza e conforto. Seria mais rico, porque os valores que dá em troca dos gêneros que poderia produzir e não produz, constituiriam economias valiosíssimas que dentro de pouco tempo lhe asseguraria uma pequena fortuna. Teria mais conforto, porque o aumento de riqueza o traz sempre (*Revista da ACA*, 1911).

Essa era a tônica dos artigos produzidos pela *Revista da ACA*, os quais tratavam de toda a complexidade da economia da borracha, construindo um discurso em que o seringueiro era fundamental no processo de trabalho, desde que transferido aos valores e interesses do patronato. Este sempre pintava o quadro daquele seringueiro, e nenhum outro sujeito ou fator externo, era o responsável pela sua condição.

A historiografia mostra que toda a produção do seringueiro foi trocada por gêneros diversos necessários à sua sobrevivência e que estes, como afirma Euclides da Cunha, “traziam preços elevados” (Cunha, 1999, p. 8-9). Nesse sentido, vê-se incorporar no discurso a

ideia de que, se o seringueiro produzisse mais do que consumia, teriam suas condições em riqueza e conforto. Um discurso que, além de falacioso, é falso e enganador.

Outra questão, mencionada anteriormente, é a que diz respeito às práticas de vícios, reveladas como práticas de lazer:

Por vezes o álcool e a prostituta eram as únicas e melhores companhias daqueles homens que chagavam ao fim do dia, da semana ou do mês, cansados de tanto trabalho, de tanta exploração e da humilhação de mendigar um emprego ou de ter que se submeter às atividades insalubres e mal remuneradas oferecidas pelos seus patrões, sem com isso ter a perspectiva de um reconhecimento ou de uma vida menos pobre (Avelino, 2008, p. 73).

Maria Luiza Pinheiro (2015), em *A Cidade sobre os Ombros*, discute como os trabalhadores do porto de Manaus criavam seu próprio lazer, já que as opções do poder público eram voltadas apenas para a elite. Assim, o estivador do porto passou a inventar momentos de descontração, praticando atividades como jogos, álcool e os prazeres da carne, vistas pelas autoridades e segmentos da sociedade, como transgressões aos preceitos morais vigentes, sujeitas à repressão policial.

Vale destacar uma das fontes utilizadas pela autora, retirada da imprensa amazonense:

No gênero tufão o estivador Francisco Carlos ainda não lhe encontrou quem lhe passasse a perna. É um dos mais dedicados devotos de Baco, à quem rende sempre o seu corpo, com fervor irrepreensível. Mas

essa linha de conduta que se traçou, nunca deixou de dar mal resultado. Ainda ontem teve ele a prova disso. Metido numa moafa de não se poder lambar, deu para fazer de Hércules, na rua Municipal, como um tal querendo a fina força, que um policial lhe pagasse uma passagem de bonde. Não satisfeito, pôs-se a inticar com o miliciano. Este, porém, não esteve pelos autos de ouvir doestos do tipo e grudou bruto levando-o ao xilindró (Pinheiro, 2015, p. 68).

A cidade de Manaus é analisada como extensão de seu porto no qual os estivadores representavam uma categoria específica de trabalhadores que tinham no porto seu espaço de trabalho, este era o elo que ligava a cidade ao mundo. O porto representava a passagem de roteiros múltiplos, de línguas diversas, para escritores, pintores e cineastas. Ao colocar o porto como um canal de representações, Pinheiro (2015) afirma que “os estivadores carregavam sobre si um peso de tensões, relacionadas a alguns aspectos próprios de resistência, assim a forma de vida desses homens, pode ter sido ignorada ao ponto de fortalecer uma visão equivocada sobre eles” (p. 68).

Já o trabalho de Alexandre Avelino permite compreender como o trabalhador fora caracterizado pelo padrão sob um estereótipo carregado de preconceitos:

O discurso eugênico, elaborado pelo patronato na época, constituiu-se numa fala carregada de preconceitos e visões distorcidas da realidade dos trabalhadores de Manaus, e visava substituí-lo por um tipo melhor e mais eficiente de operário estrangeiro que fosse capaz de se adequar as

exigências patronais sem se opor de forma mais vigorosa a eles. Considerados indolentes e ignorantes pelo patrão, os operários da borracha eram classificados como uma classe inferior que dificultava a realização de qualquer iniciativa mais profunda de modernizar o processo de extração e beneficiamento da borracha Amazônica (Avelino, 2008, p. 70).

Nesse sentido, não se pode deixar de lançar mão da obra de Ednéa Mascarenhas Dias (2007). Esse estudo pioneiro sobre a cidade de Manaus desnuda os discursos oficiais produzidos pelo Estado e pelo patronato amazonense, mostrando que não contemplavam as demandas sociais em sua complexidade, antes construía a imagem de um progresso vil e desumano com as classes trabalhadoras. Isso foi favorecido pela nova dinâmica do século XX, quando se vê o aumento considerável de novas atividades e ofícios na cidade.⁵⁰

Dessa forma, investigando o espaço do trabalho em Manaus, Dias (2007) informa como eram tratados os trabalhadores de modo geral:

Recorda-se que os discursos oficiais sobre estes problemas vinham sempre acompanhados da apologia do trabalho e dos valores morais que uma sociedade civilizada deve preservar. Separar o trabalhador do não-trabalhador é o fundamento

50 A autora informa que para o exercício do serviço doméstico como cozinheiro, copeiro, lavadeira, engomadeira, jardineiro e cocheiro cria-se uma matrícula obrigatória. Estavam também sujeitos à matrícula os boleiros ou carroceiros, condutores de bondes, açougueiros magarefes, vendedores de leite e outras categorias (Dias, 2007, p. 36).

das propostas apresentadas nos relatórios leis e decretos. Para o trabalhador o melhor são os bairros afastados, a identificação como trabalhador, etc. Para os marginalizados do processo de trabalho, o desocupado ou vadio, impõe-se uma disciplina exigida pelo capital, por meio das propostas de recuperação de possível enquadramento no processo produtivo (p. 136).

De modo mais específico, no que tange ao trabalho do seringueiro, Dias (2007) informa que esses trabalhadores “nos seringais encontrariam ocupação e teriam garantida sua manutenção, evitando, dessa forma, que a população trabalhadora da cidade continuasse a ser importunada” (p. 133). Ou seja, o aumento do trânsito de trabalhadores para os seringais amazônicos não representava apenas o aumento da mão de obra que o patronato requeria, mas também, e muito mais sob a ótica do Estado, serviria para que se pintasse o quadro ideal de uma cidade limpa e próspera, sem manifestações e sem a presença de pobres.

E essa presença de pobres na cidade parece ter ficado mais em evidência quando se inicia o colapso da borracha. Assim, voltando novamente a atenção para a *Revista da ACA*, percebe-se que os meses subsequentes a julho do ano de 1911 trariam em todas as publicações da *Revista*, e em primeira página, artigos provenientes da preocupação com a crise da borracha. O tom marcante dessas matérias tem a defesa da borracha como o maior interesse da classe patronal do Amazonas.

Em artigo com título de *O Mercado da Borracha: sua situação – prognósticos*, a *Revista* trazia uma apreciação geral do mercado da borracha dialogando com outro jornal *The Economist*, de Londres. Neste artigo, traçavam-se preços e tendências, mercados consumidores internacionais, análises dos especialistas, as intervenções do governo, bancos, entre outros (*Revista da ACA*, Manaus, 10 ago. 1911).

Já no artigo *Amazonien Society: uma resposta esmagadora*, tem-se a defesa proferida pelos governadores dos estados do Amazonas e do Pará em evento realizado em Londres, o que o periódico destacava como sendo uma “atitude patriótica e enérgica” (*Revista da ACA*, 1911). A *Revista da ACA* afirma que tal evento teve grande repercussão na imprensa internacional, e dessa forma, selecionava trechos do discurso feito pelo Senador Paes de Carvalho naquele evento.

Esse discurso informa que a política brasileira, por intermédio de um Senador do Pará, tratou de afirmar que, embora a borracha fosse a grande riqueza da Amazônia, a região não vivia apenas dela. O texto informa ainda que embora a produção do oriente fosse reconhecida como fator principal da crise da produção amazônica, isto não deveria deixar os empresários brasileiros atônitos e demasiadamente preocupados. Pelo contrário, tal dificuldade deveria servir de estímulo e incentivo para despertar o potencial, aparentemente, inesgotável que a região podia contar (*Revista da ACA*, 1911).

Nem mesmo as resoluções provenientes do *Congresso Comercial, Industrial e Agrícola* de 1910 foram capazes de frear a crise, que daria a produção asiática um estupendo crescimento em detrimento da produção amazônica.

Outra pauta da *Revista* foram os contratos com a empresa *Manáos Harbour* que aparentemente deixou de cumprir ações que lhe eram exigidas e, dessa forma, afetavam diretamente a ACA. De todo modo, no periódico, a tônica da discussão continua a ser a produção da borracha, como se fez na matéria: *Extremo Oriente e Amazônia: a rivalidade das duas borrachas* (Revista da ACA, 1911).

Sob título *A Borracha: Aplicação do salitre como adubo nos seringais do vale do Amazonas*, a *Revista* aborda uma tentativa de dar mais vigor e tonicidade ao látex e assim recuperar a produção das seringueiras do Amazonas (Revista da ACA, 1911).

O único mês do ano de 1911 que em primeira página a Revista da ACA não tratou da questão da borracha foi o mês de dezembro, quando a revista optou por tratar das associações comerciais do Brasil, e assim lidar com o comércio de modo mais amplo.

Em seus estudos sobre o trabalhismo, Ângela de Castro Gomes (1979) informa que “as associações patronais, desempenhavam, em âmbito nacional, o papel de instituições que agiam em nome dos interesses do comércio e da indústria não só face as pressões do movimento operário, mas principalmente diante do Estado” (p. 117).

A análise realizada nos números da *Revista da ACA* apresenta a ordem do discurso patronal que se fez aparecer em um período nevrálgico da História do Amazonas. Embora se tenha identificado em algumas matérias representações acerca do seringueiro, as últimas aqui listadas tendem a ocultá-lo, visto a forte apreensão que se abatia sobre a classe patronal ante o declínio da economia borracha. Mesmo assim, até mesmo quando o seringueiro está oculto, tem-se nisso uma representação dele.

Neste ponto pode-se refletir sobre outras informações pertinentes que Avelino também traz acerca da existência e função do patronato da ACA:

Em nosso estudo do patronato amazonense percebemos que a sua compreensão como classe social não passava necessariamente pela construção de um discurso uniformizador, mas resultava, em boa medida, da prática diária de vivência de seus conflitos com o Estado e com os trabalhadores, das rivalidades e choque de opiniões contrárias as suas [...] analisamos os patrões como uma categoria que buscava a criar identidade através do associativismo e do corporativismo, mas também pela legitimação pública, o que em muito ajudava os discurso veiculados pela *Revista* [...] a fala patronal difundida pela ACA visava essencialmente a união e harmonia do grupo em torno de estratégias precisas para assegurar seu prestígio, seu status e seu poder econômico e político [...] Temos que considerar na análise do patronato suas relações não apenas com os trabalhadores, mas com as instituições públicas e com o capital externo. A preocupação dos donos de casas de comércio e de seringais não estava restrita

a lidar com seus empregados, mas tratava também da concessão de benefícios, recursos e de proteção contra o monopólio inglês sobre instituições fundamentais da praça comercial da cidade, notadamente ligadas ao transporte, comunicação e armazenagem da borracha (Avelino, 2008, p. 18-19).

Evidencia-se então, que para além da elaboração de um discurso coeso e uniformizador, era a prática patronal ante um conjunto de fatores que determinava um modo próprio de ação e de construção de um discurso revelando a finalidade patronal na busca de assegurar seu status quo. Dessa forma, vê-se que a existência e função da *Revista da ACA* configura-se pela necessidade de afirmação de seus interesses.

Em junho de 1912, foi publicado o decreto regulamentador da Lei Federal nº 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912, sob o título *Proteção e Amparo da Borracha*. A lei foi publicada na íntegra, ocupando a maior parte da edição, e seus capítulos estavam organizados sob diversos títulos, conforme segue abaixo:

Das medidas de animação à indústria extrativa e à cultura das principais arvores produtoras da borracha. Da criação das indústrias de refinação e de fabricação de artefatos de borracha. Da assistência aos imigrantes, nacionais e estrangeiros recém-chegados e aos trabalhadores já estabelecidos no vale do Amazonas. Dos melhoramentos e medidas tendentes a facilitar os transportes e diminuir o seu custo no vale do Amazonas (*Revista da ACA*, 1911).

Os capítulos da Lei nº 2.543-A abordavam temas como a redução de custos de utensílios para a coleta da borracha, prêmios aos cultivadores de seringueiras, melhorias nas estações de coleta, condições de hospedagem para trabalhadores, instalação de hospitais nos interiores e novas diretrizes para o transporte fluvial.

No entanto, os artigos tratam o seringueiro apenas como um extrator, sem considerar suas necessidades, aspirações ou humanidade. Embora fosse esperado que suas condições fossem reconhecidas pelo patronato e pelo poder público, ele foi reduzido a um fator econômico, ignorado em suas demandas, sob uma legislação rígida e desconsiderada.

Por isso, Avelino (2008) afirma que “o patronato queria de fato era a importação de homens que servissem como peças de reposição de uma massa de trabalhadores considerados indolentes por seus patrões, mas que fossem principalmente mais baratos e dóceis” (p. 70).

É sob essa interpretação que a fala de Edward Thompson (2012) parece pertinente, não só por recuperar a existência e a agência das classes de trabalhadores e pessoas comuns do povo, como também por alertar o verdadeiro ofício do historiador:

A história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, gerações após gerações de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também

morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido (Thompson, 2012, p. 21).

Esta fértil e emblemática citação de Thompson concatena-se com a ideia de se valorizar as vivências e o cotidiano dos seringueiros, buscando compreender suas histórias e sua relação com o universo complexo em que estão inseridos, ressignificando assim as práticas de seu ofício e existência.

A “defesa” da borracha pela ACA apesar do seringueiro

A Revista da ACA, assim como o governo do Amazonas e o conjunto de empresários da época, se dedicou à defesa da economia da borracha como um imperativo estratégico diante das ameaças de crise que pairavam sobre a principal riqueza da região. A crescente concorrência na produção asiática, aliada a uma série de fatores internos, como a manipulação dos seringais e a falta de inovação nas técnicas de extração, ampliava a sensação de vulnerabilidade econômica.

Neste contexto, a *Revista da ACA* desempenhou um papel crucial ao promover ações e discursos que visavam não apenas sustentar a vitalidade da borracha, mas também solidificar a posição de seus patronos no cenário regional e nacional. Em julho de 1912 a revista publicou:

Quando se legisla um assumpto complexo, e além disso que a maioria não conhece bem, mesmo nas linhas gerais, não é estranhável que se imponham, na sua execução, os reparos e as modificações, assim, e como se vê, inevitáveis. Não admira, portanto, que esses reparos e essas modificações se evidenciem com a leitura demorada da Lei nº 2.543, de amparo e defesa à nossa borracha, máxime quando, em relação aos melhoramentos terrestres e fluviais que ela determina, existe, afinal, deficiência de dados e estudos prévios. Apesar das explorações destes últimos quarenta anos, nacionais e estrangeiras, de carácter científico ou simples interesse comercial, uma grande, senão a mais importante ainda, da nossa bacia amazônica e de seu território, permanece inexplorada ou desconhecida nos seus aspectos físicos e econômicos mais essenciais [...] Publicada a Lei em nosso número anterior, procuramos estudá-la com auxílio de pessoas competentes e de muitos dos nossos associados, a que estes assumptos, por várias razões, são familiares [...] Continua a Associação Comercial no seu louvável labor de auxiliar a execução da Lei nº 2.543 (Revista da ACA, 1912).

Na primeira parte vê-se explicitamente o modo como a *Revista da ACA* se posiciona ante a publicação da Lei Federal que já se tem exposto aqui. Aparentemente, a associação constatava através de seus estudos, que a lei carregava deficiência de dados e estudos prévios, pois acreditavam que a região permanecia inexplorada ou desconhecida nos seus aspectos físicos e econômicos mais essenciais. No entanto, a ACA não se exime de se aplicar no auxílio da execução da lei.

A análise sugere que a compreensão dos associados da ACA sobre a Amazônia estava fortemente influenciada pela visão erudita do início do século XX, construída por obras como as de Euclides da Cunha e Alberto Rangel. Esses autores retrataram a Amazônia como um ambiente dominado por aspectos nosológicos e fisiológicos, no qual o homem era visto como um ser passivo e condicionado pela natureza. Tal mentalidade, embora compreensível no contexto da época, foi superada pela historiografia⁵¹ contemporânea, que, ao estudar a região, revelou a complexidade multifacetada da Amazônia, uma perspectiva muito mais ampla e diversificada do que aos associados da ACA podiam conceber naquela época.

Desde meados de 1912, a *Revista da ACA* reflete a efervescência da crise econômica da borracha, com a produção asiática crescendo a cada mês e o Estado, juntamente com o patronato amazonense, tentando ao máximo recuperar a queda na produção regional. Apesar de artigos apresentarem dados alarmantes sobre a economia, o tom positivo prevalecia nas publicações. Avelino destaca que, nesse período, houve uma crescente tensão entre os patrões seringalistas e os associados da ACA, perceptível nos textos da revista. Os discursos ali veiculados frequentemente apontavam para a necessidade de uma abordagem mais racional no trabalho nos seringais, algo que nem sempre era seguido pelos patrões.

51 Cf. BATISTA, D. *O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

Muitos artigos alertavam, por exemplo, para a importância de diversificar a economia amazonense e ampliar o cultivo de outros gêneros. Um desses artigos ressaltava: “o fator principal de nossa ruína é, a nosso ver, a falta dessa labuta incessante de variados ramos do trabalho [...] um empório formidável de energias [...] nós, entretanto, vivemos exclusivamente da borracha e nada mais” (Revista da ACA, 1908).

Apesar dos conselhos para diversificar a produção, “os patrões da borracha, seringalistas, eram contrários e puniam com severidade os seringueiros que faziam roças” (Avelino, 2008, p. 78). Isso ocorria porque os patrões viam qualquer esforço que não fosse voltado para a extração da borracha como uma ameaça à sua produção. Além disso, temiam que o cultivo de outros gêneros proporcionasse ao seringueiro certa independência em relação ao patrão, o que determinadamente traria prejuízos ao patronato.

A *Revista da ACA* publicou o discurso de um seringalista que demonstra este pensamento, onde dizia que:

[...] a salvação de nossa produção de borracha consiste primeiramente na cultura intensiva da hevea [...] que para dar um enérgico impulso a esta lavoura deve-se lançar mão dos braços e das pernas atualmente ocupados na agricultura, de forma a obter o mais breve possível, resultados (Revista da ACA, 1911).

Percebe-se, assim, uma divergência no próprio discurso patronal da *Revista da ACA*. Embora a classe patronal fosse retratada como coesa em seus interesses, isso nem sempre foi verdade, especialmente com a aproximação de uma crise econômica ainda em gestação. O receio pela perda do capital investido e do controle sobre a hegemonia da borracha gerou, sem dúvida, discursos divergentes entre os patrões amazonenses. Nesse contexto, outro ponto relevante nas publicações foi a tendência de responsabilizar o seringueiro pela crise da borracha, já que ele era o principal responsável pela coleta do produto. Caso o trabalho fosse mal executado, quem arcaria com as consequências seria o patrão, o seringalista, que daria continuidade ao processo de venda e exportação da borracha.

Em alguns artigos, além de evidenciar as deficiências no manejo da borracha, também são apontados os erros cometidos pelos seringueiros, que deveriam ser corrigidos pelos patrões, sob rigorosa vigilância e disciplina. Isso fica claro no trecho extraído do artigo “O vale do Amazonas e seu futuro industrial”:

O rendimento da seringueira é penosamente reduzido pela falta absoluta de cuidado dos seringueiros e pelo habito quase universal de cortá-las em V com um machadinho em lugar de empregarem o herringbone, método que é atualmente quase universal nas plantações [...] Mr. Akers está convencido de que a produção de uma determinada área pode ser duplicada em poucos anos, sem grande dispêndio de trabalho, quando substituir-se o machado atualmente em uso pela

faca apropriada ou goiva das plantações [...] ao proprietário [...] e por si ou por seus agentes tem ou devem ter o compromisso de fiscalizar o seringueiro para que não cause danos às árvores produtoras (Revista da ACA, 1913).

Vê-se então, de modo explícito, as ações do seringueiro sendo incorporadas aos fatores da crise econômica da borracha, por não adequá-las aos métodos estabelecidos no cultivo e na cultura da seringueira, devendo ser vigiado pelo patrão ou seus agentes. Este artigo fora traduzido do jornal inglês *The Economist* e publicado na íntegra na *Revista da ACA* sob a seguinte ideia: “*The Economist*, de Londres, publicou um belo estudo sobre o futuro industrial do vale do Amazonas [...] Cremos que essa publicação possui toda a oportunidade e será lida com o maior interesse” (Revista da ACA. Manaus, 10 jun. 1913).

A *Revista da ACA* aclamava o jornal inglês, evidenciado pelos diversos artigos traduzidos para o português. O estudo londrino era descrito como “belo”, e os redatores da revista estavam convencidos de que ele oferecia uma oportunidade de repensar as práticas de trabalho da borracha, projetando um futuro promissor.

A análise do discurso da *Revista da ACA* durante a crise econômica permite refletir sobre os ideais de um Estado moderno, com Manaus surgindo como uma cidade idealizada por sua elite. Essa cidade pretendia ser um reflexo dos padrões europeus, construída com base em condições objetivas e a capacidade de criar uma sociedade ideal.

Ao investigar a Manaus descrita na *Revista da ACA*, percebe-se que seus construtores sociais eram, principalmente, os associados da ACA, a classe patronal e o Estado. Seus discursos projetavam uma imagem de Manaus construída segundo suas próprias perspectivas e interesses, moldando a cidade conforme os valores de quem detinha o poder.

O discurso da classe patronal sempre tendia a ignorar as demandas dos seringueiros diante da crise, focando em fatores como a inexperiência na produção organizada, o desconhecimento da fisiologia da seringueira e o uso de técnicas brutais de extração. Muitos seringueiros, em sua maioria nordestinos fugidos da seca ou desempregados, buscavam melhores rendas nos seringais, sem nunca ter trabalhado no extrativismo, e assim, acabavam por prejudicar a árvore por falta de conhecimento e preparo. Além disso, a necessidade de sustentar a família e ter uma vida mais digna os forçava a enfrentar o árduo trabalho que exigia grande resistência física, suportando longas caminhadas na selva fechada, a solidão e o ambiente embrutecedor do seringal.

Avelino (2008) aponta que os acidentes no ambiente de trabalho eram frequentes, mas os patrões os atribuíam à falta de atenção dos trabalhadores, que desrespeitavam as normas da profissão. Quanto às doenças, o descaso patronal também era evidente, com a culpa recaindo sobre os maus hábitos de higiene. Quando não morriam por doenças, ataques de indígenas ou animais, muitos fugiam para escapar da loucura.

É oportuno destacar aqui dois breves fragmentos retirados de uma extensa crônica publicada no jornal *O Correio do Purus*, a respeito da opressão exercida pelos seringalistas sobre os seringueiros nos seringais da região:

Doutrinando-se, poder-se-ia dizer ao proprietário de seringais [...] deram-te um poder, cópia fiel desse outro medieval em que o nobre tinha, à discricção, à vida, bens e hora dos servos [...] tu tens melhor preparo para a existência [...] porque motivo não levantas de sua degradação física e moral o teu operário – o seringueiro – que é a pedra angular desse edifício de tua fortuna? Porque motivo o explora, tu, com a inclemência do agiota, iludidor da fé e defraudador da lei? (*O Correio do Purus*, 1907).

A citação revela que, embora a imprensa do período demonstrasse preocupação social e condenasse a atuação dos seringalistas, ela mantinha o mesmo discurso elitista presente na *Revista da ACA*. A mesma crônica também responsabilizava o seringueiro por sua inércia, acusando-o de aceitar resignado seu estado sem lutar por uma vida mais digna e respeitada.

Ao operário, dir-se-ia, também: Ergue-te pela economia, enobrece-te pelo trabalho e torna-te forte pela instrução; as horas que perdes, inutilmente, nas longas tardes estivais, quer na inércia que depaupera, quer nos divertimentos onde te nasce o vício do álcool, debes aplicar ao estudo de tua língua pátria, à compreensão dos deveres cívicos afim de que, melhorando, possas senão nivelar-se ao teu patrão, ao menos adquirir o seu respeito e estima (*O Correio do Purus*, 1907).

Portanto, vê-se materializado, em uma única nota da imprensa, uma ambiguidade no discurso que, embora localize a dominação e a denuncie, acaba por atribuir aos dominados, parcela relevante da culpa pela situação enfrentada. Vítima da opressão patronal, o seringueiro é também, nestas representações, vítima e algoz de si mesmo.

Quando se lê na fonte *ergue-te pela economia*, é impossível não lembrar dos motins e levantes que Edward Thompson descreve em seu conhecido estudo *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*:

O motim da fome na Inglaterra do século XVIII era uma forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros. Determinar [...] até que ponto tal levante era uma forma “bem sucedida” de ação é uma questão demasiado intrincada [...] É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado dos moleiros que faziam o pão, etc. [...] que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais tanto quanto a privação real era o motivo habitual para a ação direta (Thompson, 1998, p. 152).

Aqui se vê o quanto é significativo e transformador para uma classe de trabalhadores alcançar a consciência de classe, já que isso torna possível mudar a situação em que se encontram.

Analisando a *Revista da ACA* é pertinente apresentar um trecho de um longo parecer descritivo do Dr. Eloy de Souza, relator da comissão mista de Senadores e Deputados Federais, publicado sob o título: *A crise da indústria da borracha na Amazônia*.

Vejamos agora o que a tal respeito ocorrer na Amazônia, nas relações entre patrões e trabalhadores e a inteira revelia do Governo. “Os seringueiros, [diz o Dr. Osvaldo Cruz no seu relatório], cujos trabalhos não foram suficientes para obter saldo, ficam na impossibilidade de recorrer ao médico e obter medicamentos. A comissão foi procurada por numerosos doentes e sempre ouvido de todos a mesma afirmação de não lhes sobrarem recursos para adquirir os medicamentos que lhes prescrevia a comissão. E, entretanto, são doentes em estado grave, muitos em iminência de morte, na mais precária condição, fatalmente condenados ao aniquilamento total, se não forem submetidos a tratamento específico regular”. A referência é feita diretamente a factos constatados no Xapuri, mas podem ser generalizados a quase toda a região, sem injustiça (Revista da ACA, 1914).

Dentre tantos assuntos, vê-se a descrição do estado de saúde em que os seringueiros viviam. O período descrito reconfigurava a eclosão da I Grande Guerra Mundial e atestaria a derrocada final da economia da borracha na região amazônica.

A *Revista da ACA* apresenta um discurso político que, aparentemente, considera as demandas do seringueiro, mas, como de costume, os infortúnios enfrentados por ele são atribuídos ao meio geográfico, ao descuido, à inércia, preguiça, vícios e falta de habilidade na extração. A revista também menciona Osvaldo Cruz, que alertou sobre a insalubridade da região e pediu providências para combater as doenças endêmicas.

Em julho de 1913, a revista faz referência a um artigo anterior e publica um novo texto de Sr. Witt, ex-membro da diretoria da ACA, que comenta as propostas do Sr. Akers no *The Economist*, discordando em alguns pontos e expandindo a resolução de outros.

Procederá o Governo Brasileiro de acordo com esta ordem de ideias? [...] Em vez de se salvar a galinha que põe os ovos de ouro, abandona-se em geral a ave, que vai se definhando de fome, e só depois se reconhece que melhor teria sido contentar-se a gente com um ovo de tempos em tempos do que deixar morrer a galinha. No me ver, sem falhar na questão da redução dos direitos, ao Governo também competirá desenvolver o país e instruir o povo como propôs o Snr. Akers (Revista da ACA, 1913).

Primeiramente, o que se nota aqui é o caráter dúbio do discurso da classe patronal em que tem na *Revista da ACA* o espaço para tratar das complexas questões que envolviam a crise naquele momento. A participação do Sr. Witt é dessa forma anunciada pelo redator da revista: “Como se sabe, o Snr. Witt sempre foi uma das

autoridades mais acatadas no nosso meio comercial e como nosso Delegado na primeira Exposição de Borracha em Londres desempenhou esse encargo com todo o brilhantismo” (Revista da ACA, 1913).

Ao ceder espaço em sua primeira página para o Sr. Witt, a revista destaca uma perspectiva mais próxima dos problemas do comércio amazonense, sugerindo que o governo brasileiro deveria intervir mais diretamente, além dos conselhos de Akers. Witt utiliza uma analogia, comparando a seringueira à galinha e a borracha aos ovos produzidos periodicamente.

Diante da crise da economia da borracha evidenciada nos textos da *Revista da ACA*, é crucial expandir a compreensão desse momento histórico, considerando a análise de Dorinethe Bentes sobre o ambiente instável da economia da borracha:

A historiografia regional passa a visualizar as condições reais da construção da cidade, desmistificando-se que a crise econômica vivenciada pelo Estado era apenas fruto da concorrência da borracha produzida na Ásia, pela falta de políticas voltadas para beneficiar os produtos extraídos da região. Nessa perspectiva podemos afirmar que a crise econômica vivenciada pelo Estado nas décadas de 1910, 1920, 1930 e 1940 foi fruto de toda uma política econômica equivocada, que tinha por objetivo a construção da cidade de Manaus aos moldes das principais cidades europeias, sendo que tal construção da cidade fora financiada por vultosos empréstimos que sobrecarregaram os erários por várias décadas como o que aconteceu na cidade de Paris [...] também aconteceu com a

cidade de Manaus, que acabou por comprometer toda a economia do Estado do Amazonas. Os empréstimos vultosos, justificados pelo ideal de modernização da cidade foram tão mal feitos que comprometeram significativamente o orçamento da cidade por aproximadamente meio século, pois, tais empréstimos só foram pagos no final de 1957 (Bentes, 2012, p. 84).

Dessa forma, obtém-se uma análise mais ampla da situação econômica, considerando uma conjuntura mais complexa, que envolve diversos fatores além da desvalorização da borracha local devido ao crescimento e valorização da produção do Oriente. O ideal de construir uma cidade modelo com padrões europeus levou a uma desvalorização da identidade amazonense, que foi eclipsada e absorvida pela visão externa, em vez de ser valorizada em seus próprios termos. As décadas seguintes mostram claramente que os custos dessa política econômica equivocada foram altos e impactaram negativamente o desenvolvimento da região.

Considerações Finais

A *Revista da ACA* teve como propósito central defender os interesses da classe patronal do Amazonas, promovendo uma visão de unidade entre os comerciantes e proprietários de seringais, e reforçando a importância estratégica da borracha para a economia local. Sua função social, nesse contexto, foi não apenas informar, mas também legitimar e disseminar os discursos que fortaleciam o patronato, principalmente em tempos de

crise. Ao criar um espaço dedicado à defesa do comércio e à busca por soluções para a crise da borracha, a revista se posicionou como um elo entre as elites econômicas e as instâncias políticas, com o objetivo de proteger seus interesses e perpetuar sua hegemonia econômica. A *Revista da ACA*, ao divulgar projetos de modernização e reformas econômicas, procurou, em grande parte, sustentar o *status quo*, ignorando a complexidade das demandas sociais dos seringueiros, que eram frequentemente vistos como obstáculos ao progresso.

O discurso patronal da *Revista* reflete uma visão reducionista da Amazônia, influenciada por concepções da época que desconsideravam a riqueza cultural e os fatores estruturais que impediam o desenvolvimento sustentável da região. A ideia de que a crise da borracha era apenas uma consequência da produção asiática e da falta de políticas públicas para o setor desconsiderava os muitos fatores internos e externos que comprometiam a economia regional, como a dependência de uma única atividade econômica, a exploração brutal da mão de obra e as crises cíclicas.

No entanto, a *Revista da ACA* também documenta as tentativas de resolver a crise, oferecendo uma perspectiva única da época sobre o papel do patronato e o futuro do Amazonas. A busca incessante por um modelo de desenvolvimento europeu para a cidade de Manaus e a modernização econômica através da borracha, longe de resolver os problemas sociais e trabalhistas, acabou por agravar a desigualdade e a precarização das condições de vida dos trabalhadores.

Em última análise, este estudo expõe as contradições de um projeto econômico e social que, ao tentar salvar a borracha, negligenciava as demandas fundamentais dos seringueiros e das classes trabalhadoras. A história da borracha na Amazônia é, assim, marcada por uma luta desigual entre o capital e o trabalho, onde os verdadeiros protagonistas dessa economia, os seringueiros, permanecem invisíveis e marginalizados, tanto nas páginas da *Revista da ACA* quanto na própria história da região.

Referências

- AVELINO, A. N. *O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho: A Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919)*. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de História, Pós-graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.
- BATISTA, D. *O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.
- BENTES, D. S. *Outras faces da história: Manaus, 1910-1940*. Manaus: Reggo Edições, 2012.
- CUNHA, E. *À Margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- DIAS, E. M. *A ilusão do fausto: Manaus (1890-1920)*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.
- GOMES, A. C. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- LEAL, D. A. *Entre barracões, Varadouros e Tapirís: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)*. 2007, 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.
- PINHEIRO, M. L. U. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. 3. ed. Manaus: EDUA, 2015.
- SAMPAIO, P. M. M. *Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX*. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2014.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2012.

Fontes

O Correio do Purus. Lábrea, 16 jun. 1907.

O Correio do Purus. Lábrea, 16 jun. 1907.

O Mariuaense. Barcelos, 29 abr. 1897.

Revista da ACA. Manaus, 10 ago. 1911.
Revista da ACA. Manaus, 10 jan. 1911.
Revista da ACA. Manaus, 10 jan. 1914.
Revista da ACA. Manaus, 10 jul. 1911.
Revista da ACA. Manaus, 10 jul. 1912.
Revista da ACA. Manaus, 10 jul. 1913.
Revista da ACA. Manaus, 10 jun. 1911.
Revista da ACA. Manaus, 10 jun. 1911.
Revista da ACA. Manaus, 10 jun. 1913.
Revista da ACA. Manaus, 10 nov. 1911.
Revista da ACA. Manaus, 10 out. 1911.
Revista da ACA. Manaus, 10 set. 1911.
Revista da ACA. Manaus, 5 jul. 1908.
Revista da ACA. Manaus, 5 jul. 1910.
Revista da ACA. Manaus, 5 jul. 1910.
Revista da ACA. Manaus, 5 set. 1908.

Sobre o organizador e autores dos artigos

Organizador

Luciano Everton Costa Teles

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em História Social e Graduado em História pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas/CEST, desenvolvendo atividades principalmente nos temas ligados a História do Trabalho, História e Imprensa e História, Memória e Patrimônio Histórico e Cultural. É autor de artigos e dos livros *Mundos do trabalho e imprensa: a vida operária em Manaus na década de 1920* e *A imprensa operária no Amazonas (1891-1920): algumas dimensões*.

Autores

Agda Lima Brito

Doutora em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2022), com estágio de pós-doutorado no PPGH-UFF. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (2017). Graduada em Segunda Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2022). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas (2014). Integrante do GT- Mundos do Trabalho na Amazônia. Considera uma grande realização ter participado da

criação e ser Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Meio Ambiente – GEMA por ser tratar de uma área de interesse a temática do grupo, atualmente atua como pesquisadora colaboradora PCI/CNPq no Projeto Vozes da Ciência no Brasil, no Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST e como Coordenadora da Diretoria de Assuntos Profissionais e Relações Institucionais da ANPUH – Nacional biênio (2023-2025), atua principalmente nos seguintes temas: gênero, trabalho, meio ambiente, fontes sonoras/audiovisuais.

Bruno Miranda Braga

Doutor em História Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Amazonólogo, Especialista em Estudos Amazônicos pela Universidade de Brasília - UNB. Especialista em Gestão e Produção Cultural pela Universidade do Estado do Amazonas UEA. Licenciado em História e em Geografia. Atualmente é professor da Faculdade Católica do Amazonas e pesquisador associado ao Museu da Amazônia MUSA. Também é membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com.

Caio Giulliano Paião

Doutor em História Social (UNICAMP). Pós-doutorando pela UNIFESP. Professor Colaborador do PPGH/UFAM.

Daniel Barros de Lima

Doutor em Teologia pelo PPG-EST de São Leopoldo/RS (2020) - Área de Concentração: Religião e Educação. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2016). Especialização em Metodologia do Ensino Superior (2010) pela Universidade Nilton Lins. Especialização em Educação Ambiental pela Faculdade Metropolitana de São Paulo – FAMESP (2024). Bacharel em Ciências Teológicas pela Faculdade Boas Novas (2008). Licenciado em História (2011) pela Universidade Nilton Lins. Licenciado em Ciências da Religião pelo Centro Universitário Cidade Verde (2024). Professor da Universidade do Estado do Amazonas – UEA para o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR. É membro do GT Mundos do Trabalho/AM e membro pesquisador da RELEP (Rede Latino-Americana de Estudos Pentecostais). Tem desenvolvido pesquisas no campo da História Social: Imprensa Amazonense e Movimentos Sociais da Amazônia e no campo da Teologia Histórica: Patrística, Reforma Protestante, Pentecostalismos, Imprensa Pentecostal e Teologia Política. É vinculado aos Grupos de Pesquisa de História Social da Amazônia (UFAM) e de História do Cristianismo na América Latina (EST). Nos últimos anos atuou como Professor, Coordenador de Curso e Diretor Acadêmico na Faculdade Boas Novas. Atuou como professor substituto da Universidade Federal do Amazonas – UFAM no Departamento de História na área de Teoria e Metodologia da História. Atualmente é

professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, CEST-Tefé.

James da Costa Batista

Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM). Licenciado em História pela Universidade Nilton Lins (2015). Doutorando em História Social pelo PPGH/UFAM. É professor estatutário da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC/AM). Atua em pesquisas sobre História da Educação e Trabalho Docente no Amazonas. Bolsista CAPES.

Moisés Dias de Araújo

Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas (2018). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas (2007). Ex-bolsista AT/B – FAPEAM, do Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental – LAPSEA/ INPA. Pesquisador vinculado ao Laboratório de História da Imprensa do Amazonas – LHIA, na linha de pesquisa “Imprensa e Mundos do Trabalho” e com o Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia – LABUHTA. Tendo experiência na área de História, com ênfase em História do Amazonas e em História dos Movimentos Sociais no Amazonas, onde vem realizando estudos sobre o Movimento Migratório Estrangeiro na cidade de Manaus, História e Meio Ambiente da Amazônia e os Trabalhadores nas Grandes Guerras no

Amazonas. Atualmente está atuando como professor da rede pública de ensino (SEMED/ SEDUC).

Priscylla do Nascimento da Silva

Especialista em Educação Especial e práticas inclusivas pela Faculdade Boas Novas (2020). Licenciada em História pela Universidade Nilton Lins (2015). Desenvolve pesquisa em temas sobre Educação Especial e Inclusiva e História do Amazonas. Professora da Rede Particular de Ensino na cidade de Manaus.

Richard Kennedy Nascimento Candido

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sob orientação da Profa. Dra Fabiane Popinigis (2019). Graduado em História pela Universidade Federal do Amazonas (2016). Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de História Social do Trabalho na Amazônia, com destaque para História Operária, Primeiro de Maio, Associativismo, Gênero e Imprensa em Manaus. Durante a graduação obteve bolsa de Iniciação Científica, sob orientação do Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, com o título: Trabalho e Imprensa: as celebrações do Primeiro de Maio na imprensa amazonense (1890-1930). Foi coordenador do GT Mundos do Trabalho – Amazonas no biênio 2022/2023. Foi monitor voluntário na disciplina de Metodologia da Pesquisa Histórica.

Tamires Xavier Soares

Professora de História na rede municipal de Lajeado, atuando em regime de 40 horas semanais. Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com título obtido entre 2016 e 2020, na linha de pesquisa Cultura, Migrações e Trabalho. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUC/RS (2014-2016), com ênfase em Sociedade, Urbanização e Imigração. Especialista em Orientação e Supervisão Escolar pela Faculdade Dom Alberto (2021-2022) e em Docência com Ênfase em Educação Inclusiva pelo IFMG (2021-2022). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel (2009-2014) e em Pedagogia pela Uninter (2020-2021).

Tenner Inauhiny de Abreu

Doutor em História pela Universidade de Brasília – UnB (2023). Mestre em História Social pela mesma instituição (2012). Licenciado em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2002). Foi professor da SEDUC-AM entre 2004-2012. Desde 2013 é professor (desde 2023, adjunto) da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, vinculado ao colegiado de História no Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST. É integrante do grupo de pesquisa Migração e Africanidades Caribenhas e Latino-Americanas. É autor do livro *Nascidos no Grêmio da sociedade: racialização e mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas (Brasil, séc. XIX)* (2015). Organizou também a obra *Clio diante do*

espelho: acervos, arquivos e o ofício do historiador no Amazonas, em 2024, ambos lançados pela Editora UEA.

Wanderlene de Freitas Souza Barros

Mestra em História Social (PPGH/UFAM). Especialista em Gestão de pessoas (Martha Falcão); Licenciada em História (UFAM). Bacharela em Administração (Ciesa). Doutoranda em História Social do Trabalho (PPGH/UFAM). Vice coordenadora do GT Mundos do Trabalho seção Amazonas (2024/2026); Membro dos Grupo Dimensões do Regime Vargas; Membro do Laboratório de estudos de História Política e Trabalho na Amazônia (LABUHTA/UFAM); Linha de pesquisa trabalho, trabalhadores, direito do trabalho, cidade e direitos sociais. Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas (Fapeam).

título Da Revolução Industrial ao home office: Trabalhadores do Brasil e seus constantes desafios

organizador Luciano Everton Costa Teles

tipografia Amifer
Fonseca
Noto Serif
Poppins

número de páginas 284

Maio de dois mil e vinte e seis, dezoito anos após a publicação da obra *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*, de Ida Lewkowicz, Horacio Gutiérrez e Manolo Florentino.



para conhecer mais da *editoraUEA* e de nossas publicações, acesse o qr code abaixo



ueaeditora





editora
UEA



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

